



Companhia Paranaense de Energia

CNPJ/MF 76.483.817/0001-20

Inscrição Estadual 10146326-50

Companhia de Capital Aberto - CVM 1431-1

www.copel.com copel@copel.com

Rua Coronel Dulcídio, 800, Batel - Curitiba - PR

CEP 80420-170

INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

ITR

Março / 2016

SUMÁRIO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	3
Balanços Patrimoniais	3
Demonstrações de Resultados	5
Demonstrações de Resultados Abrangentes	6
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	7
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	8
Demonstrações do Valor Adicionado	10
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	12
1 Contexto Operacional	12
2 Concessões e Autorizações	14
3 Base de Preparação	16
4 Principais Políticas Contábeis	18
5 Caixa e Equivalentes de Caixa	18
6 Títulos e Valores Mobiliários	19
7 Clientes	20
8 Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	21
9 Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	22
10 Contas a Receber Vinculadas à Concessão	26
11 Contas a Receber Vinculadas à Indenização da Concessão	28
12 Outros Créditos	29
13 Tributos	29
14 Despesas Antecipadas	33
15 Partes Relacionadas	34
16 Depósitos Judiciais	35
17 Investimentos	36
18 Imobilizado	40
19 Intangível	44
20 Obrigações Sociais e Trabalhistas	45
21 Fornecedores	45
22 Empréstimos e Financiamentos	47
23 Debêntures	51
24 Benefícios Pós-Emprego	52
25 Encargos do Consumidor a Recolher	54
26 Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	54
27 Contas a Pagar Vinculadas à Concessão	55
28 Outras Contas a Pagar	56
29 Provisões para Litígios e Passivo Contingente	56
30 Patrimônio Líquido	65
31 Receita Operacional Líquida	66
32 Custos e Despesas Operacionais	71
33 Resultado Financeiro	74
34 Segmentos Operacionais	74
35 Instrumentos Financeiros	79
36 Transações com Partes Relacionadas	90
37 Seguros	94
38 Eventos Subsequentes	95
COMENTÁRIO DO DESEMPENHO NO PERÍODO	96
COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA	104
RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS	105

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanços Patrimoniais levantados em 31 de março de 2016 e em 31 de dezembro de 2015 em milhares de reais

ATIVO	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.03.2016	31.12.2015	31.03.2016	31.12.2015
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	23.218	25.653	1.160.439	1.480.727
Títulos e valores mobiliários	6	173	168	334.090	406.274
Cauções e depósitos vinculados		132	132	1.964	2.000
Clientes	7	-	-	3.073.253	3.032.827
Dividendos a receber		471.412	488.187	38.950	40.345
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	8	114.281	111.663	114.281	111.663
Ativos financeiros setoriais	9	-	-	387.928	910.759
Contas a receber vinculadas à concessão	10	-	-	88.265	9.162
Outros créditos	12	12.207	13.018	366.028	474.889
Estoques		-	-	141.251	131.018
Imposto de renda e contribuição social	13.1	63.692	154.077	82.521	194.244
Outros tributos a recuperar	13.3	63	-	72.862	70.725
Despesas antecipadas	14	-	-	43.590	49.282
Partes relacionadas	15	27.227	447	45.736	19.482
		712.405	793.345	5.951.158	6.933.397
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo					
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	171.133	91.117
Cauções e depósitos vinculados	22.1	-	-	81.706	86.137
Clientes	7	-	-	75.595	75.062
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	8	1.277.004	1.271.579	1.277.004	1.271.579
Depósitos judiciais	16	267.593	267.411	763.899	719.927
Ativos financeiros setoriais	9	-	-	-	134.903
Contas a receber vinculadas à concessão	10	-	-	1.975.688	1.358.451
Contas a receber vinculadas à indenização da concessão	11	-	-	219.556	219.556
Outros créditos	12	-	-	36.462	31.614
Imposto de renda e contribuição social	13.1	140.677	79.144	156.515	94.686
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.2	115.891	100.919	835.252	537.562
Outros tributos a recuperar	13.3	14	15	115.854	112.902
Despesas antecipadas	14	-	-	21.628	25.493
Partes relacionadas	15	268.537	297.237	167.566	192.803
		2.069.716	2.016.305	5.897.858	4.951.792
Investimentos	17	14.276.115	14.140.573	2.320.878	2.224.710
Imobilizado	18	464	455	8.803.555	8.692.682
Intangível	19	3.138	3.046	6.210.493	6.145.076
		16.349.433	16.160.379	23.232.784	22.014.260
TOTAL DO ATIVO		17.061.838	16.953.724	29.183.942	28.947.657

As notas explicativas - NE são parte integrante das informações trimestrais.

Balancos Patrimoniais

levantados em 31 de março de 2016 e em 31 de dezembro de 2015 (continuação)

em milhares de reais

PASSIVO	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.03.2016	31.12.2015	31.03.2016	31.12.2015
CIRCULANTE					
Obrigações sociais e trabalhistas	20	4.781	15.436	258.919	258.401
Fornecedores	21	5.567	2.602	1.536.069	1.613.126
Imposto de renda e contribuição social	13.1	-	-	214.542	311.916
Outras obrigações fiscais	13.3	795	32.617	239.854	340.948
Empréstimos e financiamentos	22	105.132	61.788	356.911	308.558
Debêntures	23	56.525	19.497	1.048.179	924.005
Dividendos a pagar		310.020	310.020	333.848	346.007
Benefícios pós-emprego	24	166	21	43.327	43.323
Encargos do consumidor a recolher	25	-	-	199.360	277.458
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	26	-	-	158.958	167.881
Contas a pagar vinculadas à concessão	27	-	-	269.319	61.786
Passivos financeiros setoriais	9	-	-	42.662	-
Outras contas a pagar	28	971	232	146.593	135.709
		483.957	442.213	4.848.541	4.789.118
NÃO CIRCULANTE					
Fornecedores	21	-	-	5.923	5.923
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.2	-	-	-	214
Outras obrigações fiscais	13.3	1.591	1.466	248.819	257.273
Empréstimos e financiamentos	22	889.696	969.412	3.663.587	3.768.502
Debêntures	23	996.884	996.590	2.751.116	2.759.923
Benefícios pós-emprego	24	9.639	7.795	572.770	551.337
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	26	-	-	256.989	231.112
Contas a pagar vinculadas à concessão	27	-	-	487.804	473.879
Passivos financeiros setoriais	9	-	-	36.795	-
Outras contas a pagar	28	33	-	31.428	30.962
Provisões para litígios	29	301.875	290.520	1.570.016	1.494.936
		2.199.718	2.265.783	9.625.247	9.574.061
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Atribuível aos acionistas da empresa controladora					
Capital social	30.1.1	6.910.000	6.910.000	6.910.000	6.910.000
Ajustes de avaliação patrimonial	30.1.2	1.156.864	1.177.372	1.156.864	1.177.372
Reserva legal		744.784	744.784	744.784	744.784
Reserva de retenção de lucros		5.413.572	5.413.572	5.413.572	5.413.572
Lucros acumulados		152.943	-	152.943	-
		14.378.163	14.245.728	14.378.163	14.245.728
Atribuível aos acionistas não controladores	30.2	-	-	331.991	338.750
		14.378.163	14.245.728	14.710.154	14.584.478
TOTAL DO PASSIVO		17.061.838	16.953.724	29.183.942	28.947.657

As notas explicativas - NE são parte integrante das informações trimestrais.

Demonstrações de Resultados
para os trimestres findos em 31 de março de 2016 e de 2015
em milhares de reais

	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.03.2016	31.03.2015	31.03.2016	31.03.2015
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	31	-	-	3.073.638	4.237.102
Custos Operacionais	32	-	-	(2.469.490)	(3.150.077)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		-	-	604.148	1.087.025
Outras Receitas (Despesas) Operacionais					
Despesas com vendas	32	-	-	(47.693)	(103.112)
Despesas gerais e administrativas	32	(23.662)	(23.677)	(151.419)	(139.820)
Outras despesas operacionais, líquidas	32	(11.674)	(18.291)	(103.621)	(214.802)
Resultado da equivalência patrimonial	17	162.366	463.220	47.894	46.362
		127.030	421.252	(254.839)	(411.372)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		127.030	421.252	349.309	675.653
Resultado Financeiro	33				
Receitas financeiras		65.127	56.158	213.969	219.876
Despesas financeiras		(73.511)	(58.488)	(371.830)	(178.991)
		(8.384)	(2.330)	(157.861)	40.885
LUCRO OPERACIONAL		118.646	418.922	191.448	716.538
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	13.4				
Imposto de renda e contribuição social		-	(217)	(353.151)	(308.560)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		14.860	15.263	297.792	62.013
		14.860	15.046	(55.359)	(246.547)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		133.506	433.968	136.089	469.991
Atribuído aos acionistas da empresa controladora		-	-	133.506	433.968
Atribuído aos acionistas não controladores	30.2	-	-	2.583	36.023
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS DA EMPRESA CONTROLADORA - em reais					
Ações ordinárias	30.1.3	0,46596	1,51463	0,46596	1,51463
Ações preferenciais classe "A"	30.1.3	0,51277	1,66714	0,51277	1,66714
Ações preferenciais classe "B"	30.1.3	0,51255	1,66609	0,51255	1,66609

As notas explicativas - NE são parte integrante das informações trimestrais.

Demonstrações de Resultados Abrangentes
para os trimestres findos em 31 de março de 2016 e de 2015
em milhares de reais

	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.03.2016	31.03.2015	31.03.2016	31.03.2015
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		133.506	433.968	136.089	469.991
Outros resultados abrangentes					
Itens que não serão reclassificados para o resultado					
Perdas com passivos atuariais	30.1.2				
benefícios pós-emprego - equivalência patrimonial		(854)	-	(854)	-
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado					
Ganhos (perdas) com ativos financeiros disponíveis para venda	30.1.2	(329)	710	(329)	830
Tributos sobre outros resultados abrangentes	30.1.2	112	(163)	112	(283)
Total de outros resultados abrangentes, líquido de tributos		(1.071)	547	(1.071)	547
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO		132.435	434.515	135.018	470.538
Atribuível aos acionistas da empresa Controladora				132.435	434.515
Atribuível aos acionistas não controladores				2.583	36.023

As notas explicativas - NE são parte integrante das informações trimestrais.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
para os trimestres findos em 31 de março de 2016 e de 2015
em milhares de reais

	NE nº	Atribuível aos acionistas da empresa controladora						Total Controladora	Atribuível aos acionistas não contro-ladores	Total Consolidado
		Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial		Reservas de lucros					
			Custo atribuído do imobilizado	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados			
Saldo em 1º de janeiro de 2016		6.910.000	1.046.663	130.709	744.784	5.413.572	-	14.245.728	338.750	14.584.478
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	133.506	133.506	2.583	136.089
Outros resultados abrangentes										
Perdas com ativos financeiros, líquidas de tributos	30.1.2	-	-	(217)	-	-	-	(217)	-	(217)
Perdas atuariais, líquidas de tributos	30.1.2	-	-	(854)	-	-	-	(854)	-	(854)
Resultado abrangente total do período		-	-	(1.071)	-	-	133.506	132.435	2.583	135.018
Realização do custo atribuído do imobilizado, líquida de tributos	30.1.2	-	(19.437)	-	-	-	19.437	-	-	-
Distribuição de dividendos com lucros retidos	30.2	-	-	-	-	-	-	-	(9.342)	(9.342)
Saldo em 31 de março de 2016		6.910.000	1.027.226	129.638	744.784	5.413.572	152.943	14.378.163	331.991	14.710.154

As notas explicativas - NE são parte integrante das informações trimestrais.

	Atribuível aos acionistas da empresa controladora							Total Controladora	Atribuível aos acionistas não controladores	Total Consolidado
	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial		Reservas de lucros						
		Custo atribuído do imobilizado	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados			
Saldo em 1º de janeiro de 2015	6.910.000	1.137.104	(160.140)	685.147	4.516.825	241.753	-	13.330.689	352.091	13.682.780
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	433.968	433.968	36.023	469.991
Outros resultados abrangentes										
Ganhos com ativos financeiros, líquidos de tributos	-	-	547	-	-	-	-	547	-	547
Resultado abrangente total do exercício	-	-	547	-	-	-	433.968	434.515	36.023	470.538
Realização do custo atribuído do imobilizado, líquida de tributos	-	(30.682)	-	-	-	-	30.682	-	-	-
Deliberação do dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	-	-	-	(21.800)	(21.800)
Saldo em 31 de março de 2015	6.910.000	1.106.422	(159.593)	685.147	4.516.825	241.753	464.650	13.765.204	366.314	14.131.518

As notas explicativas - NE são parte integrante das informações trimestrais.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
para os trimestres findos em 31 de março de 2016 e de 2015
em milhares de reais

	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.03.2016	31.03.2015	31.03.2016	31.03.2015
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do período		133.506	433.968	136.089	469.991
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do trimestre com a geração (utilização) de caixa das atividades operacionais:					
Variações monetárias e cambiais não realizadas - líquidas		11.988	7.238	206.376	59.529
Remuneração de contas a receber vinculadas à concessão	10.1	-	-	(37.548)	(28.348)
Imposto de renda e contribuição social	13.4	-	217	353.151	308.560
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.4	(14.860)	(15.263)	(297.792)	(62.013)
Resultado da equivalência patrimonial	17.1	(162.366)	(463.220)	(47.894)	(46.362)
Apropriação do cálculo atuarial dos benefícios pós-emprego	24.4	2.050	387	32.210	35.576
Apropriação das contribuições previdenciárias e assistenciais	24.4	1.373	1.570	34.498	33.067
Constituição para programas de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	26.2	-	-	26.367	36.549
Resultado de ativos e passivos financeiros setoriais	9.3	-	-	545.993	(354.493)
Depreciação e amortização	32	284	-	179.036	159.271
Provisões e reversões operacionais líquidas	32.4	11.394	15.623	121.061	220.773
Baixas de contas a receber vinculadas à concessão	10.1	-	-	52	7.967
Resultado das baixas de imobilizado		-	-	2.673	12.423
Resultado das baixas de intangíveis	19.2	-	-	9.674	13.000
		(16.631)	(19.480)	1.263.946	865.490
Redução (aumento) dos ativos					
Clientes		-	-	(58.023)	(654.472)
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos		42.151	414.981	3.652	1.664
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	8.1	49.425	44.647	49.425	44.647
Depósitos judiciais		(182)	(237)	(43.972)	36.128
Ativos financeiros setoriais	9.3	-	-	206.453	-
Outros créditos		811	(809)	103.087	(21.572)
Estoques		-	-	(10.233)	12.787
Imposto de renda e contribuição social		28.852	4.759	49.894	(1.295)
Outros tributos a recuperar		(62)	-	(1.486)	2.422
Despesas antecipadas		-	16	9.557	(13.411)
Partes relacionadas		(526)	(24.381)	-	(23.150)
Aumento (redução) dos passivos					
Obrigações sociais e trabalhistas		(10.655)	(298)	518	1.062
Fornecedores		2.965	1.227	(151.080)	154.447
Outras obrigações fiscais		(31.697)	(5.230)	(109.548)	200.783
Benefícios pós-emprego	24.4	(1.434)	(1.545)	(45.271)	(42.584)
Encargos do consumidor a recolher		-	-	(78.098)	148.888
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	26.2	-	-	(19.015)	(19.862)
Contas a pagar vinculadas à concessão	27.3	-	-	(388.547)	(13.640)
Outras contas a pagar		772	3.309	11.350	75.841
Provisões para litígios quitadas	29.1.1	(39)	-	(13.149)	(57.578)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		63.750	416.959	779.460	696.595
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(2.659)	(450.525)	(369.364)
Encargos de empréstimos e financiamentos pagos		22.4	(65.998)	(52.028)	(127.724)
Encargos de debêntures pagos		23.2	(62)	(60)	(5.213)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(2.310)	362.212	195.998	228.202

(continua)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
para os trimestres findos em 31 de março de 2016 e de 2015 (continuação)
em milhares de reais

	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.03.2016	31.03.2015	31.03.2016	31.03.2015
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aplicações financeiras	17.1	(5)	(4)	(3.365)	249.326
Aportes em investimentos		(15)	(377.818)	(51.806)	(22.449)
Aquisições de imobilizado		(13)	(23)	(218.174)	(286.072)
Participação financeira do consumidor - imobilizado		-	-	40	-
Aquisições de intangível	19.2	(92)	(263)	(187.739)	(253.523)
Participação financeira do consumidor - intangível	19.2	-	-	23.953	57.346
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(125)	(378.108)	(437.091)	(255.372)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Ingressos de empréstimos e financiamentos		-	-	-	455.095
Amortizações de principal de empréstimos e financiamentos	22.4	-	-	(42.866)	(25.118)
Amortizações de principal de debêntures	23.2	-	-	(14.828)	(10.152)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		-	(13)	(21.501)	(313)
CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO) GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-	(13)	(79.195)	419.512
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(2.435)	(15.909)	(320.288)	392.342
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	5	25.653	34.862	1.480.727	740.131
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	5	23.218	18.953	1.160.439	1.132.473
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(2.435)	(15.909)	(320.288)	392.342

As notas explicativas - NE são parte integrante das informações trimestrais.

Demonstrações do Valor Adicionado
para os trimestres findos em 31 de março de 2016 e de 2015
em milhares de reais

VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	Controladora		Consolidado	
	31.03.2016	31.03.2015	31.03.2016	31.03.2015
Receitas				
Venda de energia e outros serviços	-	-	5.747.621	5.171.993
Receita de construção	-	-	390.542	395.499
Resultado de ativos e passivos financeiros setoriais			(527.202)	560.885
Outras receitas	-	-	2.064	1.566
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(36.956)	(91.276)
	-	-	5.576.069	6.038.667
(-) Insumos adquiridos de terceiros				
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	1.311.907	1.935.133
Encargos de uso da rede elétrica (-) ESS e EER	-	-	174.459	173.968
Material, insumos e serviços de terceiros	2.674	2.083	165.882	178.267
Gás natural e insumos para operações de gás	-	-	145.584	257.065
Custo de construção	-	-	336.837	341.301
Perda / Recuperação de valores ativos	-	-	16.477	36.424
Outros insumos	19.478	22.245	124.296	145.777
	22.152	24.328	2.275.442	3.067.935
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO	(22.152)	(24.328)	3.300.627	2.970.732
(-) Depreciação e amortização	284	895	179.036	159.271
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	(22.436)	(25.223)	3.121.591	2.811.461
(+) Valor adicionado transferido				
Receitas financeiras	65.127	56.158	213.969	219.876
Resultado de participações societárias	162.367	463.925	47.893	47.064
Outras receitas	-	-	24.448	21.140
	227.494	520.083	286.310	288.080
	205.058	494.860	3.407.901	3.099.541

(continua)

Demonstrações do Valor Adicionado
para os trimestres findos em 31 de março de 2016 e de 2015 (continuação)
em milhares de reais

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	Controladora				Consolidado			
	31.03.2016	%	31.03.2015	%	31.03.2016	%	31.03.2015	%
Pessoal								
Remunerações e honorários	6.535		9.897		201.215		179.802	
Planos previdenciário e assistencial	3.062		1.957		68.618		68.643	
Auxílio alimentação e educação	505		864		28.306		25.167	
Encargos sociais - FGTS	566		827		16.738		14.896	
Indenizações trabalhistas	22		14		3.912		1.874	
Participação nos lucros e/ou resultados	183		645		10.744		9.914	
Apropriação no imobilizado e no intangível em curso	-		(35)		(11.149)		(18.280)	
	10.873	5,3	14.169	2,9	318.384	9,3	282.016	9,1
Governo								
Federal								
Tributos	(10.141)		(12.095)		496.025		638.907	
Encargos setoriais	-		-		847.089		562.903	
Estadual	-		-		1.224.824		918.126	
Municipal	6		29		2.030		4.094	
	(10.135)	(4,9)	(12.066)	(2,4)	2.569.968	75,4	2.124.030	68,5
Terceiros								
Juros	70.483		58.387		373.239		214.431	
Arrendamentos e aluguéis	331		402		9.140		8.447	
Doações, subvenções e contribuições	-		-		1.081		626	
	70.814	34,5	58.789	11,9	383.460	11,3	223.504	7,2
Acionistas								
Participações de acionistas não controladores	-		-		2.583		36.023	
Lucros retidos na empresa	133.506		433.968		133.506		433.968	
	133.506	65,1	433.968	87,6	136.089	4,0	469.991	15,2
	205.058	100,0	494.860	100,0	3.407.901	100,0	3.099.541	100,0

As notas explicativas - NE são parte integrante das informações trimestrais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para o trimestre findo em 31 de março de 2016

em milhares de reais

1 Contexto Operacional

A Companhia Paranaense de Energia (Copel, Companhia ou Controladora), com sede na Rua Coronel Dulcídio, 800, Curitiba - PR, é uma sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, controlada pelo Estado do Paraná, e cujas ações são negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo, no Nível 1 de Governança Corporativa dos Segmentos Especiais de Listagem da (BM&FBOVESPA), na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE Euronext) e na Bolsa de Valores de Madri no segmento latino-americano (Latibex).

A Copel e suas controladas têm como principais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel (vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME), pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a produção, transformação, transporte, distribuição e comercialização de energia, em qualquer de suas formas, principalmente a elétrica. Adicionalmente, a Copel tem participação em consórcios e em empresas privadas e de economia mista, com o objetivo de desenvolver atividades, principalmente, nas áreas de energia, telecomunicações, gás natural e saneamento básico.

1.1 Participações societárias da Copel

A Copel participa, direta ou indiretamente, em controladas (1.1.1), em empreendimentos controlados em conjunto (1.1.2), em coligadas (1.1.3) e em operações em conjunto (1.1.4).

1.1.1 Controladas

Controlada	Sede	Atividade principal	Participação	
			%	Investidora
Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT)	Curitiba/PR	Geração e transmissão de energia elétrica	100,0	Copel
Copel Distribuição S.A.	Curitiba/PR	Distribuição de energia elétrica	100,0	Copel
Copel Telecomunicações S.A.	Curitiba/PR	Telecomunicações e comunicações	100,0	Copel
Copel Renováveis S.A. (Copel REN)	Curitiba/PR	Controle e gestão de participações	100,0	Copel
Copel Comercialização S.A. (Copel COM) (a)	Curitiba/PR	Comercialização de energia	100,0	Copel
Companhia Paranaense de Gás - Compagás	Curitiba/PR	Distribuição de gás canalizado	51,0	Copel
Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica	70,0	Copel
UEG Araucária Ltda.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - gás natural	20,0	Copel
São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A. (São Bento)	Curitiba/PR	Controle e gestão de participações	60,0	Copel GeT
Nova Asa Branca I Energias Renováveis S.A.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A.	S. Miguel do Gostoso/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A.	Parazinho/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Nova Eurus IV Energias Renováveis S.A.	Parazinho/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Santa Maria Energias Renováveis S.A.	Touros/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Santa Helena Energias Renováveis S.A.	Maracanaú/CE	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Ventos de Santo Uriel S.A.	Maracanaú/CE	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Cutia Empreendimentos Eólicos S.A. (Cutia)	João Câmara/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Copel Brisa Potiguar S.A. (b)	Curitiba/PR	Controle e gestão de participações	100,0	Copel GeT
GE Olho D'Água S.A.	Curitiba/PR	Controle e gestão de participações	100,0	Copel REN
GE Boa Vista S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	São Bento
GE Farol S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	São Bento
GE São Bento do Norte S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	São Bento
Central Geradora Eólica São Bento do Norte I S.A. (b)	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	São Bento
Central Geradora Eólica São Bento do Norte II S.A. (b)	Goiânia/GO	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Central Geradora Eólica São Bento do Norte III S.A. (b)	Goiânia/GO	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Central Geradora Eólica São Miguel I S.A. (b)	Goiânia/GO	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Central Geradora Eólica São Miguel II S.A. (b)	Goiânia/GO	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Central Geradora Eólica São Miguel III S.A. (b)	Goiânia/GO	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Guajiru S.A. (b)	Goiânia/GO	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Jangada S.A. (b)	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Potiguar S.A. (b)	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Cutia S.A. (b)	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Maria Helena S.A. (b)	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Esperança do Nordeste S.A. (b)	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Paraíso dos Ventos do Nordeste S.A. (b)	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia

(a) Em 03.02.2016, foi alterada a denominação de Copel Participações S.A para Copel Comercialização S.A. e o objeto social principal foi alterado de controle e gestão de participações para comercialização de energia e prestação de serviços correlatos.

(b) Fase pré-operacional.

1.1.2 Empreendimentos controlados em conjunto

Empreendimento controlado em conjunto	Sede	Atividade principal	Participação	
			%	Investidora
Voltaia São Miguel do Gostoso I Participações S.A.	São Paulo/SP	Participação em sociedades	49,0	Copel
Paraná Gás Exploração e Produção S.A. (a)	Curitiba/PR	Extração de petróleo e gás natural	30,0	Copel
Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.	Curitiba/PR	Transmissão de energia elétrica	51,0	Copel GeT
Marumbi Transmissora de Energia S.A.	Curitiba/PR	Transmissão de energia elétrica	80,0	Copel GeT
Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A.	Florianópolis/SC	Transmissão de energia elétrica	20,0	Copel GeT
Caiuá Transmissora de Energia S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	49,0	Copel GeT
Integração Maranhense Transmissora de Energia S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	49,0	Copel GeT
Matrinchã Transmissora de Energia (TP NORTE) S.A.(a)	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	49,0	Copel GeT
Guaraciaba Transmissora de Energia (TP SUL) S.A. (a)	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	49,0	Copel GeT
Paranaíba Transmissora de Energia S.A. (a)	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	24,5	Copel GeT
Mata de Santa Genebra Transmissão S.A. (a)	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	50,1	Copel GeT
Cantareira Transmissora de Energia S.A. (a)	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	49,0	Copel GeT
Dominó Holdings S.A.	Curitiba/PR	Participação em sociedade de saneamento básico	49,0	Copel COM

(a) Fase pré-operacional.

1.1.3 Coligadas

Coligada	Sede	Atividade principal	Participação % Copel
Cia. de Saneamento do Paraná - Sanepar	Curitiba/PR	Saneamento básico	7,6252
Dona Francisca Energética S.A.	Agudo/RS	Energia elétrica	23,0303
Foz do Chopim Energética Ltda.	Curitiba/PR	Energia elétrica	35,77
Carbocampel S.A.	Figueira/PR	Exploração de carvão	49,0
Dois Saltos Empreendimentos de Geração de Energia Elétrica Ltda. (a)	Curitiba/PR	Energia elétrica	30,0
Copel Amec S/C Ltda. - em liquidação	Curitiba/PR	Serviços	48,0
Escoelectric Ltda.	Curitiba/PR	Serviços	40,0
Sercomtel S.A. Telecomunicações (b)	Londrina/PR	Telecomunicações	45,0

(a) Fase pré-operacional.

(b) Investimento reduzido a zero desde 2013 por conta dos testes de recuperação de ativos.

1.1.4 Operações em conjunto (consórcios)

Empreendimento	Participação % Copel Get	Demais consorciados	Participação %
UHE Mauá	51,0	Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	49,0
UHE Baixo Iguaçu (18.5.1)	30,0	Geração Céu Azul S.A (Neoenergia)	70,0
Consórcio Tapajós (18.5.2)	13,8	Centrais Elétricas Brasileiras S.A - Eletrobrás	13,8
		Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A - Eletronorte	10,2
		Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.	6,7
		Electricité de France S.A - EDF	9,3
		Cemig Geração e Transmissão S.A.	13,8
		Endesa Brasil S.A.	10,8
		GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda.	10,8
		Neoenergia Investimentos S.A.	10,8

2 Concessões e Autorizações

2.1 Contratos de concessão/autorização das participações societárias da Copel:

Copel		Participação %	Vencimento
Contratos de Concessão / Autorização das Participações Societárias:			
Copel Distribuição	Contrato de concessão nº 046/1999 (a)	100	07.07.2045
Elejor	Contrato de concessão nº 125/2001 - UHE Fundão e UHE Santa Clara	70	28.05.2037
	Autorização - Resoluções nºs 753 e 757/2002 - PCHs Fundão I e Santa Clara I	70	18.12.2032
Dona Francisca Energética	Contrato de concessão nº 188/1998 - UHE Dona Francisca	23	27.08.2033
Foz do Chopim	Autorização - Resolução nº 114/2000 - PCH Foz do Chopim	36	23.04.2030
UEG Araucária	Autorização - Resolução nº 351/1999 - UTE Araucária (60% da Copel GeT)	20	22.12.2029
Compagás	Contrato de concessão de distribuição de gás	51	06.07.2024
Usina de Energia Eólica São João (b)	Portaria MME nº 173 /2012 - EOL São João	49	25.03.2047
Usina de Energia Eólica Carnaúba (b)	Portaria MME nº 204 /2012 - EOL Carnaúbas	49	08.04.2047
Usina de Energia Eólica Reduto (b)	Portaria MME nº 230 /2012 - EOL Reduto	49	15.04.2047
Usina de Energia Eólica Santo Cristo (b)	Portaria MME nº 233 /2012 - EOL Santo Cristo	49	17.04.2047
Dois Saltos	Autorização - Resolução nº 5204/2015	30	22.04.2045
Paraná Gás	PART-T-300_R12 Nº 4861-.0000.99/2014-00 - ANP	30	15.05.2045

(a) Prorrogação da concessão através da assinatura, em 09.12.2015, do 5º Termo Aditivo do Contrato de Concessão nº 046/1999.

(b) Subsidiárias integrais da Voltalia São Miguel do Gostoso I Participações S.A.

2.2 Contratos de concessão/autorização da Copel Geração e Transmissão e das suas participações societárias:

Copel Geração e Transmissão		Participação %	Vencimento
Contrato de Concessão nº 045/1999			
UTE Figueira		100	26.03.2019
UHE Gov. Bento Munhoz da Rocha Netto (Foz do Areia)		100	23.05.2023
UHE São Jorge		100	03.12.2024
UHE Guaricana		100	16.08.2026
UHE Gov. Ney Aminthas de Barros Braga (Segredo)		100	15.11.2029
UHE Gov. José Richa (Salto Caxias)		100	04.05.2030
Autorização - Resolução nº 278/1999 - UEE Palmas		100	28.09.2029
Despacho nº 182/2002 - PCH Melissa, PCH Pitangui e PCH Saldo do Vau (a)		100	-
Contrato de Concessão de geração nº 001/2007 - UHE Mauá		51	02.07.2042
Contrato de Concessão nº 001/2011 - UHE Colíder (b)		100	16.01.2046
Autorização - Portaria nº 133/2011 - PCH Cavernoso II		100	27.02.2046
Contrato de Uso de Bem Público nº 002/2012 - UHE Baixo Iguaçu (c)		30	19.08.2047
Contrato de Uso de Bem Público nº 007/2013			
UHE Apucarantina (d)		100	12.10.2025
UHE Chaminé (d)		100	16.08.2026
UHE Derivação do Rio Jordão (d)		100	15.11.2029
UHE Cavernoso (d)		100	07.01.2031
Contrato de Concessão nº 002/2016 - UHE Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza (GPS)		100	05.01.2046
Em processo de homologação na Aneel - UHE Marumbi		100	-
Resolução Autorizativa Aneel nº 5373/2015 - UHE Chopim I (a)		100	-
Contratos de Concessão / Autorização das Participações Societárias:			
UEG Araucária	Resolução nº 351/1999 - UTE Araucária (20% da Copel)	60	22.12.2029
Nova Asa Branca I	Portaria MME nº 267/2011 - EOL Asa Branca I	100	24.04.2046
Nova Asa Branca II	Portaria MME nº 333/2011 - EOL Asa Branca II	100	30.05.2046
Nova Asa Branca III	Portaria MME nº 334/2011 - EOL Asa Branca III	100	30.05.2046
Nova Eurús IV	Portaria MME nº 273/2011 - EOL Eurús IV	100	26.04.2046
Santa Maria	Portaria MME nº 274/2012 - EOL SM	100	07.05.2047
Santa Helena	Portaria MME nº 207/2012 - EOL Santa Helena	100	08.04.2047
Ventos de Santo Uriel	Portaria MME nº 201/2012 - EOL Ventos de Santo Uriel	100	08.04.2047
GE Boa Vista	Portaria MME nº 276/2011 - EOL Dreen Boa Vista	100	27.04.2046
GE Farol	Portaria MME nº 263/2011 - EOL Farol	100	19.04.2046
GE Olho D'Água	Portaria MME nº 343/2011 - EOL Dreen Olho D'Água	100	31.05.2046
GE São Bento do Norte	Portaria MME nº 310/2011 - EOL Dreen São Bento do Norte	100	18.05.2046
Esperança do Nordeste	Portaria MME nº 183/2015 - EOL Esperança do Nordeste (b)	100	10.05.2050
Paraíso dos Ventos do Nordeste	Portaria MME nº 182/2015 - EOL Paraíso dos Ventos do Nordeste (b)	100	10.05.2050
Usina de Energia Eólica Jangada	REA nº 3.257/2011 - EOL GE Jangada (b)	100	04.01.2042
Maria Helena	REA nº 3.259/2011 - EOL GE Maria Helena (b)	100	04.01.2042
Usina de Energia Eólica Potiguar	Portaria MME nº 179/2015 - EOL Potiguar (b)	100	10.05.2050
Usina de Energia Eólica Guajiru	REA nº 3.256/2011 - EOL Dreen Guajiru (b)	100	04.01.2042
Usina de Energia Eólica Cutia	REA nº 3.258/2011 - EOL Dreen Cutia (b)	100	04.01.2042
São Bento do Norte I	Portaria nº 349/2015 - EOL São Bento do Norte I (e)	100	03.08.2050
São Bento do Norte II	Portaria nº 348/2015 - EOL São Bento do Norte II (e)	100	03.08.2050
São Bento do Norte III	Portaria nº 347/2015 - EOL São Bento do Norte III (e)	100	03.08.2050
São Miguel I	Portaria nº 352/2015 - EOL São Miguel I (e)	100	03.08.2050
São Miguel II	Portaria nº 351/2015 - EOL São Miguel II (e)	100	03.08.2050
São Miguel III	Portaria nº 350/2015 - EOL São Miguel III (e)	100	03.08.2050

(a) Apenas registro na Aneel.

(b) Empreendimento em construção.

(c) Em 10.10.2014 foi assinado o 1º aditivo ao Contrato de Concessão MME nº 002/2012 formalizando a transferência de 30% da Concessão da UHE Baixo Iguaçu para a Copel Geração e Transmissão.

(d) Usinas que passaram por mudança no regime de exploração de Serviço Público para Produtor Independente.

(e) Início da construção em 2016.

Copel Geração e Transmissão		Participação %	Vencimento
Contratos de Concessões de Linhas de Transmissão - LT e Subestações - SE:			
Contrato nº 060/2001 - Instalações de transmissão - diversos empreendimentos (a)		100	31.12.2042
Contrato nº 075/2001 - LT Bateias - Jaguariaíva		100	16.08.2031
Contrato nº 006/2008 - LT Bateias - Pilarzinho		100	16.03.2038
Contrato nº 027/2009 - LT Foz do Iguaçu - Cascavel Oeste		100	18.11.2039
Contrato nº 010/2010 - LT Araraquara 2 - Taubaté (b)		100	05.10.2040
Contrato nº 015/2010 - SE Cerquilho III		100	05.10.2040
Contrato nº 022/2012 - LT - Foz do Chopim - Salto Osorio C2; LT 230 kV Londrina - Figueira		100	26.08.2042
Contrato nº 002/2013 - LT - Assis - Paraguaçu Paulista II; SE 230/88 kV Paraguaçu Paulista II		100	24.02.2043
Contrato nº 005/2014 - LT - Bateias - Curitiba Norte (b); SE 230/20138 kV Curitiba Norte (b)		100	28.01.2044
Contrato nº 021/2014 - LT Foz do Chopim - Realeza (b); - SE Realeza 230/20138 kV - Pátio novo em 230 kV (b)		100	04.09.2044
Contrato nº 022/2014 - LT Assis - Londrina (b)		100	04.09.2044
Contratos de Concessão / Autorização das Participações Societárias:			
Costa Oeste Transmissora	Contrato nº 001/2012 - LT Cascavel Oeste - Umuarama; SE Umuarama 230/20138 kV	51	11.01.2042
Transmissora Sul Brasileira	Contrato nº 004/2012 - LT Nova Santa Rita - Camaquã 3; LT 230 kV Camaquã 3 - Quinta; LT 525 kV Salto Santiago - Itá; LT 525 kV Itá - Nova Santa Rita; SE Camaquã 3 230/69/2013,8 kV	20	09.05.2042
Caiuá Transmissora	Contrato nº 007/2012 - LT Umuarama - Guaíra; LT 230 kV Cascavel Oeste - Cascavel Norte; SE Santa Quitéria 230/69-13,8 Kv; SE Cascavel Norte 230/20138-13,8 kV	49	09.05.2042
Marumbi Transmissora	Contrato nº 008/2012 - LT Curitiba - Curitiba Leste; SE Curitiba Leste 525/230 kV	80	09.05.2042
Integração Maranhense	Contrato nº 011/2012 - LT Açailândia - Miranda II	49	09.05.2042
Matrinchã Transmissora	Contrato nº 012/2012 - LT Paranaíba - Ribeirãozinho (b); LT 500 kV Paranaíba - Cláudia (b); SE Cláudia 500 kV (b); LT 500 kV Cláudia - Paranatinga (b); SE Paranatinga 500 kV (b); LT 500 kV Paranatinga - Ribeirãozinho (b)	49	09.05.2042
Guaraciaba Transmissora	Contrato nº 013/2012 - LT Ribeirãozinho - Marimbondo II (b); LT 500 kV Ribeirãozinho - Rio Verde Norte (b); LT 500 Rio Verde Norte - Marimbondo II (b); Seccionamento das LTs 500 kV Marimbondo - Araraquara, na SE Marimbondo II (b); SE Marimbondo II 500 kV (b)	49	09.05.2042
Paranaíba Transmissora	Contrato nº 007/2013 - LT - T 500 kV Barreiras II - Rio das Éguas (b); LT 500 kV Rio Das Éguas - Luziânia (b); LT 500 kV Luziânia - Pirapora 2 (b)	24,5	01.05.2043
Mata de Santa Genebra	Contrato nº 001/2014 - LT - Itatiba - Bateias (b); LT 500 kV Itatiba - Bateias (b); LT 500 kV Araraquara 2 - Itatiba (b); LT 500 kV Araraquara 2 - Fernão Dias (b); SE Santa Bárbara do D'Oeste 440 kV (b); SE Itatiba 500 kV (b); SE 500/440 kV Fernão Dias (b)	50,1	13.05.2044
Cantareira Transmissora	Contrato nº 019/2014 - LT - Estreito - Fernão Dias (b)	49	04.09.2044

(a) Concessão prorrogada através do 3º Termo Aditivo do Contrato de Concessão 060/2001.

(b) Empreendimento em construção.

3 Base de Preparação

3.1 Declaração de conformidade

As informações trimestrais são compostas pelas informações financeiras individuais da Controladora e informações financeiras consolidadas que foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards* - IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As informações trimestrais estão sendo apresentadas considerando-se as disposições contidas no CPC 21 (R1) e IAS 34 - Informações Intermediárias. Consequentemente, determinadas informações contidas nas notas explicativas divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31.12.2015, que não sofreram modificações no primeiro trimestre de 2016, não estão sendo apresentadas. Portanto, estas informações trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras de 31.12.2015, disponíveis nos sites da CVM e da Copel.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão das informações trimestrais foi autorizada pela Diretoria de Finanças e de Relações com Investidores em 11.05.2016.

3.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações trimestrais são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.3 Base de mensuração

As informações trimestrais foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, são mensurados pelo valor justo;
- os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo valor justo;
- os investimentos em controladas (nas demonstrações financeiras individuais da Controladora), em empreendimentos controlados em conjunto e em coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial; e
- O valor do passivo assistencial líquido é reconhecido pelo valor presente da obrigação atuarial, calculada por atuário contratado, deduzido o valor justo dos ativos do plano.

3.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas informações trimestrais, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas da Copel e de suas controladas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre o uso de estimativas e julgamentos referentes à aplicação das políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas informações trimestrais são as mesmas divulgadas na NE nº 3.4 das demonstrações financeiras de 31.12.2015.

4 Principais Políticas Contábeis

As políticas contábeis da Companhia são consistentes com aquelas apresentadas na NE nº 4 das demonstrações financeiras de 31.12.2015.

5 Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2016	31.12.2015	31.03.2016	31.12.2015
Caixa e bancos conta movimento	235	126	163.960	167.724
Aplicações financeiras de liquidez imediata	22.983	25.527	996.479	1.313.003
	23.218	25.653	1.160.439	1.480.727

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de 90 dias da data de contratação em caixa. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco), de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações são remuneradas, em média, à taxa da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

6 Títulos e Valores Mobiliários

Categoria	Nível NE 35.1	Indexador	Consolidado	
			31.03.2016	31.12.2015
Títulos disponíveis para venda				
Operação Compromissada	2	Pré-Fixada	48.730	48.085
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	2	CDI	47.322	45.996
Cotas de fundos de investimentos	2	CDI	70.851	64.368
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	Selic	2.706	2.623
Cotas de fundos de investimentos	1	CDI	108	105
			169.717	161.177
Títulos para negociação				
Fundo Multimercado	2	CDI	110.371	111.760
Cotas de fundos de investimentos	2	CDI	81.719	100.282
Operação Compromissada	2	Pré-Fixada	81.492	88.594
Letras Financeiras	2	CDI	45.919	26.025
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	2	CDI	6.106	-
Depósito a Prazo com Garantia Especial do FGC - DPGE	2	CDI	4.686	4.515
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	Selic	2.744	2.563
Crédito Imobiliário	2	CDI	2.316	2.316
Debêntures	2	CDI	145	157
Tesouraria	1	-	8	2
			335.506	336.214
			505.223	497.391
		Circulante	334.090	406.274
		Não circulante	171.133	91.117

A Copel e suas controladas possuem títulos e valores mobiliários que rendem taxas de juros variáveis. O prazo desses títulos varia de 1 a 60 meses a partir do final do período de relatório. Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do trimestre.

7 Clientes

Consolidado	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Saldo 31.03.2016	Saldo 31.12.2015
Consumidores					
Residencial	294.616	235.944	58.884	589.444	593.803
Industrial	256.974	65.336	35.926	358.236	386.777
Comercial	253.916	75.643	34.159	363.718	377.310
Rural	60.593	28.835	4.338	93.766	81.772
Poder público	39.423	13.788	12.811	66.022	66.919
Iluminação pública	36.406	95	120	36.621	40.599
Serviço público	38.189	1.478	1.670	41.337	42.985
Receita de fornecimento não faturada	610.865	-	-	610.865	648.455
Parcelamento de débitos (7.1)	123.298	15.291	21.978	160.567	130.589
Subsídio baixa renda - Eletrobras	12.498	-	-	12.498	12.351
Outros créditos	79.044	36.176	34.862	150.082	141.481
	1.805.822	472.586	204.748	2.483.156	2.523.041
Concessionárias e permissionárias					
Suprimento de energia elétrica					
Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR	110.714	15.091	6.514	132.319	147.809
Contratos bilaterais	100.761	14.496	25	115.282	94.961
CCEE (7.2)	76.237	74.825	271.164	422.226	434.523
Receita de suprimento não faturada	46.307	-	-	46.307	49.431
Regime de cotas e Ressarcimento de geradores	13.050	1.362	1.478	15.890	4.158
	347.069	105.774	279.181	732.024	730.882
Encargos de uso da rede elétrica	88.344	4.523	6.342	99.209	83.171
Telecomunicações	13.700	17.270	32.150	63.120	49.766
Distribuição de gás	53.267	2.360	3.829	59.456	60.715
PCLD (7.3)	-	-	(288.117)	(288.117)	(339.686)
	2.308.202	602.513	238.133	3.148.848	3.107.889
Circulante				3.073.253	3.032.827
Não circulante				75.595	75.062

7.1 Parcelamento de débitos

Os saldos de parcelamento de débitos estão a valor presente, considerando o montante a ser descontado, as datas de realização, as datas de liquidação e a taxa de desconto, que varia de 0,11% a 3,00%.

7.2 CCEE

Do saldo apresentado, os montantes mais significativos são: o valor de R\$ 164.429 que refere-se à UEG Araucária e o valor de R\$ 209.338 que refere-se à Copel Geração e Transmissão, dos quais R\$ 181.560 são decorrentes da venda de energia a ser reprocessada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE do período de janeiro a maio de 2015 em decorrência do pedido, junto a Aneel, pela exclusão de responsabilidade na entrega de energia para cumprir com os contratos de comercialização da Usina Hidrelétrica de Colíder (NE nº 18.4). Do saldo remanescente destas duas empresas, o montante de R\$ 119.743 foi recebido em 19.04.2016 e o valor de R\$ 72.464 tem previsão de recebimento para 20.05.2016.

7.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Consolidado	Saldo em 1º.01.2016	Adições	Perdas	Saldo em 31.03.2016
Consumidores				
Residencial	104.167	24.575	(57.894)	70.848
Industrial	42.176	4.162	(11.252)	35.086
Comercial	48.385	5.116	(16.885)	36.616
Rural	1.827	886	(1.529)	1.184
Poder público	10.651	143	(16)	10.778
Iluminação pública	81	-	-	81
Serviço público	607	88	-	695
	207.894	34.970	(87.576)	155.288
Concessionárias e permissionárias				
CCEE (7.3.1)	119.665	-	-	119.665
Concessionárias e permissionárias	10.141	559	-	10.700
	129.806	559	-	130.365
Telecomunicações	191	344	-	535
Distribuição de gás	1.795	157	(23)	1.929
	339.686	36.030	(87.599)	288.117

7.3.1 CCEE

Em 2015, foi constituída PCLD no valor de R\$ 119.665, referente a diferenças entre os preços de venda de energia negociada nos contratos de comercialização da Usina Hidrelétrica de Colíder e o Preço de Liquidação de Diferença - PLD, negociado na CCEE. A Companhia aguarda a definição por parte da Aneel quanto ao pleito de revisão do cronograma de início da operação comercial dessa usina para a possível reversão desta provisão.

8 Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná

Por meio do quarto termo aditivo, assinado em 21.01.2005, foi renegociado, com o Governo do Estado do Paraná, o saldo em 31.12.2004, da Conta de Resultados a Compensar - CRC, no montante de R\$ 1.197.404, em 244 prestações recalculadas pelo sistema price de amortização, atualizado pela variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, e juros de 6,65% a.a., os quais são recebidos mensalmente, com vencimento da primeira parcela em 30.01.2005 e as demais com vencimentos subsequentes e consecutivos.

O Governo do Estado do Paraná vem cumprindo o pagamento das parcelas renegociadas, conforme estabelecido no quarto termo aditivo. As amortizações são garantidas com recursos oriundos de dividendos

8.1 Mutação do CRC

Controladora e consolidado	Ativo circulante	Ativo não circulante	Total
Em 1�.01.2016	111.663	1.271.579	1.383.242
Juros	22.179	-	22.179
Variação monetária	163	35.126	35.289
Transferências	29.701	(29.701)	-
Recebimentos	(49.425)	-	(49.425)
Em 31.03.2016	114.281	1.277.004	1.391.285

8.2 Vencimento das parcelas de longo prazo

Controladora e consolidado	31.03.2016
2017	92.530
2018	130.534
2019	139.215
2020	148.473
2021	158.348
2022	168.879
Após 2022	439.025
	1.277.004

9 Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

Os Ativos e Passivos Financeiros Setoriais referem-se à Conta de Compensac  o de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e outros componentes financeiros, que correspondem aos custos não gerenciáveis incorridos no ciclo tarifário, sem a devida cobertura tarifária. Os saldos destas contas representam as variações positivas e negativas entre os valores previstos e realizados, sendo corrigidos por  ndice determinado pela Aneel e repassados no próximo reajuste tarifário.

9.1 Composição dos saldos de ativos financeiros setoriais

Consolidado	Ativo circulante		Ativo não circulante	
	31.03.2016	31.12.2015	31.03.2016	31.12.2015
Ativos financeiros setoriais - reajuste tarifário 2015				
Parcela A				
Rede básica	34.890	69.781	-	-
ESS	(100.322)	(200.644)	-	-
CDE	85.504	171.008	-	-
Proinfa	(592)	(1.185)	-	-
CVA Energ	182.639	365.276	-	-
Transporte de energia comprada de Itaipu	1.429	2.859	-	-
Outros componentes financeiros				
Diferimento IRT 2013	71.812	143.624	-	-
Diferimento IRT 2014	162.002	324.003	-	-
Revisão tarifária extraordinária	(89.882)	(179.763)	-	-
Sobrecontratação	39.389	78.778	-	-
Neutralidade	(3.944)	(7.888)	-	-
Exposição financeira	4.961	9.922	-	-
Garantias	42	84	-	-
	387.928	775.855	-	-
Ativos financeiros setoriais - reajuste tarifário 2016				
Parcela A				
Rede básica	-	3.615	-	3.615
Energia elétrica comprada para revenda - Itaipu	-	349.704	-	349.704
ESS	-	(69.255)	-	(69.255)
CDE	-	231.052	-	231.052
Proinfa	-	(40)	-	(40)
CVA Energ	-	(190.070)	-	(190.071)
Transporte de energia comprada de Itaipu	-	2.432	-	2.432
Outros componentes financeiros				
Revisão tarifária extraordinária	-	(264.423)	-	(264.423)
Sobrecontratação	-	20.999	-	20.999
Neutralidade	-	36.266	-	36.266
Abrace	-	10.228	-	10.228
Exposição financeira	-	4.396	-	4.396
	-	134.904	-	134.903
	387.928	910.759	-	134.903

9.2 Composição dos passivos financeiros setoriais

Consolidado	Passivo circulante		Passivo não circulante	
	31.03.2016	31.12.2015	31.03.2016	31.12.2015
Passivos financeiros setoriais - reajuste tarifário 2016				
Parcela A				
Rede básica	760	-	253	-
Energia elétrica comprada para revenda - Itaipu	(581.627)	-	(193.875)	-
ESS	130.046	-	43.349	-
CDE	(261.261)	-	(87.087)	-
Proinfa	(12.139)	-	(4.047)	-
CVA Energ	473.194	-	157.732	-
Transporte de energia comprada de Itaipu	(5.250)	-	(1.750)	-
Outros componentes financeiros				
Sobrecontratação	(38.176)	-	(12.726)	-
Revisão tarifária extraordinária	409.546	-	136.515	-
Neutralidade	(64.881)	-	(21.627)	-
Redução da receita - Abrace	(15.810)	-	(5.270)	-
Exposição financeira	8.260	-	2.753	-
	42.662	-	14.220	-
Passivos financeiros setoriais - reajuste tarifário 2017				
Componentes financeiros				
Sobrecontratação	-	-	(25.213)	-
Exposição financeira	-	-	28.591	-
	-	-	3.378	-
Passivos financeiros setoriais - revisão tarifária 2020				
Componentes financeiros				
Devoluções tarifárias	-	-	19.197	-
	-	-	19.197	-
	42.662	-	36.795	-

9.3 Mutações dos ativos e passivos financeiros setoriais líquidos

	Saldo em 1º.01.2016	Receita Operacional		Resultado financeiro	Bandeiras tarifárias	Saldo em 31.03.2016
		Constituição	Amortização	Atualização		
Parcela A						
Rede básica	77.011	(8.324)	(37.275)	2.465	-	33.877
Energia elétrica comprada para revenda - Itaipu (9.3.1)	699.408	53.591	-	22.503	-	775.502
ESS	(339.154)	38.389	107.137	(15.383)	(64.706)	(273.717)
CDE (9.3.2)	633.112	(127.455)	(91.357)	19.552	-	433.852
Proinfa	(1.265)	15.811	639	409	-	15.594
CVA Energ (9.3.3)	(14.865)	(97.692)	(195.032)	1.049	(141.747)	(448.287)
Transporte de energia comprada de Itaipu	7.723	1.977	(1.528)	257	-	8.429
Outros componentes financeiros						
Sobrecontratação	120.776	34.084	(39.389)	33	-	115.504
Diferimento reposição tarifária (9.3.4)	467.627	-	(233.813)	-	-	233.814
Revisão tarifária extraordinária	(708.609)	-	89.882	(17.216)	-	(635.943)
Neutralidade (9.3.5)	64.644	11.281	3.944	2.695	-	82.564
Abrace (9.3.6)	20.456	-	-	624	-	21.080
Exposição financeira	18.714	(47.069)	(4.961)	(1.327)	-	(34.643)
Garantias	84	-	(42)	-	-	42
Devoluções tarifárias (9.3.7)	-	(18.791)	-	(406)	-	(19.197)
	1.045.662	(144.198)	(401.795)	15.255	(206.453)	308.471

9.3.1 Energia Elétrica Comprada para Revenda - Itaipu

A potência da Usina Hidrelétrica de Itaipu é vendida por meio de cotas-parte às concessionárias das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, de acordo com seus mercados. A Companhia reconheceu em 31.03.2016 o montante de R\$ 53.591 como variação de custo de aquisição de energia elétrica e R\$ 22.503 como variação cambial, em razão do reajuste do preço da energia de Itaipu e da variação cambial.

9.3.2 Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

O saldo constituído em 31.03.2016 representa a diferença das quotas de CDE - Uso, Energia e Conta-ACR homologadas pela Aneel e pagas mensalmente (NE nº 31.6), superiores à quota regulatória prevista na tarifa de energia.

9.3.3 Energia elétrica comprada para revenda - CVA Energ

A conta de CVA Energia foi compensada pelos recursos recebidos das Bandeiras Tarifárias durante o ano de 2015 e 2016, e recursos da Contra-ACR relativos à competência de novembro e dezembro de 2014, repassados em março de 2015, de acordo com o Despacho Aneel nº 733/2015.

Em 1º.12.2015, foi aprovada pela Aneel a Resolução Normativa nº 689, alterada pela Resolução Normativa nº 700/2016, que trata a metodologia para os casos de saldos positivos da Conta Bandeiras, onde prevê que o excedente de bandeiras seja alocado na distribuidora, a ser apropriado aos consumidores nos processos tarifários subsequentes, considerando provisão em março de 2016, podendo ser compensado nas próximas apurações da Conta Bandeiras, até o próximo reajuste tarifário.

9.3.4 Diferimento reposição tarifária

Os diferimentos parciais se referem aos reajustes tarifários de 2013 e de 2014, conforme Resoluções Homologatórias nº 1.541/2013, e nº 1.740/2014, respectivamente. Em 31.03.2016, o montante atualizado do diferimento de 2013 é de R\$ 71.812 e o do diferimento de 2014 é de R\$ 162.002, totalizando R\$ 233.814, a serem amortizados em 2016.

9.3.5 Neutralidade

A Neutralidade da Parcela A corresponde a estimativa da parcela recuperável dos encargos setoriais não recebidos pela tarifa vigente (receita faturada), face a retração do consumo verificado no período. A Companhia reconheceu no resultado em 31.03.2016 o montante de R\$ 17.920 relativo à neutralidade da Parcela A.

9.3.6 Abrace

A Aneel, através da Resolução Homologatória 1.986/2015, definiu as tarifas para membros da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres - Abrace, que em decorrência de decisão judicial obtiveram suspensão do pagamento de parte do encargo da CDE, refletindo na redução da receita, sendo que a parcela desonerada dos associados será rateada entre os demais consumidores no próximo ciclo tarifário.

9.3.7 Devoluções tarifárias

A Aneel, em 28.01.2016, através do Despacho nº 245, determinou que os novos valores decorrentes de Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativos devem ser apropriados, a partir de 1º.01.2016, em Passivos Financeiros Setoriais sendo atualizados mensalmente e somente começará a ser amortizado quando da homologação no 5º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica.

10 Contas a Receber Vinculadas à Concessão

10.1 Mutações das contas a receber vinculadas à concessão

Saldos	Ativo circulante	Ativo não circulante		Consolidado
		Ativo	Obrigações especiais	
Em 1º.01.2016	9.162	1.434.161	(75.710)	1.367.613
Bonificação de outorga (10.3)	-	574.827	-	574.827
Capitalizações do intangível em curso (NE nº 19.1)	-	3.997	-	3.997
Transferências para o intangível - prorrogação da concessão de distribuição (NE nº 19.1)	-	2.230	-	2.230
Transferências entre circulante e não circulante	98.069	(98.069)	-	-
Transferências para encargos do uso da rede - clientes	(18.966)	-	-	(18.966)
Transferências do imobilizado	-	(1.065)	-	(1.065)
Variação monetária	-	9.026	-	9.026
Remuneração	-	37.548	-	37.548
Receita de construção	-	88.795	-	88.795
Baixas	-	(52)	-	(52)
Em 31.03.2016	88.265	2.051.398	(75.710)	2.063.953

10.2 Contrato de concessão de distribuição

A Companhia assinou em 09.12.2015 o Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 46/1999, prorrogando a vigência até 07.07.2045, de acordo com o Despacho do Ministro de Estado de Minas e Energia de 09.11.2015, com fundamento na Lei nº 12.783/2013, no Decreto nº 7.805/2012 e no Decreto nº 8.461, de 02.06.2015.

O Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão impõe condicionantes de eficiência econômico-financeira e de qualidade. O descumprimento das condições por dois anos consecutivos ou de quaisquer dos limites ao final do período dos primeiros cinco anos acarretará na extinção da concessão. A partir do sexto ano subsequente à celebração do contrato, o descumprimento dos critérios de qualidade por três anos consecutivos ou de gestão econômico-financeira por dois anos consecutivos implicará na abertura do processo de caducidade. Adicionalmente, o descumprimento das metas globais de indicadores de continuidade coletivos por dois anos consecutivos ou três vezes em cinco anos, poderá suscitar na limitação de distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre capital próprio, enquanto que o descumprimento dos indicadores de sustentabilidade econômico-financeira refletirá na necessidade de aporte de capital dos acionistas controladores.

A tabela a seguir apresenta as metas definidas para a Copel Distribuição nos primeiros cinco anos da renovação:

Ano	Gestão Econômico-Financeira	Qualidade (limite estabelecido) (a)	
		DECI (b)	FECI (b)
2016		13,61	9,24
2017	LAJIDA ≥ 0	12,54	8,74
2018	LAJIDA (-) QRR ≥ 0 (c)	11,23	8,24
2019	{Dívida Líquida / [LAJIDA (-) QRR]} $\leq 1 / (0,8 * SELIC)$ (c) (d)	10,12	7,74
2020	{Dívida Líquida / [LAJIDA (-) QRR]} $\leq 1 / (1,11 * SELIC)$ (c) (d)	9,83	7,24

(a) Conforme NT 0335/2015 Aneel.

(b) DECI - Duração Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora; e FECI - Frequência Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora.

(c) QRR: Quota de Reintegração Regulatória ou Despesa de Depreciação Regulatória. Será o valor definido na última Revisão Tarifária Periódica - RTP, acrescido do IGP-M entre o mês anterior ao da RTP e o mês anterior ao do período de 12 (doze) meses da aferição de sustentabilidade econômico-financeira.

(d) Selic: limitada a 12,87% a.a.

Em razão da prorrogação da vigência do contrato de concessão, o valor de R\$ 4.056.355 foi reclassificado do Contas a Receber Vinculadas à Concessão para o Ativo Intangível, tendo em vista que se refere à parcela do investimento que será recuperado pelo recebimento de tarifa durante o prazo da concessão, em razão do consumo de energia efetuado pelos consumidores do serviço público de energia elétrica.

O saldo de Contas a Receber Vinculadas à Concessão referente ao contrato de concessão da distribuidora é mensurado a valor justo, e seu recebimento é assegurado pelo Poder Concedente, por meio de indenização quando da reversão desses ativos ao término da concessão.

10.3 Bonificação pela Outorga de contrato de concessão em regime de cotas

A Companhia firmou em 05.01.2016, por 30 anos, contrato de concessão em regime de alocação de cotas de sua garantia física de energia e de potência, nos termos da Lei nº 12.783/2013, com pagamento da Bonificação pela Outorga - BO, no montante de R\$ 574.827, fixados pela Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, de 18.09.2015 e no Edital do Leilão Aneel nº 12/2015.

O Poder Concedente realizou o leilão para outorga da concessão mediante a contratação de serviço de geração de energia elétrica, pelo menor valor do somatório do custo de Gestão dos Ativos de Geração GAG e do Retorno da Bonificação pela Outorga - RBO, os quais compõem a remuneração da Companhia, denominada de Receita Anual de Geração - RAG.

A Companhia classificou o pagamento da Bonificação pela Outorga como ativo financeiro em virtude de ser um crédito a receber relacionado ao contrato de concessão composto pelo Retorno da Bonificação pela Outorga, garantido pelo Poder Concedente durante o prazo da concessão e sem risco de demanda. Esse ativo financeiro não possui um mercado ativo, apresenta fluxo de caixa fixo e determinável, e portanto, foi classificado como "empréstimos e recebíveis", inicialmente estimado com base no respectivo valor justo e posteriormente mensurado pelo custo amortizado calculado pelo método da taxa de juros efetiva.

10.4 Compromissos relativos às concessões de transmissão

Compromissos assumidos com os fornecedores de equipamentos e serviços, referentes aos seguintes empreendimentos:

Linhas de Transmissão e Subestações	Valor
Contrato nº 010/2010 - Linha de transmissão Araraquara 2 - Taubaté	301.058
Contrato nº 005/2014 - LT 230 kV Bateias - Curitiba Norte e SE 230 kV Curitiba Norte	47.001
Contrato nº 021/2014 - LT 230 kV Foz do Chopim Realeza Sul e SE 230 kV Realeza Sul	39.382
Contrato nº 022/2014 - LT 500 kV Londrina - Assis	96.613

11 Contas a Receber Vinculadas à Indenização da Concessão

A Copel Geração e Transmissão recebeu o montante pactuado com o Poder Concedente pela prorrogação do contrato de concessão de transmissão nº 060/2001, exclusivamente da parte referente a indenização dos ativos que entraram em operação após maio de 2000, denominados de Rede Básica Novas Instalações - RBNI.

Dos valores a receber da parte da indenização dos ativos de transmissão de energia elétrica da Rede Básica Sistema Existente - RBSE e das instalações de conexão e Demais Instalações de Transmissão - RPC, também referentes ao contrato de concessão nº 060/2001, a Copel Geração e Transmissão protocolou, em 31.03.2015 junto a Aneel, o laudo de avaliação desses ativos. Em junho de 2015, recebeu a fiscalização da Aneel para validação das informações com consequente aferição do valor indenizável, podendo incorrer em ajustes na base de indenização. O saldo registrado em 31.03.2016 é de R\$ 160.217.

O laudo da Copel Geração e Transmissão, elaborado em conformidade com a Resolução Normativa Aneel nº 589/2013, totaliza R\$ 882.300, equivalentes aos investimentos pelo Valor Novo de Reposição - VNR, ajustado pela depreciação acumulada até 31.12.2012. A Copel Geração e Transmissão aguarda a homologação do laudo e a regulamentação pela Aneel da portaria MME nº 120 de 20.04.2016 que definiu a incorporação do valor à Base de Remuneração Regulatória - BRR das concessionárias de transmissão a partir do processo tarifário de 2017.

Em relação aos ativos de geração e em decorrência do vencimento das concessões da UHE Rio dos Patos, UHE GPS e UHE Mourão I, a Copel Geração e Transmissão depreciou as usinas até a data de vencimento das concessões e a reclassificou para Contas a Receber Vinculadas à Indenização da Concessão pelo valor residual contábil do Ativo Imobilizado. O saldo registrado em 31.03.2016 é de R\$ 59.339. Este valor será confrontado com o valor da indenização a ser definida pelo Poder Concedente.

A Copel Geração e Transmissão manifestou tempestivamente junto a Aneel o interesse no recebimento do valor indenizável. A formalização da comprovação de realização dos respectivos investimentos junto àquela agência reguladora ocorreu em 17.12.2015. Para elaboração dos informações, foi utilizada a metodologia do valor novo de reposição, conforme definido pela Resolução Normativa Aneel nº 596/2013.

Os saldos registros em 31.12.2015, não sofreram movimentação no primeiro trimestre de 2016.

12 Outros Créditos

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2016	31.12.2015	31.03.2016	31.12.2015
Serviços em curso (a)	11.016	11.013	126.898	128.336
Adiantamento a fornecedores (b)	5	5	48.527	95.765
Repasse CDE (12.1)	-	-	39.914	119.010
Adiantamento a empregados	895	1.798	37.496	24.660
Desativações em curso	-	-	32.065	31.159
Adiantamento para indenizações imobiliárias	-	-	27.741	20.277
Outros créditos	291	202	89.849	87.296
	12.207	13.018	402.490	506.503
Circulante	12.207	13.018	366.028	474.889
Não circulante	-	-	36.462	31.614

(a) Referem-se, em sua maioria, aos programas de P&D e PEE, os quais, após seu término, são compensados com o respectivo passivo registrado para este fim, conforme legislação regulatória.

(b) Referem-se a adiantamentos previstos em cláusulas contratuais.

12.1 Repasse CDE

A CDE (NE nº 31.5.1) tem entre suas finalidades prover recursos para subsidiar os descontos aplicados nas tarifas de uso dos sistemas elétricos de distribuição.

O valor a ser repassado à Copel Distribuição foi homologado pela Aneel, pela Resolução nº 1.763/2014, e alterado pelas resoluções nº 1.858, de 27.02.2015, e nº 1.897, de 16.06.2015.

O saldo de 31.12.2015 refere-se às parcelas de outubro a dezembro de 2015, recebidas em janeiro de 2016, e o saldo de 31.03.2016 refere-se à parcela de março de 2016, recebida em abril de 2016.

13 Tributos

13.1 Imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2016	31.12.2015	31.03.2016	31.12.2015
Ativo circulante				
IR e CSLL a compensar	63.692	174.987	219.650	517.206
IR e CSLL a compensar com o passivo	-	(20.910)	(137.129)	(322.962)
	63.692	154.077	82.521	194.244
Ativo não circulante				
IR e CSLL a recuperar	140.677	79.144	156.515	94.686
	140.677	79.144	156.515	94.686
Passivo circulante				
IR e CSLL a recolher	-	-	351.671	613.278
IR e CSLL a compensar com o ativo	-	-	(137.129)	(301.362)
	-	-	214.542	311.916

13.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

13.2.1 Mutação do imposto de renda e contribuição social diferidos

Controladora	Saldo em 1º.01.2016	Reconhecido no resultado do exercício	Reconhecido no patrimônio abrangente do exercício	Saldo em 31.03.2016
Ativo não circulante				
Provisões para litígios	98.779	3.861	-	102.640
Amortização do direito de concessão	18.918	95	-	19.013
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	6.050	9.571	-	15.621
Provisão Finam	3.457	-	-	3.457
PCLD	1.478	-	-	1.478
Efeitos CPC 33 - benefícios a empregados	1.304	-	-	1.304
Outros	6.163	776	-	6.939
	136.149	14.303	-	150.452
(-) Passivo não circulante				
Provisão para deságio	25.297	-	-	25.297
Efeitos CPC 38 - instrumentos financeiros	5.850	-	(112)	5.738
Efeitos CPC 08 - custo de transação	4.083	(557)	-	3.526
	35.230	(557)	(112)	34.561
Líquido	100.919	14.860	112	115.891

Consolidado	Saldo em 1º.01.2016	Reconhecido no resultado do exercício	Reconhecido no resultado abrangente do exercício	Saldo em 31.03.2016
Ativo não circulante				
Provisões para litígios	456.316	23.016	-	479.332
Planos previdenciário e assistencial	256.071	7.183	-	263.254
Efeitos CPC 01 - redução ao valor recuperável de ativos	252.026	2.016	-	254.042
Provisão para compra de energia	184.471	(12.215)	-	172.256
Provisão para P&D e PEE	116.671	7.361	-	124.032
PCLD	125.941	(17.741)	-	108.200
Recebimento liminar GSF	41.308	24.049	-	65.357
Amortização do direito de concessão	39.539	1.148	-	40.687
INSS - liminar sobre depósito judicial	36.758	2.211	-	38.969
Efeitos ICPC 01 - contratos de concessão	38.009	(7.920)	-	30.089
Provisão para participação nos lucros	25.825	3.377	-	29.202
Provisão para perdas tributárias	17.426	676	-	18.102
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	6.050	9.571	-	15.621
Bandeira tarifária	16.486	(6.684)	-	9.802
Efeitos CPC 33 - benefícios a empregados	1.580	-	-	1.580
Outros	44.706	3.005	-	47.711
	1.659.183	39.053	-	1.698.236
(-) Passivo não circulante				
Efeitos CPC 27 - custo atribuído	539.190	(10.013)	-	529.177
Ativos financeiros setoriais	355.525	(250.645)	-	104.880
Efeitos ICPC 01 - contratos de concessão	91.126	2.347	-	93.473
Efeitos CPC 33 - benefícios a empregados	56.700	-	-	56.700
Provisão para deságio	25.297	-	-	25.297
Diferimento de ganho de capital	11.320	-	-	11.320
Efeitos CPC 38 - instrumentos financeiros	5.849	-	(112)	5.737
Capitalização de encargos financeiros	5.357	-	-	5.357
Outros	31.471	(428)	-	31.043
	1.121.835	(258.739)	(112)	862.984
Líquido	537.348	297.792	112	835.252
Ativo apresentado no Balanço Patrimonial	537.562			835.252
Passivo apresentado no Balanço Patrimonial	(214)			-
Líquido	537.348			835.252

13.3 Outros tributos a recuperar e a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2016	31.12.2015	31.03.2016	31.12.2015
Ativo circulante				
ICMS a recuperar	-	-	70.186	66.475
PIS/Pasep e Cofins a compensar	63	30	71.926	76.810
PIS/Pasep e Cofins a compensar com o passivo	-	(30)	(69.872)	(73.162)
Outros tributos a compensar	-	-	622	602
	63	-	72.862	70.725
Ativo não circulante				
ICMS a recuperar	-	-	19.966	20.386
PIS/Pasep e Cofins	-	-	62.581	59.209
Outros tributos a compensar	14	15	33.307	33.307
	14	15	115.854	112.902
Passivo circulante				
ICMS a recolher	-	-	122.513	143.561
PIS/Pasep e Cofins a recolher	706	32.578	122.803	163.840
PIS/Pasep e Cofins a compensar com o ativo	-	(30)	(69.872)	(73.162)
IRRF sobre JSCP	-	20.910	-	71.662
IRRF sobre JSCP a compensar com o IR e CSLL ativo	-	(20.910)	-	(21.600)
Parcelamento ordinário junto à Receita Federal do Brasil	-	-	54.919	45.586
Outros tributos	89	69	9.491	11.061
	795	32.617	239.854	340.948
Passivo não circulante				
INSS a recolher - liminar sobre depósito judicial	1.591	1.466	114.823	108.278
Parcelamento ordinário junto à Receita Federal do Brasil	-	-	132.828	148.153
Outros tributos	-	-	1.168	842
	1.591	1.466	248.819	257.273

13.4 Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2016	31.03.2015	31.03.2016	31.03.2015
Lucro antes do IRPJ e CSLL	118.646	418.922	191.448	716.538
IRPJ e CSLL (34%)	(40.340)	(142.433)	(65.092)	(243.623)
Efeitos fiscais sobre:				
Equivalência patrimonial	55.205	157.495	16.284	15.763
Dividendos	(5)	(16)	-	-
Despesas indedutíveis	-	-	(4.656)	(3.197)
Incentivos fiscais	-	-	4.056	240
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	-	-	(1.887)	(2.223)
Diferença entre as bases de cálculo do lucro real e presumido	-	-	(4.064)	(26.960)
Outros	-	-	-	13.453
IRPJ e CSLL correntes	-	(217)	(353.151)	(308.560)
IRPJ e CSLL diferidos	14.860	15.263	297.792	62.013
Alíquota efetiva - %	-12,5%	-3,6%	28,9%	34,4%

14 Despesas Antecipadas

Consolidado	31.03.2016	31.12.2015
Prêmio de risco - Repactuação GSF (14.1)	40.483	48.653
Outros	24.735	26.122
	65.218	74.775
	Circulante	43.590
	Não circulante	21.628
		49.282
		25.493

14.1 Prêmio de risco - Repactuação GSF

Os geradores hidrelétricos fortemente impactados pelo baixo nível dos reservatórios em decorrência da escassez de chuvas dos últimos anos foram contemplados pelo Poder Concedente, em 08.12.2015, com a promulgação da Lei nº 13.203 que permitiu a repactuação do risco hidrológico suportado pelos agentes de geração hidrelétrica participantes do MRE, com efeitos a partir de 1º.01.2015.

A Resolução Normativa Aneel nº 684/2015, estabeleceu os critérios para anuência e as demais condições para repactuação do risco hidrológico de geração hidrelétrica pelos agentes participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE. A repactuação no Ambiente de Contratação Regulado - ACR se deu pela transferência do risco hidrológico ao consumidor, mediante pagamento de prêmio de risco pelo gerador à Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT e a repactuação no Ambiente de Contratação Livre - ACL pela contratação de níveis de Energia de Reserva.

Em 23.12.2015, após análise das condições para repactuação no ACR e no ACL, a Copel Geração e Transmissão e a Elejor protocolaram pedidos de repactuação do risco hidrológico somente no ACR das UHEs Mauá, Foz do Areia, Santa Clara e Fundão, anuídos através dos Despachos Aneel nos 84/2016 e 43/2016, respectivamente.

De acordo com o Termo de Repactuação do Risco Hidrológico e dos regulamentos citados, as controladas adquiriram o direito de recuperar parcialmente o custo com o fator de ajuste do MRE (*Generation Scaling Factor - GSF*) de 2015, no montante de R\$ 33,55 por MW médio para a classe do produto SP100, referente ao prêmio de risco por elas contratado.

Em 31.12.2015, a Copel Geração e Transmissão e a Elejor reconheceram no resultado do exercício como Recuperação do Custo de Compra de Energia pela Repactuação do GSF o montante de R\$ 134.620, conforme apresentado a seguir:

Usina	Garantia física (MW médio)	Montante de energia elegível (MW médio)	Prazo de amortização da despesa antecipada	Prazo de extensão de outorga (intangível)	Valor do ativo a recuperar pela repactuação do GSF	Valor da despesa antecipada à amortizar com prêmio de risco futuro	Valor do intangível à amortizar pelo período da concessão
Mauá	100,827	97,391	01.01.2016 a 30.06.2020	não aplicável	28.623	28.623	-
Foz do Areia	576,000	226,705	01.01.2016 a 31.12.2016	24.05.2023 a 17.09.2023	66.628	17.222	49.406
Santa Clara e Fundão	135,400	134,323	01.01.2016 a 22.04.2019	25.10.2036 a 28.05.2037	39.369	30.326	9.043
		458,419			134.620	76.171	58.449

Em 31.03.2016, os saldos do ativo e do passivo estão demonstrados a seguir:

Consolidado	31.03.2016	31.12.2015
Prêmio de risco - ativo circulante	19.008	23.313
Prêmio de risco - ativo não circulante	21.475	25.340
Intangível	30.080	30.807
Redutora do passivo com CCEE	55.161	55.160
	125.724	134.620
Prêmio de risco a amortizar	68.002	76.171
Extensão de prazo da outorga	57.722	58.449

15 Partes Relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2016	31.12.2015	31.03.2016	31.12.2015
Controlador				
Estado do Paraná (15.1)	167.566	167.566	187.048	187.048
Controladas				
Copel Renováveis - compartilhamento de estrutura	684	312	-	-
Copel Comercialização - compartilhamento de estrutura	290	135	-	-
Copel Distribuição (15.2)	100.970	104.434	-	-
Empreendimento controlado em conjunto				
Voltalia São Miguel do Gostoso (15.3)	26.254	25.237	26.254	25.237
	295.764	297.684	213.302	212.285
Circulante	27.227	447	45.736	19.482
Não circulante	268.537	297.237	167.566	192.803

15.1 Estado do Paraná

15.1.1 Crédito referente ao Programa Luz Fraterna, R\$ 153.300

As transferências dos direitos creditórios da Copel Distribuição para a Copel da conta Luz Fraterna foram suspensas a partir do segundo semestre de 2015, considerando o Decreto n.º 2.789 de 13.11.2015, que criou a possibilidade de utilização de crédito presumido de ICMS para quitação das faturas relativas a esse programa.

15.1.2 Crédito referente à obras da Copa do Mundo de 2014, R\$ 14.266

A Diretoria da Copel, através da 2.119ª Redir, de 28.07.2014, aprovou a transferência dos direitos creditórios dos custos relativos aos projetos de mobilidade para a Copa do Mundo de Futebol da Federação Internacional de Futebol - FIFA 2014 realizados pela Copel Distribuição e de responsabilidade do Estado do Paraná.

A Aneel, por meio do despacho n.º 4.483 de 14.10.2015, anuiu a transação, e, assim, foi celebrado Instrumento de Cessão de Crédito transferindo os direitos da Copel Distribuição para a Copel.

15.1.3 Crédito referente ao Programa Morar Bem, R\$ 19.482

O Programa Morar Bem Paraná, instituído pelo Decreto n.º 2.845/2011, é um convênio entre o Estado do Paraná, a Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar e a Copel Distribuição, cuja gestão é realizada pela Cohapar. As principais atribuições da Copel no convênio são as construções das redes de distribuição de energia elétrica e das entradas de serviços das unidades consumidoras dos conjuntos habitacionais.

15.2 Copel Distribuição - Financiamento repassado - STN

A Companhia repassou os empréstimos e financiamentos para suas subsidiárias integrais, quando de sua constituição em 2001. Entretanto, como os contratos de transferências para as respectivas subsidiárias não foram passíveis de formalização com as instituições financeiras, tais compromissos encontram-se igualmente registrados na Controladora.

O saldo com a Copel Distribuição refere-se ao financiamento STN repassado com a mesma incidência de encargos assumidos pela Companhia e apresentado como obrigações por empréstimos e financiamentos na Copel Distribuição (NE nº 22).

15.3 Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A. - Mútuo

Em 14.05.2015, foi assinado contrato de mútuo entre a Copel (mutuante) e a Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A. (mutuária), com efeitos retroativos a partir de 06.02.2015, no valor de R\$ 29.400, com prazo de 2 anos e remuneração de 111,5% do CDI, com o objetivo de proporcionar capital de giro para o financiamento das atividades e negócios da mutuária. A Voltalia amortizou, em 2015, o valor de R\$ 7.805.

No primeiro trimestre de 2016, foi registrada receita financeira no valor de R\$ 918 (R\$ 413 no primeiro trimestre de 2015).

16 Depósitos Judiciais

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2016	31.12.2015	31.03.2016	31.12.2015
Fiscais	266.878	266.692	464.818	457.449
Trabalhistas	322	330	198.317	169.194
Cíveis				
Fornecedores	-	-	2.828	2.828
Cíveis	393	389	83.070	75.788
Servidões de passagem	-	-	7.797	7.715
Consumidores	-	-	3.744	3.628
	393	389	97.439	89.959
Outros	-	-	3.325	3.325
	267.593	267.411	763.899	719.927

17 Investimentos

17.1 Mutação dos investimentos

Controladora	Saldo em 1º.01.2016	Equivalência patrimonial	Ajustes de avaliação patrimonial	Aporte e/ou Afac	Amorti- zação	Dividendos e JSCP propostos	Saldo em 31.03.2016
Controladas							
Copel Geração e Transmissão	6.905.421	165.217	-	-	-	-	7.070.638
Copel Distribuição	5.603.673	(39.147)	-	-	-	-	5.564.526
Copel Telecomunicações	508.874	11.169	-	-	-	-	520.043
Copel Renováveis	17.889	(4.388)	-	-	-	-	13.501
Copel Comercialização	252.074	7.655	(375)	-	-	-	259.354
UEG Araucária (17.2)	171.648	(2.864)	-	-	-	-	168.784
Compagás (17.2)	150.818	3.884	-	-	-	-	154.702
Elejor (17.2)	51.800	3.996	-	-	-	(21.798)	33.998
Elejor - direito de concessão	15.270	-	-	-	(188)	-	15.082
	13.677.467	145.522	(375)	-	(188)	(21.798)	13.800.628
Empreendimentos controlados em conjunto							
Voltalia São Miguel do Gostoso I (17.3)	72.249	579	-	-	-	-	72.828
Voltalia São Miguel do Gostoso - direito de autorização	11.507	-	-	-	(92)	-	11.415
Paraná Gás	106	(21)	-	-	-	-	85
	83.862	558	-	-	(92)	-	84.328
Coligadas							
Sanepar (17.4)	311.679	11.111	(479)	-	-	-	322.311
Dona Francisca Energética (17.4)	32.234	2.656	-	-	-	-	34.890
Foz do Chopim Energética (17.4)	15.574	2.799	-	-	-	(3.578)	14.795
Carbocampel	1.539	(1)	-	-	-	-	1.538
Dois Saltos	120	-	-	-	-	-	120
Copel Amec	203	4	-	-	-	-	207
Escoelectric	269	(283)	-	15	-	-	1
	361.618	16.286	(479)	15	-	(3.578)	373.862
Outros investimentos							
Finam	755	-	(188)	-	-	-	567
Finor	179	-	(56)	-	-	-	123
Investco S.A.	9.447	-	-	-	-	-	9.447
Outros investimentos	7.245	-	(85)	-	-	-	7.160
	17.626	-	(329)	-	-	-	17.297
	14.140.573	162.366	(1.183)	15	(280)	(25.376)	14.276.115

Consolidado	Saldo em 1º.01.2016	Equivalência patrimonial	Ajustes de avaliação patrimonial	Aporte e/ou Afac	Amorti- zação	Dividendos e JSCP propostos	Saldo em 31.03.2016
Empreendimentos controlados em conjunto (17.3)							
Dominó Holdings	242.652	8.692	(375)	-	-	-	250.969
Voltalia São Miguel do Gostoso I	72.249	579	-	-	-	-	72.828
Voltalia São Miguel do Gostoso - direito de autorização	11.507	-	-	-	(92)	-	11.415
Paraná Gás	106	(21)	-	-	-	-	85
Costa Oeste	32.631	1.913	-	-	-	-	34.544
Marumbi	75.914	4.632	-	2.400	-	-	82.946
Transmissora Sul Brasileira	67.563	(110)	-	-	-	-	67.453
Caiuá	51.271	621	-	-	-	477	52.369
Integração Maranhense	104.286	291	-	1.569	-	840	106.986
Matrinchã	697.912	10.416	-	31.574	-	-	739.902
Guaraciaba	298.794	2.935	-	-	-	4	301.733
Paranaíba	100.726	2.719	-	7.291	-	-	110.736
Mata de Santa Genebra	26.903	(2.534)	-	-	-	-	24.369
Cantareira	60.105	1.475	-	8.957	-	-	70.537
	1.842.619	31.608	(375)	51.791	(92)	1.321	1.926.872
Coligadas							
Sanepar (17.4)	311.679	11.111	(479)	-	-	-	322.311
Dona Francisca Energética (17.4)	32.234	2.656	-	-	-	-	34.890
Foz do Chopim Energética (17.4)	15.574	2.799	-	-	-	(3.578)	14.795
Carbocampel	1.539	(1)	-	-	-	-	1.538
Dois Saltos	120	-	-	-	-	-	120
Copel Amec	203	4	-	-	-	-	207
Escoelectric	269	(283)	-	15	-	-	1
	361.618	16.286	(479)	15	-	(3.578)	373.862
Outros investimentos							
Finam	755	-	(188)	-	-	-	567
Finor	179	-	(56)	-	-	-	123
Investco S.A.	9.447	-	-	-	-	-	9.447
Bens destinados a uso futuro	1.652	-	-	-	-	-	1.652
Outros investimentos	8.440	-	(85)	-	-	-	8.355
	20.473	-	(329)	-	-	-	20.144
	2.224.710	47.894	(1.183)	51.806	(92)	(2.257)	2.320.878

17.2 Demonstrações financeiras das controladas com participação de não controladores

31.03.2016	Compagás	Elejor	UEG Araucária
ATIVO	477.084	728.117	893.154
Ativo circulante	92.707	68.996	523.715
Ativo não circulante	384.377	659.121	369.439
PASSIVO	477.084	728.117	893.154
Passivo circulante	130.638	173.221	31.448
Passivo não circulante	43.109	506.327	17.785
Patrimônio Líquido	303.337	48.569	843.921
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			
Receita operacional líquida	159.842	60.426	55.752
Custos e despesas operacionais	(146.936)	(22.146)	(75.045)
Resultado financeiro	(1.079)	(29.638)	4.974
Tributos	(4.211)	(2.932)	-
Lucro (prejuízo) do período	7.616	5.710	(14.319)
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente total	7.616	5.710	(14.319)
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(23)	8.742	(27.508)
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(5.036)	(168)	(5.148)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(4.676)	(15.153)	(100.000)
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(9.735)	(6.579)	(132.656)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	29.321	41.655	132.854
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	19.586	35.076	198
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(9.735)	(6.579)	(132.656)

17.3 Saldos integrais dos grupos de ativos, passivos e resultado dos empreendimentos controlados em conjunto

31.03.2016	Dominó (a)	Voltalia	Costa Oeste	Marumbi	Transmis-sora Sul Brasileira	Caiuá	Integração Maranhense	Matrinchã	Guaraciaba	Paranaíba	Mata de Santa Genebra	Canta-reira
ATIVO	530.699	148.851	109.977	169.637	705.160	235.628	474.125	2.334.196	1.139.969	1.116.711	660.790	163.467
Ativo circulante	16.380	560	12.288	8.399	59.463	22.400	40.097	29.388	38.064	32.191	82.211	6.162
Caixa e equivalentes de caixa	2.661	119	6.917	582	29.574	1.755	324	1.461	34.240	27.677	74.343	6.129
Outros ativos circulantes	13.719	441	5.371	7.817	29.889	20.645	39.773	27.927	3.824	4.514	7.868	33
Ativo não circulante	514.319	148.291	97.689	161.238	645.697	213.228	434.028	2.304.808	1.101.905	1.084.520	578.579	157.305
PASSIVO	530.699	148.851	109.977	169.637	705.160	235.628	474.125	2.334.196	1.139.969	1.116.711	660.790	163.467
Passivo circulante	18.516	222	8.906	13.670	46.268	26.185	74.795	107.297	451.308	57.304	600.683	4.508
Passivos financeiros	-	-	3.071	4.460	22.351	7.343	13.132	47.788	417.078	19.889	476.091	-
Outros passivos circulantes	18.516	222	5.835	9.210	23.917	18.842	61.663	59.509	34.230	37.415	124.592	4.508
Passivo não circulante	-	-	33.336	55.285	321.627	102.565	188.989	876.089	72.879	607.424	11.466	33.283
Passivos financeiros	-	-	29.629	46.793	316.215	75.304	123.478	600.059	-	564.592	-	-
Afac	-	-	-	3.000	-	-	8.000	159.195	-	-	-	18.279
Outros passivos não circulantes	-	-	3.707	5.492	5.412	27.261	57.511	116.835	72.879	42.832	11.466	15.004
Patrimônio líquido	512.183	148.629	67.735	100.682	337.265	106.878	210.341	1.350.810	615.782	451.983	48.641	125.676
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO												
Receita operacional líquida	-	-	5.244	10.748	11.776	4.727	6.839	142.123	98.238	92.292	179.637	17.912
Custos e despesas operacionais	(252)	(26)	(488)	(3.921)	(1.364)	(530)	(2.289)	(95.759)	(81.420)	(62.413)	(166.877)	(15.876)
Resultado financeiro	270	1	(690)	(565)	(10.867)	(1.624)	(2.580)	(14.175)	(13.699)	(13.065)	(20.442)	328
Equivalência patrimonial	17.723	1.208	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para IR e CSLL	(3)	-	(315)	(473)	(96)	(1.572)	(1.377)	(10.932)	2.871	(5.717)	2.624	647
Lucro (prejuízo) do período	17.738	1.183	3.751	5.789	(551)	1.001	593	21.257	5.990	11.097	(5.058)	3.011
Outros resultados abrangentes	(765)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente total	16.973	1.183	3.751	5.789	(551)	1.001	593	21.257	5.990	11.097	(5.058)	3.011

(a) Saldos ajustados às práticas contábeis da Copel.

17.4 Saldos integrais dos grupos de ativo, passivo e resultado das principais coligadas

31.03.2016	Sanepar (a)	Dona Francisca	Foz do Chopim
ATIVO	8.326.237	159.783	48.878
Ativo circulante	784.156	24.273	11.034
Ativo não circulante	7.542.081	135.510	37.844
PASSIVO	8.326.237	159.783	48.878
Passivo circulante	774.731	7.109	2.034
Passivo não circulante	3.324.591	1.179	5.479
Patrimônio líquido	4.226.915	151.495	41.365
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			
Receita operacional líquida	806.624	17.639	10.269
Custos e despesas operacionais	(561.325)	(5.693)	(2.255)
Resultado financeiro	(27.859)	274	209
Provisão para IR e CSLL	(71.719)	(689)	(395)
Lucro líquido do período	145.721	11.531	7.828
Outros resultados abrangentes	(6.287)	-	-
Resultado abrangente total	139.434	11.531	7.828

(a) Saldos ajustados às práticas contábeis da Copel.

18 Imobilizado

A Companhia e suas controladas registram no ativo imobilizado os bens utilizados nas instalações administrativas e comerciais, para geração de energia elétrica e para os serviços de telecomunicações. Ressalta-se que os investimentos em transmissão e distribuição de energia elétrica e distribuição de gás canalizado são registrados no ativo financeiro e/ou no ativo intangível conforme CPC 04 e OCPC 05.

Na adoção inicial das IFRS os ativos imobilizados foram avaliados ao valor justo com reconhecimento de seu custo atribuído.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/1957 e artigo 19 do Decreto nº 2.003/1996, os quais regulamentam os serviços públicos de energia elétrica e sua produção por produtor independente, é determinado que, os bens e instalações utilizados principalmente na geração de energia elétrica são vinculados ao serviço concedido, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Normativa Aneel nº 691/2015, todavia, disciplinou a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica e de produtor independente, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

18.1 Imobilizado por classe de ativos

Consolidado	Custo	Depreciação acumulada	31.03.2016	Custo	Depreciação acumulada	31.12.2015
Em serviço						
Reservatórios, barragens, adutoras	7.614.786	(4.821.555)	2.793.231	7.621.081	(4.787.437)	2.833.644
Máquinas e equipamentos	5.737.705	(2.828.649)	2.909.056	5.704.333	(2.776.182)	2.928.151
Edificações	1.655.102	(1.077.903)	577.199	1.653.693	(1.068.430)	585.263
Terrenos	278.076	(10.150)	267.926	277.996	(9.416)	268.580
Veículos e aeronaves	63.281	(43.123)	20.158	63.101	(42.861)	20.240
Móveis e utensílios	16.995	(10.796)	6.199	16.910	(10.578)	6.332
(-) Reclassificação pela renovação das concessões (NE nº 11)	(1.462.686)	1.385.674	(77.012)	(1.462.686)	1.381.495	(81.191)
(-) Provisão para redução ao valor recuperável (a)	(15.096)	-	(15.096)	(15.096)	-	(15.096)
(-) Obrigações especiais	(52)	-	(52)	(14)	-	(14)
	13.888.111	(7.406.502)	6.481.609	13.859.318	(7.313.409)	6.545.909
Em curso						
Custo	3.026.250	-	3.026.250	2.851.078	-	2.851.078
(-) Provisão para redução ao valor recuperável (a)	(704.304)	-	(704.304)	(704.305)	-	(704.305)
	2.321.946	-	2.321.946	2.146.773	-	2.146.773
	16.210.057	(7.406.502)	8.803.555	16.006.091	(7.313.409)	8.692.682

(a) Referem-se a ativos de concessão de geração de energia elétrica.

18.2 Mutação do imobilizado

Consolidado	Saldo em 1�.01.2016	Adições	Depreciação	Baixas	Capitalizações/ Transferências	Saldo em 31.03.2016
Em serviço						
Reservatórios, barragens, adutoras	2.830.290	-	(36.384)	(577)	(3.236)	2.790.093
Máquinas e equipamentos	2.855.110	-	(47.298)	(1.311)	33.196	2.839.697
Edificações	581.554	-	(9.210)	-	1.410	573.754
Terrenos	267.623	-	(734)	-	82	266.971
Veículos e aeronaves	20.205	-	(458)	(62)	444	20.129
Móveis e utensílios	6.236	-	(213)	(1)	90	6.112
(-) Provisão para redução ao valor recuperável	(15.095)	-	-	-	-	(15.095)
(-) Obrigações especiais	(14)	-	2	-	(40)	(52)
	6.545.909	-	(94.295)	(1.951)	31.946	6.481.609
Em curso						
Custo	2.851.078	218.904	-	(722)	(43.009)	3.026.251
(-) Provisão para redução ao valor recuperável	(704.305)	-	-	-	-	(704.305)
	2.146.773	218.904	-	(722)	(43.009)	2.321.946
	8.692.682	218.904	(94.295)	(2.673)	(11.063)	8.803.555

18.3 Custos de empréstimos, financiamentos e debêntures capitalizados

Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures capitalizados no imobilizado durante o primeiro trimestre 2016 totalizaram R\$ 1.401,   taxa média de 0,09% a.a.(R\$ 28.930,   taxa média de 3,02% a.a., no primeiro trimestre de 2015).

18.4 UHE Colíder

Em 30.07.2010, por meio do Leilão de Energia Nova n  003/2010 Aneel, a Copel Geração e Transmissão S.A. conquistou a concessão para exploração da UHE Colíder, com prazo de 35 anos, a partir de 17.01.2011, data da assinatura do Contrato de Concessão n  001/11-MME-UHE Colíder.

O empreendimento está inserido no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, do Governo Federal, e será constituído por uma casa de fôrça principal de 300 MW de potência instalada, suficientes para atender cerca de 1 milhão de habitantes, a partir do aproveitamento energético inventariado no rio Teles Pires, na divisa dos municípios de Nova Canaã do Norte e Ita  ba, na região Norte do Estado de Mato Grosso.

O BNDES aprovou o enquadramento do projeto da UHE Colíder para análise da viabilidade de apoio financeiro e o contrato de financiamento, no montante total de R\$ 1.041.155 (NE n  22). Os montantes liberados até 31.03.2016 totalizam R\$ 907.608.

Devido a eventos de caso fortuito ou de fôrça maior e atos do poder público, o empreendimento sofreu impactos no seu cronograma, de modo que a geração comercial está prevista para o início de 2017. Em decorrência desses eventos, consta registrado para este empreendimento, um saldo de provisão para perda por redução ao valor recuperável do ativo, no montante de R\$ 642.551 conforme descrito na NE n  18.9 das demonstrações financeiras de 31.12.2015.

A energia da UHE Colíder foi comercializada em leilão da Aneel, à tarifa final de R\$ 103,40/MWh, na data base de 1º.07.2010, atualizada pela variação do IPCA para R\$ 153,25 em 31.03.2016. Foram negociados 125 MW médios, com fornecimento a partir de janeiro de 2015, por 30 anos. A Copel Geração e Transmissão protocolou junto à Aneel um pedido de excludente de responsabilidade para que a obrigatoriedade do fornecimento da energia vendida seja postergado. O pedido encontra-se em análise pela Aneel.

Enquanto o pedido de excludente de responsabilidade não é apreciado pela Aneel a Companhia vem cumprindo seus compromissos com sobras de energia descontratada em suas demais usinas e faturando ao preço do CCEAR. Contudo, em 12.02.2016, a CCEE recebeu decisão liminar proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 1005856-20.2015.4.01.3400, impetrado pela Copel Geração e Transmissão, determinando que a Aneel se abstenha de impor, até a apreciação do pedido, quaisquer obrigações, penalidades e/ou restrição de direitos em decorrência da ultrapassagem dos marcos temporais do cronograma de construção original. Os efeitos desta decisão são prospectivos à liquidação da CCEE de 08.03.2016 e suspende temporariamente atendimento dos contratos de vendas, disponibilizando os 125 MW médios para serem liquidados ao PLD.

A garantia física do empreendimento, estabelecida no contrato de concessão, é de 179,6 MW médios, após a completa motorização.

Os gastos realizados neste empreendimento apresentavam, em 31.03.2016, o saldo de R\$ 1.934.779.

Os compromissos totais assumidos com fornecedores de equipamentos e serviços, referentes à UHE Colíder, montam em R\$ 110.982, em 31.03.2016.

18.5 Operações em conjunto - consórcios

Os valores registrados no imobilizado referentes às participações da Copel Geração e Transmissão em consórcios estão demonstrados a seguir:

Empreendimento	Participação % Copel GeT	Taxa média anual de depreciação %	31.03.2016	31.12.2015
Em serviço				
UHE Mauá (Consórcio Energético Cruzeiro do Sul)	51,0		859.917	859.917
(-) Depreciação Acumulada		3,43	(95.530)	(88.165)
			764.387	771.752
Em curso				
UHE Baixo Iguaçu (18.5.1)	30,0		278.114	270.097
Consórcio Tapajós (18.5.2)	13,8		14.359	14.359
			292.473	284.456
			1.056.860	1.056.208

18.5.1 Consórcio Empreendedor Baixo Iguaçu - Cebi

O consórcio tem o objetivo de construir e explorar o empreendimento denominado Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu, com potência instalada mínima de 350,20 MW, localizado no Rio Iguaçu, entre os Municípios de Capanema e de Capitão Leônidas Marques, e entre a UHE Governador José Richa e o Parque Nacional do Iguaçu, no Estado do Paraná.

O início da geração comercial da unidade 1, previsto para 1º.12.2018, e das unidades 2 e 3, para janeiro e fevereiro de 2019, respectivamente. O cronograma anterior sofreu alterações em função da suspensão da Licença de Instalação, conforme a decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-RS), ocorrida em 16.06.2014, e que paralisou as obras a partir de seu recebimento em 07.07.2014. Em março de 2015, foi publicada decisão autorizando a retomada das obras. No entanto, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio impôs condicionantes adicionais ao licenciamento ambiental que impedem a retomada imediata da obra. O Cebi encaminhou ao Instituto Ambiental do Paraná - IAP as informações necessárias para o atendimento de tais condicionantes e, em agosto de 2015, a licença foi emitida. Com a licença do IAP, o consórcio está tomando providências para que as obras sejam retomadas na sua plenitude o mais breve possível.

Em decorrência de ato do poder público, caso fortuito e de força maior, a Aneel, originalmente através do Despacho nº 130/2016 e posteriormente reformulado pelo Despacho nº 1.078/2016, reconheceu, a favor do Cebi, excludência de responsabilidade pelo atraso na implantação do empreendimento de um período correspondente a 756 dias, recomendando ao MME a prorrogação do prazo da outorga e determinando à CCEE que promova a postergação do início do período de suprimento dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARs pelo período do excludente de responsabilidade reconhecido.

18.5.2 Consórcio Tapajós

A Copel Geração e Transmissão assinou Acordo de Cooperação Técnica com outras oito empresas para desenvolver estudos nos rios Tapajós e Jamanxim, na Região Norte do Brasil, compreendendo estudos de viabilidade e ambientais de cinco aproveitamentos hidrelétricos, totalizando 10.682 MW de capacidade instalada, prevista no início dessa etapa de estudos.

18.6 Compromissos das usinas eólicas

Em 31.03.2016, os compromissos totais assumidos com fornecedores de equipamentos e serviços das usinas eólicas em construção montavam em R\$ 1.686.864. O valor refere-se, principalmente, ao fornecimento de aerogeradores para as SPEs controladas da Cutia.

19 Intangível

19.1 Copel Distribuição

Em virtude da Companhia ter prorrogado o contrato de concessão (NE nº 10.2), a parcela que estava registrada no ativo financeiro e que será considerada na receita via tarifa durante o prazo da concessão foi transferida para o ativo intangível em dezembro de 2015.

Para este cálculo foi considerado os critérios definidos na Resolução Normativa nº 474/2012 que estabeleceu a vida útil econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição. Essa estimativa é razoável e adequada para efeitos contábeis e regulatórios e representa a melhor estimativa de vida útil econômica dos bens, aceita pelo mercado desse ramo.

Em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), contabilidade de concessões, a parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão foi registrado no Ativo Intangível, composta pelos ativos da distribuição de energia elétrica, líquidos das participações de consumidores (obrigações especiais).

As Obrigações Especiais representam os recursos relativos à participação financeira do consumidor, às dotações orçamentárias da União, às verbas federais, estaduais e municipais e aos créditos especiais destinados aos investimentos aplicados nos empreendimentos vinculados à concessão.

A amortização das Obrigações Especiais é calculada utilizando a taxa média da amortização dos bens que compõe a infraestrutura, sendo que o saldo de obrigações especiais que consta no intangível será amortizado durante o prazo da concessão.

As obrigações especiais não são passivos onerosos e não são créditos do acionista.

19.2 Muta     do intangível

Saldos	Contrato de concessão (a)				Direito de concessão e autorização (a)	Outros (b)		Consolidado
	em serviço	em curso	Obrigações especiais em serviço	Obrigações especiais em curso		em serviço	em curso	
Em 1�.01.2016	7.658.523	897.764	(2.830.995)	(40.763)	416.272	24.399	19.876	6.145.076
Aquisições	-	185.461	-	-	-	-	2.278	187.739
Participação financeira do consumidor	-	-	-	(23.953)	-	-	-	(23.953)
Outorga Aneel - uso do bem público	-	284	-	-	-	-	-	284
Provisão para litígios adicionada ao custo das obras	-	1.072	-	-	-	-	-	1.072
Transferências para contas a receber vinculadas à concessão - prorrogação da concessão de distribuição (NE n� 10.1)	(2.230)	-	-	-	-	-	-	(2.230)
Transferências do imobilizado	-	-	-	-	-	-	30	30
Capitalizações para contas a receber vinculadas à concessão (NE n� 10.1)	-	(3.997)	-	-	-	-	-	(3.997)
Capitalizações para intangível em serviço	112.081	(112.081)	(18.204)	18.204	-	42	(42)	-
Quotas de amortização - concessão e autorização	(103.957)	-	28.491	-	(3.284)	(2.163)	-	(80.913)
Quotas de amortização - créditos de Pis/Pasep e Cofins	(4.227)	-	1.274	-	-	12	-	(2.941)
Baixas	(6.745)	(2.929)	-	-	-	-	-	(9.674)
Em 31.03.2016	7.653.445	965.574	(2.819.434)	(46.512)	412.988	22.290	22.142	6.210.493

(a) Amortização durante o período de concessão/autorização a partir do início da operação comercial do empreendimento.

(b) Taxa anual de amortização: 20%.

19.3 Custos de empréstimos, financiamentos e debêntures capitalizados

Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures capitalizados no intangível durante o primeiro trimestre de 2016 totalizaram R\$ 3.300, à taxa média de 0,17% a.a.(R\$ 17.988, à taxa média de 1,83% a.a., durante o primeiro trimestre de 2015).

20 Obrigações Sociais e Trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2016	31.12.2015	31.03.2016	31.12.2015
Obrigações sociais				
Impostos e contribuições sociais	755	3.151	32.832	43.691
Encargos sociais sobre férias e 13º salário	777	2.246	32.831	32.186
	1.532	5.397	65.663	75.877
Obrigações trabalhistas				
Folha de pagamento, líquida	102	195	1.902	2.568
Férias e 13º Salário	2.408	6.919	101.767	101.485
Participação nos lucros e/ou resultados	739	2.925	89.134	78.462
Outros	-	-	453	9
	3.249	10.039	193.256	182.524
	4.781	15.436	258.919	258.401

21 Fornecedores

Consolidado	31.03.2016	31.12.2015
Energia elétrica (21.1)	856.493	917.307
Materiais e serviços	452.005	478.895
Gás para revenda	80.914	87.384
Encargos de uso da rede elétrica	152.580	135.463
	1.541.992	1.619.049
	Circulante	1.536.069
	Não circulante	5.923
		1.613.126
		5.923

21.1 Energia elétrica - CCEE

Em 31.03.2016, o passivo com a CCEE aplicando os efeitos da desistência da liminar judicial do GSF em decorrência da repactuação do risco hidrológico é de R\$ 321.640, o qual deverá ser quitado em até 06 (seis) liquidações a partir de 18.04.2016 com juros e atualização monetária e após abatimento do crédito apurado no mês de referente da liquidação.

21.2 Principais contratos de compra de energia

Contratos de compra de energia firmados em ambiente regulado, apresentados pelo valor original e reajustados anualmente pelo IPCA:

	Período de suprimento	Energia comprada (MW médio anual)	Data do leilão	Preço médio de compra (R\$/MWh)
Leilão de energia existente				
4º Leilão - Produto 2009	2009 a 2016	36,73	11.10.2005	94,91
12º Leilão - Produto 2014 36M	01/01/2014 até 31/12/2016	134,49	17.12.2013	149,99
13º Leilão - Produto 2014-DIS	01/05/2014 até 31/12/2019	109,35	30.04.2014	262,00
13º Leilão - Produto 2014-QTD	01/05/2014 até 31/12/2019	227,34	30.04.2014	271,00
14º Leilão - Produto 2015-03 DIS	01/01/2015 até 31/12/2017	13,32	05.12.2014	191,99
14º Leilão - Produto 2015-03 QTD	01/01/2015 até 31/12/2017	14,11	05.12.2014	201,00
		535,34		
Leilão de energia nova				
1º Leilão - Produto 2008 Hidro	2008 a 2037	3,62	16.12.2005	106,95
1º Leilão - Produto 2008 Termo	2008 a 2022	24,81	16.12.2005	132,26
1º Leilão - Produto 2009 Hidro	2009 a 2038	3,55	16.12.2005	114,28
1º Leilão - Produto 2009 Termo	2009 a 2023	40,55	16.12.2005	129,26
1º Leilão - Produto 2010 Hidro	2010 a 2039	70,06	16.12.2005	115,04
1º Leilão - Produto 2010 Termo	2010 a 2024	65,19	16.12.2005	121,81
3º Leilão - Produto 2011 Hidro	2011 a 2040	57,82	10.10.2006	120,86
3º Leilão - Produto 2011 Termo	2011 a 2025	54,37	10.10.2006	137,44
4º Leilão - Produto 2010 Termo	2010 a 2024	15,49	26.07.2007	134,67
5º Leilão - Produto 2012 Hidro	2012 a 2041	53,39	16.10.2007	129,14
5º Leilão - Produto 2012 Termo	2012 a 2026	115,69	16.10.2007	128,37
6º Leilão - Produto 2011 Termo	2011 a 2025	9,92	17.09.2008	128,42
7º Leilão - Produto 2013 Hidro	2013 a 2042	4,50	30.09.2008	98,98
7º Leilão - Produto 2013 Termo	2013 a 2027	111,27	30.09.2008	145,23
8º Leilão - Produto 2012 Hidro	2012 a 2041	0,01	27.08.2009	144,00
8º Leilão - Produto 2012 Termo	2012 a 2026	0,15	27.08.2009	144,60
17º Leilão - Produto 2016 Eólica	2016 a 2035	35,05	18.11.2013	124,43
		665,44		
Leilão de projetos estruturantes				
Santo Antonio	2012 a 2041	138,12	10.12.2007	78,87
Jirau	2013 a 2042	229,81	19.05.2008	71,37
		367,93		

22 Empréstimos e Financiamentos

Contrato	Empresa	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Encargos financeiros a.a. (juros + comissão)	Valor do contrato	Consolidado	
							31.03.2016	31.12.2015
Moeda estrangeira								
Secretaria do Tesouro								
Nacional - STN								
(1) Par Bond	Copel	20.05.1998	1	11.04.2024	6,0% + 0,20%	17.315	59.999	61.763
(1) Discount Bond	Copel	20.05.1998	1	11.04.2024	1,1875%+0,20%	12.082	40.971	42.671
Total moeda estrangeira							100.970	104.434
Moeda nacional								
Banco do Brasil								
(2) 21/02155-4	Copel DIS	10.09.2010	2	15.08.2018	109,0% do DI	116.667	118.156	122.353
(3) 21/02248-8	Copel DIS	22.06.2011	2	16.05.2018	109,0% do DI	150.000	157.445	151.901
(4) CCB 21/11062X	Copel DIS	26.08.2013	3	27.07.2018	106,0% do DI	151.000	203.987	196.852
(5) CCB 330.600.773	Copel DIS	11.07.2014	3	11.07.2019	111,8% do DI	116.667	119.067	123.478
(5) NCI 330.600.132	Copel	28.02.2007	3	28.02.2019	107,8% do DI	231.000	232.685	241.059
(5) NCI 330.600.151	Copel	31.07.2007	3	31.07.2017	111,0% do DI	18.000	12.257	12.722
(5) CCB 306.401.381	Copel	21.07.2015	2	21.07.2018	109,40% do DI	640.005	648.916	672.985
							1.492.513	1.521.350
Eletrobras								
(6) 1293/94	Copel GeT	23.09.1994	180	30.06.2016	5,5% à 6,5% + 2,0%	307.713	8.423	16.980
(7) 980/95	Copel DIS	22.12.1994	80	15.11.2018	8,0%	11	7	8
(7) 981/95	Copel DIS	22.12.1994	80	15.08.2019	8,0%	1.169	229	246
(7) 982/95	Copel DIS	22.12.1994	80	15.02.2020	8,0%	1.283	89	95
(7) 983/95	Copel DIS	22.12.1994	80	15.11.2020	8,0%	11	122	128
(7) 984/95	Copel DIS	22.12.1994	80	15.11.2020	8,0%	14	52	55
(7) 985/95	Copel DIS	22.12.1994	80	15.08.2021	8,0%	61	34	35
(8) 002/04	Copel DIS	07.06.2004	120	30.07.2016	8,0%	30.240	367	643
(8) 142/06	Copel DIS	11.05.2006	120	30.09.2018	5,0% + 1,0%	74.340	9.098	10.007
(8) 206/07	Copel DIS	03.03.2008	120	30.08.2020	5,0% + 1,0%	109.642	39.329	41.550
(8) 273/09	Copel DIS	18.02.2010	120	30.12.2022	5,0% + 1,0%	63.944	11.099	11.510
(8) 2540/06	Copel DIS	12.05.2009	60	30.10.2016	5,0% + 1,5%	5.095	262	375
							69.111	81.632
Caixa Econômica Federal								
(8) 415.855-22/14	Copel DIS	31.03.2015	120	08.12.2026	6,0%	2.844	5.386	5.307
							5.386	5.307
Finep								
(9) 21120105-00	Copel Tel	17.07.2012	81	15.10.2020	4%	35.095	14.320	15.132
(9) 21120105-00	Copel Tel	17.07.2012	81	15.10.2020	3,5% + TR	17.103	11.812	12.406
							26.132	27.538
BNDES								
(10) 820989.1	Copel GeT	17.03.2009	179	15.01.2028	1,63% acima da TJLP	169.500	135.964	138.347
(11) 1120952.1-A	Copel GeT	16.12.2011	168	15.04.2026	1,82% acima da TJLP	42.433	30.891	31.558
(12) 1120952.1-B	Copel GeT	16.12.2011	168	15.04.2026	1,42% acima da TJLP	2.290	1.666	1.702
(13) 1220768.1	Copel GeT	28.09.2012	192	15.07.2029	1,36% acima da TJLP	73.122	62.367	63.312
(14) 13211061	Copel GeT	04.12.2013	192	15.10.2031	1,49% acima da TJLP	1.041.155	891.493	902.592
(15) 13210331	Copel GeT	03.12.2013	168	15.08.2028	1,49% e 1,89% acima da TJLP	17.644	15.809	16.077
(16) 15206041	Copel GeT	28.12.2015	168	15.06.2030	2,42% acima da TJLP	34.265	24.118	23.942
(17) 15205921	Copel GeT	28.12.2015	168	15.12.2029	2,32% acima da TJLP	21.584	14.500	14.663
(18) 14205611-A	Copel DIS	15.12.2014	72	15.01.2021	2,09% a.a. acima da TJLP	41.583	32.680	34.266
(18) 14205611-B	Copel DIS	15.12.2014	6	15.02.2021	2,09 a.a. acima da TR BNDES	17.821	17.005	21.267
(19) 14205611-C	Copel DIS	15.12.2014	113	15.06.2024	6% a.a.	78.921	45.964	47.353
(20) 14.2.1271.1	Santa Maria	01.06.2015	192	15.08.2031	1,66% a.a. acima da TJLP	59.462	56.905	57.789
(20) 14.2.1272.1	Santa Helena	01.06.2015	192	15.08.2031	1,66% a.a. acima da TJLP	64.520	61.709	62.487
(21) 11211521	GE Farol	19.03.2012	192	15.06.2030	2,34% a.a. acima da TJLP	54.100	54.367	55.087
(21) 11211531	GE Boa Vista	19.03.2012	192	15.06.2030	2,34% a.a. acima da TJLP	40.050	40.193	40.726
(21) 11211541	GE S. B. do Norte	19.03.2012	192	15.06.2030	2,34% a.a. acima da TJLP	90.900	91.101	92.362
(21) 11211551	GE Olho D'Água	19.03.2012	192	15.06.2030	2,34% a.a. acima da TJLP	97.000	96.867	98.228
							1.673.599	1.701.758
(22) Notas Promissórias	Copel GeT	29.12.2015	1	18.12.2017	117% do DI	500.000	516.823	496.694
							516.823	496.694
Banco do Brasil								
Repassé BNDES								
(23) 21/02000-0	Copel GeT	16.04.2009	179	15.01.2028	2,13% acima da TJLP	169.500	135.964	138.347
							135.964	138.347
Total moeda nacional							3.919.528	3.972.626
							4.020.498	4.077.060
							Circulante	356.911
							Não circulante	3.663.587
								308.558
								3.768.502

Contrato	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Encargos financeiros a.a. (juros + comissão)	Valor do contrato	Controladora		
						31.03.2016	31.12.2015	
Moeda estrangeira								
Secretaria do Tesouro Nacional - STN								
(1) Par Bond	20.05.1998	1	11.04.2024	6,0% + 0,20%	17.315	59.999	61.763	
(1) Discount Bond	20.05.1998	1	11.04.2024	1,1875%+0,20%	12.082	40.971	42.671	
						100.970	104.434	
Moeda nacional								
Banco do Brasil								
(5) NCI 330600132	28.02.2007	3	28.02.2019	107,8% do DI	231.000	232.685	241.059	
(5) NCI 330600151	31.07.2007	3	31.07.2017	111,0% do DI	18.000	12.257	12.722	
(5) CCB 306401381	21.07.2015	2	21.07.2018	109,40% do DI	640.005	648.916	672.985	
						893.858	926.766	
						994.828	1.031.200	
						Circulante	105.132	61.788
						Não circulante	889.696	969.412

Banco do Brasil: prestações anuais

- (2) Parcelas de R\$ 58.334 vencíveis em 15.08.2017 e 15.08.2018. Os juros proporcionais são pagos semestralmente.
- (3) Parcelas de R\$ 75.000 vencíveis em 16.05.2017 e 16.05.2018. Os juros proporcionais são pagos semestralmente.
- (4) Parcelas de R\$ 50.333 vencíveis em 27.07.2016, 27.07.2017 e 27.07.2018. Os juros proporcionais serão pagos juntamente com o principal.
- (5) Contrato CCB 330600773: parcelas de R\$ 38.889 vencíveis em 11.07.2017, 11.07.2018 e 11.07.2019. Os juros são pagos semestralmente.
- Contrato NCI 330.600.132: parcelas de R\$ 77.000 vencíveis em 28.02.2017, 28.02.2018 e 28.02.2019. Os juros são pagos semestralmente.
- Contrato NCI 330.600.151: parcelas de R\$ 6.000 vencíveis em 31.07.2016, 31.07.2017 e 31.07.2018. Os juros são pagos semestralmente.
- Contrato CCB 306.401.381: parcelas de R\$ 320.003 vencíveis em 21.07.2017 e 21.07.2018. Os juros são pagos semestralmente.

Destinação:

- (1) Reestruturação da dívida da Controladora referente aos financiamentos sob amparo da Lei nº 4.131/62.
- (2) (3) (4) Capital de giro.
- (5) Quitação de empréstimos.
- (6) Cobertura financeira de até 29,14% do total do projeto de Implantação da UHE Governador José Richa e do sistema de transmissão.
- (7) Programa Nacional de Irrigação - Proni.
- (8) Programa de Eletrificação Rural - Luz para Todos.
- (9) Projeto BEL - serviço de internet banda ultra larga (Ultra Wide Band - UWB).
- (10) (23) Implementação da UHE Mauá e sistema de transmissão associado, em consórcio com a Eletrosul
- (11) Implantação de linha de transmissão entre as subestações Foz do Iguaçu e Cascavel Oeste.
- (12) Aquisição de máquinas e equipamentos nacionais para a implantação da linha de transmissão descrita acima.
- (13) Implantação da PCH Cavernoso II.
- (14) Implantação da UHE Colíder e sistema de transmissão associado.
- (15) Implantação da Subestação Cerquilha III em 230/138kV.
- (16) Implantação de linha de transmissão Assis - Paraguaçu Palulista II.
- (17) Implantação de linhas de transmissão Londrina - Figueira e Salto Osório - Foz do Chopim C2.
- (18) Investimento em preservação de negócios, melhorias, suporte operacional e investimentos gerais em expansão.
- (19) Máquinas e equipamentos nacionais credenciados no BNDES.
- (20) (21) Construção e implantação de central geradora eólica.
- (22) Pagamento de outorga - leilão nº 012/2015, referente UHE GPS.

Garantias:

- (1) Conta corrente bancária centralizadora da arrecadação das receitas. Garantias depositadas (NE nº 22.1).
- (2) (3) Penhor de duplicatas mercantis de até 360 dias.
- (2) (3) (4) (5) Cessão de créditos.
- (6) (7) (8) Receita própria, suportada por procuração outorgada por instrumento público, e na emissão de notas promissórias e duplicatas de venda mercantil em igual número das parcelas a vencer.
- (9) Bloqueio de recebimentos na conta corrente da arrecadação.
- (10) (13) (23) Totalidade da receita proveniente da venda e/ou comercialização de energia dos CCEARs relativos ao projeto, através de Contrato de Cessão de Vinculação de Receitas, Administração de Contas e Outras Avenças.
- (11) (12) Cessão fiduciária dos direitos decorrentes do Contrato de Concessão nº 027/2009-Aneel, do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão nº 09/2010-ONS e dos contratos de uso do Sistema de Transmissão, celebrados entre o ONS, as Concessionárias e as Usuárias do Sistema de Transmissão, inclusive a totalidade da receita proveniente da prestação dos serviços de transmissão.
- (14) Cessão fiduciária dos direitos decorrentes do Contrato de Concessão nº 01/2011/MME-UHE Colíder e cessão fiduciária em decorrência do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica (CCVEE) celebrado entre Copel e Sadia S.A..
- (15) Cessão fiduciária dos direitos decorrentes do Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 015/2010, celebrado entre Copel e União Federal.
- (16) Cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes do Contrato de Concessão nº 002/2013-Aneel.
- (17) Cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes do Contrato de Concessão nº 022/2012-Aneel.
- (18) (19) Fiança da Companhia Paranaense de Energia; cessão fiduciária de receitas e direitos indenizatórios da concessão.
- (20) Fiança da Companhia Paranaense de Energia; penhor de ações; cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes do Contrato de Energia Reserva nº 153/2011; cessão fiduciária de receitas decorrentes do projeto.
- (21) Penhor de ações; cessão fiduciária de recebíveis provenientes da receita de venda de energia elétrica produzidas pelo projeto; cessão fiduciária das máquinas e equipamentos montados ou construídos com os recursos a eles vinculados.
- (22) Aval da Companhia Paranaense de Energia.

22.1 Cauções e depósitos vinculados - STN

Constituição de garantias, sob a forma de caução em dinheiro, *Par Bond*, no valor de R\$ 48.081 (R\$ 50.689 em 31.12.2015), e *Discount Bond*, no valor de R\$ 33.625 (R\$ 35.448 em 31.12.2015), destinadas a amortizar os valores de principal correspondentes aos contratos da STN, quando da exigência de tais pagamentos, em 11.04.2024. Os valores são atualizados mediante aplicação da média ponderada das variações percentuais dos preços do Bônus de Zero Cupom do Tesouro dos Estados Unidos da América, pela participação de cada série do instrumento na composição da carteira de garantias de principal, constituídas no contexto do Plano Brasileiro de Financiamento - 1992.

22.2 Composição dos empréstimos e financiamentos por tipo de moeda e indexador

Variação da moeda estrangeira e indexadores acumulada no período (%)		Consolidado			
		31.03.2016	%	31.12.2015	%
Moeda estrangeira					
Dólar norte-americano	(5,14)	100.970	2,51	104.434	2,56
		100.970	2,51	104.434	2,56
Moeda nacional					
TJLP	7,14	1.746.593	43,44	1.771.485	43,45
Ufir	0,00	66.074	1,64	69.959	1,72
Finel	0,82	8.423	0,21	16.980	0,42
CDI	(0,07)	2.009.337	49,98	2.018.044	49,50
TR	0,45	11.812	0,29	12.405	0,30
IPCA	2,62	17.005	0,42	21.267	0,52
Sem indexador	-	60.284	1,51	62.486	1,53
		3.919.528	97,49	3.972.626	97,44
		4.020.498	100,00	4.077.060	100,00
Circulante		356.911		308.558	
Não circulante		3.663.587		3.768.502	

22.3 Vencimentos das parcelas de longo prazo

31.03.2016	Controladora			Consolidado		
	Moeda estrangeira	Moeda nacional	Total	Moeda estrangeira	Moeda nacional	Total
2017	-	398.308	398.308	-	1.260.910	1.260.910
2018	-	392.312	392.312	-	788.878	788.878
2019	-	-	-	-	193.005	193.005
2020	-	-	-	-	150.476	150.476
2021	-	-	-	-	128.592	128.592
Após 2021	99.076	-	99.076	99.076	1.042.650	1.141.726
	99.076	790.620	889.696	99.076	3.564.511	3.663.587

22.4 Mutação de empréstimos e financiamentos

Consolidado	Moeda estrangeira		Moeda nacional		Total
	circulante	não circulante	circulante	não circulante	
Em 1º.01.2016	887	103.547	307.671	3.664.955	4.077.060
Encargos	1.007	-	94.608	16.090	111.705
Variação monetária e cambial	-	(4.471)	1.175	5.619	2.323
Transferências	-	-	122.153	(122.153)	-
Amortização - principal	-	-	(42.866)	-	(42.866)
Pagamento - encargos	-	-	(127.724)	-	(127.724)
Em 31.03.2016	1.894	99.076	355.017	3.564.511	4.020.498

22.5 Cláusulas contratuais restritivas - covenants

A Companhia e suas controladas contrataram empréstimos e financiamentos com cláusulas que requerem a manutenção de determinados índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como: não alterar a participação acionária da Companhia no capital social das controladas que represente alteração de controle sem a prévia anuência. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar vencimento antecipado das dívidas e/ou multas.

Em 31.03.2016, todas as condições acordadas foram integralmente atendidas.

23 Debêntures

Emissão	Empresa	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento		Encargos financeiros a.a. (juros)	Valor do contrato	Consolidado	
				inicial	final			31.03.2016	31.12.2015
(1) 5ª	Copel	13.05.2014	3	13.05.2017	13.05.2019	111,5% do DI	1.000.000	1.053.409	1.016.087
(2) 1ª	Copel GeT	20.05.2015	3	20.05.2018	20.05.2020	113,0% do DI	1.000.000	1.131.464	1.090.755
(3) 1ª	Copel DIS	30.10.2012	2	30.10.2016	30.10.2017	DI + Spread 0,99% a.a.	1.000.000	1.059.311	1.023.378
(4) 1ª	Copel CTE	10.11.2015	5	15.10.2020	15.10.2024	IPCA + juros 7,9633% a.a.	160.000	170.118	162.158
(5) 2ª	Elejor	26.09.2013	60	26.10.2013	26.09.2018	DI + Spread 1,00% a.a.	203.000	101.375	111.516
(6) 1ª	Compagás	15.06.2013	40	15.09.2015	15.12.2018	TJLP+1,7% a.a.+1,0% a.a.	62.626	51.717	56.219
(7) 1ª	(a)	10.06.2014	1	-	10.12.2016	100% CDI + Spread 1,45% a.a.	222.000	231.901	223.815
								3.799.295	3.683.928
								Circulante	1.048.179
								Não circulante	2.751.116
									924.005
									2.759.923

(a) Nova Asa Branca I, Nova Asa Branca II, Nova Asa Branca III, Nova Eurus IV e Ventos de Santo Uriel.

Características:

O valor unitário das debêntures não é atualizado monetariamente.

(1) (2) (3) (4) (5) (7) Debêntures simples, série única, não conversíveis em ações, da espécie quirografia, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476.

(6) Debêntures simples, série única, não conversíveis em ações, da espécie flutuante, emissão privada.

Encargos financeiros:

- (1) Juros semestrais - maio e novembro.
- (2) Juros anuais - maio.
- (3) (4) Juros semestrais - abril e outubro.
- (5) Juros mensais.
- (6) Juros trimestrais - março, junho, setembro e dezembro.
- (7) Juros semestrais - junho e dezembro.

Destinação:

- (1) (2) (3) Capital de giro e/ou realização de investimentos da emissora.
- (4) Implantação, ampliação e modernização de rede de telecomunicações.
- (5) Liquidação total do contrato de mútuo com a Copel.
- (6) Financiar plano de investimentos da emissora.
- (7) Resgate de notas promissórias e investimento nos parques eólicos.

Garantias:

- (1) (2) (3) (4) (5) (7) Fidejussória.
- (6) Flutuante.

Interveniente garantidora:

- (2) (3) (4) (7) Copel.
- (5) Copel, na proporção de 70% e Paineira Participações S.A., na proporção de 30%.
- (6) Compagás.

Agente fiduciário:

- (1) (2) (3) (4) (5) (7) Pentágono S.A. DTVM.
- (6) BNDES Participações S.A. - BNDESPAR.

23.1 Vencimentos das parcelas de longo prazo

31.03.2016	Controladora	Consolidado
2017	332.295	881.040
2018	332.295	708.975
2019	332.294	664.144
2020	-	340.104
2021	-	16.511
Após 2021	-	140.342
	996.884	2.751.116

23.2 Mutação das debêntures

	Consolidado		
	circulante	não circulante	Total
Em 1º.01.2016	924.005	2.759.923	3.683.928
Encargos	129.887	5.521	135.408
Transferências	14.328	(14.328)	-
Amortização - principal	(14.828)	-	(14.828)
Pagamento - encargos	(5.213)	-	(5.213)
Em 31.03.2016	1.048.179	2.751.116	3.799.295

23.3 Cláusulas contratuais restritivas - *covenants*

A Copel e suas controladas emitiram debêntures com cláusulas que requerem a manutenção de determinados índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como: não alterar a participação acionária da Companhia no capital social, que represente alteração de controle sem a prévia anuência dos debenturistas; não realizar, sem prévia e expressa autorização dos debenturistas, distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre capital próprio, caso esteja em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias ou não atenda aos índices financeiros estabelecidos. O descumprimento destas condições poderá implicar vencimento antecipado das debêntures, bem como penalidades perante aos órgãos reguladores.

Em 31.03.2016, todas as condições acordadas foram integralmente atendidas.

24 Benefícios Pós-Emprego

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de complementação de aposentadoria e pensão (Plano Unificado e Plano III) e de assistência médica e odontológica (Plano Assistencial), para seus empregados ativos e pós-emprego e seus dependentes legais.

24.1 Plano de benefício previdenciário

O plano previdenciário unificado é um plano de Benefício Definido - BD em que a renda é pré-determinada em função do nível salarial de cada indivíduo, e o plano previdenciário III é um plano de Contribuição Variável - CV.

As parcelas de custos assumidas pelas patrocinadoras desses planos são registradas de acordo com avaliação atuarial preparada anualmente por atuários independentes, de acordo com o CPC 33 (R1) a partir de 1º.01.2013, que trata de benefícios a empregados, correlacionada à norma contábil internacional IAS 19 R e IFRIC 14. As premissas econômicas e financeiras para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração das patrocinadoras.

24.2 Plano de benefício assistencial

A Companhia e suas controladas alocam recursos para a cobertura das despesas de saúde dos empregados e de seus dependentes, dentro de regras, limites e condições estabelecidos em regulamentos específicos. A cobertura inclui exames médicos periódicos e é estendida a todos os aposentados e pensionistas vitaliciamente.

24.3 Balanço patrimonial e resultado do exercício

Os valores consolidados reconhecidos no passivo, na conta de Benefícios pós-emprego, estão resumidos a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2016	31.12.2015	31.03.2016	31.12.2015
Plano previdenciário	1	21	848	1.008
Plano assistencial	9.804	7.795	615.249	593.652
	9.805	7.816	616.097	594.660
Circulante	166	21	43.327	43.323
Não circulante	9.639	7.795	572.770	551.337

Os valores consolidados reconhecidos no demonstrativo de resultado estão resumidos a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2016	31.03.2015	31.03.2016	31.03.2015
Plano previdenciário (CV)	624	964	18.966	16.476
Plano previdenciário (CV) - administradores	91	79	177	173
Plano assistencial - pós-emprego	2.040	387	32.209	35.575
Plano assistencial - funcionários ativos	284	507	17.196	16.385
Plano assistencial - administradores	23	20	70	35
(-) Transferências para imobilizado e intangível em curso	-	(3)	(5.110)	(4.456)
	3.062	1.954	63.508	64.188

24.4 Mutação dos benefícios pós-emprego

Consolidado	Circulante	Não circulante	Total
Em 1º.01.2016	43.323	551.337	594.660
Apropriação do cálculo atuarial	-	32.210	32.210
Contribuições previdenciárias e assistenciais	34.498	-	34.498
Transferências	10.777	(10.777)	-
Amortizações	(45.271)	-	(45.271)
Em 31.03.2016	43.327	572.770	616.097

24.5 Avaliação atuarial de acordo com o CPC 33 (R1)

A Companhia e suas controladas, em atendimento ao CPC 33 (R1), optam pela elaboração do laudo atuarial anualmente.

As informações elaboradas em conformidade com o Relatório de Avaliação Atuarial estão contidas na NE nº 24 das demonstrações financeiras de 31.12.2015.

25 Encargos do Consumidor a Recolher

Consolidado	31.03.2016	31.12.2015
Conta de desenvolvimento energético - CDE (a)	154.724	204.309
Bandeira tarifária	28.918	52.381
Reserva global de reversão - RGR	15.718	20.768
	199.360	277.458

(a) Nota técnica Aneel nº 53/2015 e Resoluções Aneel nºs 1.856/2015 e 1.857/2015.

26 Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética

26.1 Saldos constituídos para aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Programa de Eficiência Energética - PEE

Consolidado	Aplicado e não concluído	Saldo a recolher	Saldo a aplicar	Saldo em 31.03.2016	Saldo em 31.12.2015
Pesquisa e desenvolvimento - P&D					
FNDCT (a)	-	4.187	-	4.187	5.762
MME	-	2.094	-	2.094	2.882
P&D	62.256	-	200.078	262.334	252.828
	62.256	6.281	200.078	268.615	261.472
Programa de eficiência energética - PEE					
	28.210	-	119.122	147.332	137.521
	90.466	6.281	319.200	415.947	398.993
			Circulante	158.958	167.881
			Não circulante	256.989	231.112

(a) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

26.2 Mutação dos saldos de P&D e PEE

Consolidado	FNDCT	MME	P&D		PEE		Total
	Circulante	Circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Em 1º.01.2016	5.762	2.882	97.981	154.847	61.256	76.265	398.993
Constituições	6.538	3.269	242	6.294	-	9.425	25.768
Contrato de desempenho	-	-	-	-	-	599	599
Juros Selic	-	-	43	6.156	-	3.403	9.602
Recolhimentos	(8.113)	(4.057)	-	-	-	-	(12.170)
Conclusões	-	-	(3.229)	-	(3.616)	-	(6.845)
Em 31.03.2016	4.187	2.094	95.037	167.297	57.640	89.692	415.947

27 Contas a Pagar Vinculadas à Concessão

Consolidado	31.03.2016	31.12.2015
Uso do bem público (27.1)	549.711	535.665
Bonificação de outorga (27.2)	207.412	-
	757.123	535.665
Circulante	269.319	61.786
Não circulante	487.804	473.879

27.1 Uso do bem público

Referem-se aos encargos de outorga de concessão onerosa pelo direito de uso do bem público - UBP.

Consolidado	Empresa	Outorga	Assinatura	Final	Taxa de desconto	Correção Anual	31.03.2016	31.12.2015
(1) UHE Mauá	Copel GeT	29.06.2007	03.07.2007	07.2042	5,65% a.a.	IPCA	15.860	15.437
(2) UHE Colider	Copel GeT	29.12.2010	17.01.2011	01.2046	7,74% a.a.	IPCA	22.122	21.493
(3) UHE Baixo Iguaçu	Copel GeT	19.07.2012	20.08.2012	01.2047	7,74% a.a.	IPCA	5.841	5.557
(4) PCH Cavernoso	Copel GeT	11.07.2013	11.07.2013	07.2018	7,74% a.a.	IPCA	91	97
(5) PCH Apucarantina	Copel GeT	11.07.2013	11.07.2013	07.2018	7,74% a.a.	IPCA	636	676
(6) PCH Chaminé	Copel GeT	11.07.2013	11.07.2013	07.2018	7,74% a.a.	IPCA	1.100	1.170
(7) PCH Derivação Rio Jordão	Copel GeT	11.07.2013	24.02.2014	02.2019	7,74% a.a.	IPCA	672	702
(8) UHEs Fundão e Santa Clara	Elejor	23.10.2001	25.10.2001	10.2036	11,00% a.a.	IGPM	503.389	490.533
							549.711	535.665
						Circulante	61.907	61.786
						Não circulante	487.804	473.879

Taxa de desconto no cálculo do valor presente:

Taxa desconto real e líquida, compatível com a taxa estimada de longo prazo, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

Pagamento à União:

(1) Parcelas mensais equivalentes a 1/12 do pagamento anual proposto de R\$ 643 (51% de R\$ 1.262), conforme cláusula 6ª do Contrato de Concessão nº 001/07.

(2) Parcelas mensais equivalentes a 1/12 do pagamento anual proposto de R\$ 1.256, a partir da entrada em operação comercial da UHE, conforme cláusula 6ª do Contrato de Concessão nº 001/11.

(3) (4) (5) (6) (7) Parcelas mensais equivalentes a 1/12 do pagamento anual proposto, conforme cláusula 5ª do Contrato de Concessão nº 007/2013, pelo prazo de 5 anos.

(8) Parcelas mensais equivalentes a 1/12 do pagamento anual proposto de R\$ 19.000, do 6º ao 35º ano de concessão ou enquanto estiver na exploração dos aproveitamentos hidrelétricos, conforme Termo de Ratificação do Lance e cláusula 6ª do Contrato de Concessão nº 125/01.

27.2 Bonificação de outorga

A Copel Geração e Transmissão assinou o novo contrato de concessão da Usina Hidrelétrica Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza – GPS, conforme descrito na NE nº 10.3. Da bonificação pela outorga registrada, a Companhia pagou a 1ª parcela de R\$ 373.637 em 04.01.2016 e a 2ª parcela, atualizada pela taxa Selic, vence em 05.07.2016.

27.3 Mutação das contas a pagar vinculadas a concessão

Consolidado	Circulante	Não circulante	Total
Em 1�.01.2016	61.786	473.879	535.665
Adição	574.827	284	575.111
Ajuste a valor presente	-	(801)	(801)
Variação monetária	6.222	29.473	35.695
Transferências	15.031	(15.031)	-
Pagamentos	(388.547)	-	(388.547)
Em 31.03.2016	269.319	487.804	757.123

28 Outras Contas a Pagar

Consolidado	31.03.2016	31.12.2015
Compensac��o financeira pela utilização de recursos hídricos	34.395	31.399
Consumidores	22.988	26.391
Taxa de iluminação pública arrecadada	21.156	11.671
Devolução ao consumidor	12.063	12.011
Aquisição de investimentos	9.571	9.571
Cauções em garantia	9.194	8.861
Outras obrigações	68.654	66.767
	178.021	166.671
	Circulante	146.593
	Não circulante	31.428
		135.709
		30.962

29 Provisões para Litígios e Passivo Contingente

A Companhia e suas controladas respondem por diversos processos judiciais e administrativos perante diferentes cortes. A Administração da Companhia, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis, quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE n  4.11 das demonstrações financeiras de 31.12.2015 são atendidos.

A Administração da Companhia acredita ser impraticável fornecer informações a respeito do momento de eventuais saídas de caixa relacionadas às ações pelas quais a Companhia e suas controladas respondem na data da elaboração das informações financeiras, tendo em vista a imprevisibilidade e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório brasileiro, sendo que a resolução final depende das conclusões dos processos judiciais. Por este motivo, esta informação não é fornecida.

29.1 Provisões para litígios

29.1.1 Mutação das provisões para litígios das ações consideradas como de perda provável

Consolidado	Saldo em 1º.01.2016	Adições	Reversões	Custo de construção	Adições no imobilizado e intangível em curso	Quitações	Saldo em 31.03.2016
Fiscais							
Cofins (a)	258.715	1.777	-	-	-	-	260.492
Outras (b)	68.333	3.122	(2.961)	-	-	(14)	68.480
	327.048	4.899	(2.961)	-	-	(14)	328.972
Trabalhistas (c)	408.133	83.616	(3)	-	-	(6.449)	485.297
Benefícios a empregados (d)	104.480	-	(24.000)	-	-	(364)	80.116
Cíveis							
Cíveis e direito administrativo (e)	325.217	32.182	(22.389)	-	-	(6.310)	328.700
Servidões de passagem (f)	62.869	4.394	-	755	833	-	68.851
Desapropriações e patrimoniais (g)	196.895	5.386	-	646	2.282	(12)	205.197
Consumidores (h)	13.656		(67)	-	-	-	13.589
	598.637	41.962	(22.456)	1.401	3.115	(6.322)	616.337
Ambientais (i)	868	180	-	-	-	-	1.048
Regulatórias (j)	55.770	2.476	-	-	-	-	58.246
	1.494.936	133.133	(49.420)	1.401	3.115	(13.149)	1.570.016

Controladora	Saldo em 1º.01.2016	Adições	Reversões	Quitações	Saldo em 31.03.2016
Fiscais					
Cofins (a)	258.715	1.777	-	-	260.492
Outras (b)	12.015	-	(99)	-	11.916
	270.730	1.777	(99)	-	272.408
Trabalhistas (c)	29	14	-	-	43
Cíveis (e)	5.652	9.702	-	(39)	15.315
Regulatórias (j)	14.109	-	-	-	14.109
	290.520	11.493	(99)	(39)	301.875

29.1.2 Descrição da natureza e/ou informações sobre as principais ações

a) Contribuição para o financiamento da seguridade social - Cofins

Autor: Receita Federal

Cobrança da Cofins dos períodos de agosto de 1995 a dezembro de 1996 e de outubro de 1998 a junho de 2001, como decorrência de desconstituição de sentença que havia reconhecido a imunidade da Companhia quanto ao recolhimento da Cofins.

Situação atual: aguardando julgamento.

b) Outras provisões fiscais

Ações relativas a impostos, taxas e outros tributos federais, estaduais e municipais, em que a Companhia discute a incidência ou não, bem como suas bases e valores para recolhimento. A principal ação está descrita a seguir:

Réu: Receita Federal do Brasil

Valor estimado: R\$ 36.505

A Copel Geração e Transmissão requereu parcelamento do saldo a pagar do ajuste anual do IRPJ e da CSLL, referente ao período de apuração de 2014. A Receita Federal do Brasil consolidou o valor com aplicação de multa no patamar máximo. Foi ajuizado Mandado de Segurança com objetivo de obstar o ato da Receita Federal que, no entendimento da Administração, não observou o limite previsto na legislação.

Situação atual: autos nº 5037809-14.2015.4.04.7000, em sentença proferida pelo Juiz Federal da 2ª Vara Federal julgou improcedente a ação. Dessa decisão, a Companhia interpôs Apelação ao TRF.

c) Trabalhistas

Ações movidas por ex-empregados da Copel e de suas controladas, envolvendo cobrança de horas-extras, periculosidade, adicional de transferência, equiparação/reenquadramento salarial e outras, e também ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros e empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

d) Benefícios a empregados

Ações de reclamações trabalhistas movidas por ex-empregados aposentados da Copel e de suas subsidiárias integrais contra a Fundação Copel, que causarão, conseqüentemente, reflexos para a Companhia e suas subsidiárias integrais, na medida em que forem necessários aportes complementares.

e) Cíveis e direito administrativo

Ações que envolvem faturamento, procedimento irregular, contratos administrativos e multa contratual, indenização por acidentes com a rede de energia elétrica e acidentes com veículos. As principais ações estão descritas a seguir:

Autor: Tradener Ltda.

Valor estimado: R\$ 142.472

Ações populares e civis públicas ajuizadas nas quais se aponta ilegalidades e nulidades relativas à celebração do contrato de comercialização de energia elétrica firmado entre a Tradener e a Companhia. A ação popular nº 588/2006 já transitou em julgado e a decisão reconheceu como válida as comissões devidas pela Companhia à Tradener. Na ação civil pública nº 0000219-78.2003.8.16.0004, ajuizada pelo Ministério Público, também há decisão no sentido da ausência de irregularidades no contrato de comercialização de energia. Diante disso, a Tradener ajuizou ações de cobrança, visando o recebimento de suas comissões.

Situação atual: - autos nº 0005550-26.2012.8.16.0004 - em sentença proferida em 29.09.2014, a Companhia foi condenada ao pagamento das comissões devidas à Tradener, no valor de R\$ 17.765, em 30.09.2012, que, acrescido de juros de mora de 1% ao mês, contados da data da citação (25.10.2012), bem como em honorários advocatícios fixados em 9% sobre o valor da condenação e em custas processuais, totaliza R\$ 58.131, em 31.03.2016. Dessa decisão, a Companhia interpôs recurso de apelação, o qual teve decisão desfavorável. A Copel interpôs Recurso Especial. Do recurso Especial da Copel, a Tradener interpôs Recurso Adesivo Especial. Nenhum dos recursos foi julgado ainda.

- autos nº 0005990.22.2012.8.16.0004 - em sentença proferida em 27.01.2014 a Companhia foi condenada ao pagamento do valor de R\$ 95.080, que é o valor atualizado pelo INPC/IBGE a partir do vencimento das comissões devidas à Tradener no contrato de comercialização firmado com a Celesc, acrescido de juros de mora de 1% ao mês, contados da citação (31.10.2012), bem como em honorários advocatícios no valor de R\$ 50, que deve ser corrigido a partir da prolação da sentença, pelo INPC/IBGE, a partir de 27.01.2014. Dessa decisão, a Companhia interpôs apelação, que ainda não foi julgada.

f) Servidões de passagem

As ações judiciais ocorrem quando há divergência entre o valor avaliado pela Copel para pagamento e o pleiteado pelo proprietário e/ou quando a documentação do proprietário não apresenta condições de registro (inventários em andamento, propriedades sem matrículas, entre outras).

Ocorrem, também na intervenção do usucapião de terceiros, seja na qualidade de confrontante ou mesmo quando se trate de imóvel onde há áreas de servidão de passagem, a fim de preservar os limites e confrontações das faixas de servidões.

g) Desapropriações e patrimoniais

As ações judiciais de desapropriação e patrimoniais ocorrem quando há divergência entre o valor avaliado pela Copel para pagamento e o pleiteado pelo proprietário e/ou quando a documentação do proprietário não apresenta condições de registro (inventários em andamento, propriedades sem matrículas, etc.).

As ações patrimoniais compreendem, ainda, reintegrações de posse de imóveis de propriedade da concessionária. As demandas judiciais existem quando há necessidade de retomada dos imóveis invadidos por terceiros nas áreas de propriedade da Companhia. Decorrem também, da intervenção no usucapião de terceiros, seja na qualidade de confrontante, a fim de preservar os limites e confrontações das áreas desapropriadas. A principal ação está descrita a seguir:

Autor: Ivaí Engenharia de Obras S.A.

Valor estimado: R\$ 144.822

Ação declaratória proposta pela autora que tinha como objetivo o reconhecimento do reequilíbrio econômico financeiro do contrato firmado com a Copel Geração e Transmissão S.A. e ação de cobrança proposta pela autora com o objetivo de cobrar os valores decorrentes do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato firmado com a Copel Geração e Transmissão S.A, reconhecido na ação declaratória.

Situação atual: Ação declaratória já se encontra encerrada por decisão transitada em julgado, com condenação da Copel ao pagamento de honorários advocatícios de sucumbência e despesas processuais. Ação de cobrança está em trâmite no Superior Tribunal de Justiça - STJ, sendo que, em 18.12.2015, ocorreu a publicação do inteiro teor do acórdão de julgamento do 2º recurso de embargos de declaração da Copel Geração e Transmissão S.A. perante o STJ, no qual se discute a diferença de valores decorrente da atualização do crédito da autora com cumulação da taxa Selic com outros índices de juros no período que antecedeu ao laudo pericial. O julgamento prescreve o retorno do processo ao Tribunal de Justiça do Paraná - TJ-PR para que este profira novo julgamento sobre os embargos de declaração da Copel Geração e Transmissão S.A., suprimindo a omissão do julgamento anterior. Em decorrência deste novo fato, apesar do recurso de embargos de declaração apresentado em 05.02.2016, pela Ivaí, pendente de julgamento no STJ, o conteúdo dos votos dos Ministros do STJ sinalizam entendimento favorável à Copel Geração e Transmissão S.A., motivo pelo qual, em 31.12.2015, foi efetuada a revisão das perdas estimadas da ação de cobrança, revertendo parcialmente a provisão anteriormente contabilizada, no valor de R\$ 209.948. Desse modo, considera-se como perda provável somente o valor do direito de crédito da autora corrigido mensalmente pelo índice oficial do TJ-PR, sendo este a média do IGP-DI/INPC, acrescido de juros de mora de 1% ao mês, mais honorários advocatícios de sucumbência.

Sobre a ação de cobrança, já há execução provisória em andamento, que está suspensa por medida cautelar da Copel Geração e Transmissão S.A. apresentada e acolhida no Tribunal de Justiça do Paraná em dezembro de 2014.

h) Consumidores

Ações pleiteando ressarcimento de danos causados em aparelhos eletrodomésticos, indenizações por dano moral decorrente da prestação de serviço (suspensão do fornecimento) e ações movidas por consumidores industriais questionando a legalidade da majoração da tarifa de energia elétrica ocorrida na vigência do Plano Cruzado e pleiteando restituição de valores envolvidos.

i) Ambientais

Ações civis públicas e ações populares que têm como finalidade obstaculizar o andamento de licenciamento ambiental de novos projetos ou a recuperação de áreas de preservação permanente no entorno dos reservatórios das usinas hidrelétricas utilizadas indevidamente por particulares. Em caso de eventual condenação, estima-se somente o custo da elaboração de novos estudos ambientais e o custo de recuperação das áreas de propriedade da Copel Geração e Transmissão.

j) Regulatórias

A Companhia está discutindo nas esferas administrativas e judicial notificações do Órgão Regulador sobre eventuais descumprimentos de normas regulatórias. A principal ação está descrita a seguir:

Autores: Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE e Dona Francisca Energética S.A.

Valor estimado: R\$ 46.332

A Copel, a Copel Geração e Transmissão e a Copel Distribuição estão discutindo ações judiciais contra o Despacho Aneel nº 288/2002, envolvendo as empresas citadas.

Situação atual: aguardando julgamento.

29.2 Passivo contingente

29.2.1 Classificação das ações consideradas como de perda possível

Passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação. A seguir informações sobre a natureza e as potenciais perdas dos passivos contingentes da Companhia.

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2016	31.12.2015	31.03.2016	31.12.2015
Fiscais (a)	1.273.265	1.252.740	1.521.853	1.476.765
Trabalhistas (b)	133	222	475.408	605.095
Benefícios a empregados (c)	-	-	56.815	73.310
Cíveis (d)	9.233	30.711	1.205.731	1.170.019
Regulatórias (e)	-	-	647.220	646.455
	1.282.631	1.283.673	3.907.027	3.971.644

29.2.2 Descrição da natureza e/ou informações sobre as principais ações

a) Fiscais

Ações relativas a impostos, taxas e outros tributos federais, estaduais e municipais, em que a Companhia discute a incidência ou não, bem como suas bases e valores para recolhimento. As principais ações estão descritas a seguir:

Autor: Receita Federal

Valor estimado: R\$ 774.703

Juros e multas exigidos em processos administrativos (nº 10980-720.458/2011-15 e nº 11453-720.001/2011-23) decorrentes de ação rescisória relativa a Cofins. Em virtude dos fortes argumentos para a defesa da Copel, destacadamente, a decadência em razão da ausência de lançamento tempestivo por parte da RFB, sua classificação permanece como possível. O principal deste débito, porém, está classificado como provável, conforme nota 29.1-a.

Situação atual: aguardando julgamento.

Autor: Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS

Valor estimado: R\$ 181.014

Exigências fiscais contra a Copel referentes à execução fiscal de contribuição previdenciária (NFLD nº 35.273.870-7), sendo mister ressaltar que o processo já foi julgado favoravelmente à companhia nas duas instâncias e, o valor da contingência, encontra-se depositado em garantia judicial.

Situação atual: aguardando julgamento.

Autor: Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS

Valor estimado: R\$ 26.250

Exigências fiscais contra a Copel relativas a contribuição previdenciária sobre a cessão de mão-de-obra (NFLD nº 35.273.876-6). Processo aguarda julgamento no CARF desde 2010. A atribuição de grau de risco possível decorre da existência de diversos argumentos jurídicos de defesa, especialmente a (a) ausência de prestação de serviços ou cessão de mão-de-obra e (b) desnecessidade de retenção da contribuição no caso de prestadoras de serviço optantes pelo Simples.

Situação atual: aguardando julgamento.

b) Trabalhistas

Ações movidas por ex-empregados da Copel e de suas controladas, envolvendo cobrança de horas-extras, periculosidade, adicional de transferência, equiparação/reenquadramento salarial e outras, e também ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros e empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

c) Benefícios a empregados

Ações de reclamações trabalhistas movidas por ex-empregados aposentados da Copel e de suas subsidiárias integrais contra a Fundação Copel, que causarão, conseqüentemente, reflexos para a Companhia e suas subsidiárias integrais, na medida em que forem necessários aportes complementares.

d) Cíveis

Ações que envolvem faturamento, procedimento irregular, contratos administrativos e multa contratual, indenização por acidentes com a rede de energia elétrica e acidentes com veículos. As principais ações estão descritas a seguir

Autor: Mineradora Tibagiana Ltda.

Valor estimado: R\$ 130.761

Ação para indenização sobre supostos prejuízos nas atividades da mineradora pelas obras de construção da Usina Mauá, pelo Consórcio Energético Cruzeiro do Sul, do qual a Copel Geração e Transmissão participa com o percentual de 51%, onde se discute judicialmente a validade da autorização de lavra de mineração da Mineradora Tibagiana no local da UHE Mauá e efeitos indenizatórios dela decorrentes.

Situação atual: Ação suspensa em 1º grau, até o deslinde da ação nº 5013943-50.2010.04.7000, em trâmite perante a 6ª Vara Federal de Curitiba.

Autor: Ivaí Engenharia de Obras S.A.

Valor estimado: R\$ 643.483

Ação de cobrança proposta pela autora com o objetivo de cobrar os valores decorrentes do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato firmado com a Copel Geração e Transmissão S.A., reconhecido na ação declaratória. O valor principal deste débito está classificado como perda provável.

Situação atual: em 18.12.2015, ocorreu a publicação do inteiro teor do acórdão de julgamento do 2º recurso de embargos de declaração da Copel Geração e Transmissão S.A. perante o Superior Tribunal de Justiça - STJ, no qual se discute a diferença de valores decorrente da atualização do crédito da autora com

cumulação da taxa Selic com outros índices de juros no período que antecedeu ao laudo pericial. O julgamento prescreve o retorno do processo ao Tribunal de Justiça do Paraná - TJ-PR para que este profira novo julgamento sobre os embargos de declaração da Copel Geração e Transmissão S.A., suprimindo a omissão do julgamento anterior. Em decorrência deste novo fato, apesar do recurso de embargos de declaração apresentado em 05.02.2016, pela Ivaí, pendente de julgamento no STJ, o conteúdo dos votos dos Ministros do STJ sinalizam entendimento favorável à Companhia, motivo pelo qual, em 31.12.2015, foi efetuada a revisão das perdas estimadas desta ação, revertendo parcialmente a provisão anteriormente contabilizada. Desse modo, considera-se como perda provável o valor do direito de crédito da autora corrigido pelo índice oficial do TJ-PR, sendo este a média do IGP-DI/INPC, buscado pela Copel Geração e Transmissão S.A. perante o Judiciário, acrescido de juros de mora de 1% ao mês, mais honorários advocatícios de sucumbência, embora ainda seja considerado como perda possível a reforma do acórdão do STJ, com a manutenção do acórdão anterior do TJ-PR, ou seja, permanecendo o valor do débito corrigido pela cumulação da taxa Selic com outros índices de juros no período que antecedeu o laudo pericial.

Autores: franquizados de Agência/loja Copel

Valor estimado: R\$ 44.103

Propositura de 02 (duas) ações individuais em face da Copel Distribuição, em razão de contratos de franquia de Agência/loja Copel, com pedido principal de prorrogar a vigência da contratação e pedido secundário de reconhecer a ocorrência de subconcessão, com a transferência dos serviços prestados e o repasse integral dos valores das tarifas, dentre outras verbas, atualmente com recursos pendentes de julgamento.

Situação atual: aguardando julgamentos.

e) Regulatórias

A Companhia está discutindo nas esferas administrativas e judicial notificações do Órgão Regulador sobre eventuais descumprimentos de normas regulatórias. As principais ações estão descritas a seguir

Autor: Aneel

Valor estimado: R\$ 16.298

A Copel Distribuição interpôs recurso em face da decisão exarada pelo Diretor Geral da Aneel, através do despacho nº 3.959 de 08.12.2015, que determinou a aplicação de penalidade à Copel Distribuição, a título de parcela de ineficiência por subcontratação, em razão da sobrecontratação de Montante de Uso do Sistema de Distribuição - MUSD junto ao ONS.

Situação atual: aguardando julgamento.

Autor: Energia Sustentável do Brasil S.A. - ESBR

Valor estimado: R\$ 607.541

O principal questionamento é o que tende a prevenir as distribuidoras da responsabilização por prejuízos resultantes do atraso no cronograma das obras da UHE Jirau, a ESBR moveu contra a Aneel a ação ordinária nº 10426-71.2013.4.01.4100, na Justiça Federal de Rondônia, cuja sentença (i) reconheceu excludentes de responsabilidade pelo atraso de 535 dias no cronograma das obras da UHE Jirau; (ii) declarou inexigíveis quaisquer obrigações, penalidades e custos impostos à ESBR decorrentes do atraso e, por fim, (iii) anulou o despacho Aneel nº 1.732/2013, que havia reconhecido o atraso de apenas 52 dias no cronograma de implantação. Houve recurso de apelação pela Aneel.

A consequência prática da decisão foi que, ao tempo em que isentou a ESBR, expôs as Distribuidoras com as quais celebrou CCEARs ao Mercado de Curto Prazo e ao alto valor do PLD no período, onde se inclui a Copel Distribuição. Isso, porque as regras de comercialização de energia elétrica impõe que toda energia consumida tenha a correspondente cobertura contratual.

Uma das medidas adotadas foi a impetração do mandado de segurança nº 1001675-88.2015.4.01.0000, junto ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, através da Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia Elétrica - Abradee, da qual a Copel Distribuição faz parte, cujo pedido principal é voltado à anulação do processo promovido pela ESBR contra a Aneel desde a citação. Embora se tenha sido obtida decisão liminar favorável, houve julgamento desfavorável no Mandado de Segurança, no sentido do seu não cabimento neste caso. Aguarda-se a lavratura e publicação do acórdão.

Contudo, em 30.11.2015, foi deferido em parte o pedido da Aneel em Suspensão de Execução de Sentença nº 0050083-30.2015.4.01.0000/RO, pela Presidência do TRF da 1ª Região, no sentido de manter a deliberação do Conselho de Administração da CCEE, decorrente da 813ª reunião de 21.07.2015, que considerou, a partir da decisão judicial no âmbito da Ação Cautelar 9500-90.2013.4.01.4100 "como obrigação de entrega 70% da garantia física proporcionada pela efetiva entrada em operação comercial das unidades geradoras da UHE Jirau até que esse montante seja equivalente à obrigação de entrega original", cujo o impacto financeiro para a Copel Distribuição dependerá da forma de operacionalização a ser implementada pela CCEE nos processos de contabilização e liquidação de curto prazo. Foi interposto recurso pela ESBR, rejeitado. Decisão também sujeita a recurso.

O risco de perda da ação está classificado como possível (intermediário), considerando o montante de R\$ 607.541 em 31.03.2016, relativo à liquidação da CCEE de julho e agosto de 2015, e que considerou a devolução de R\$ 108.239, valor recebido pela Copel Distribuição na liquidação da CCEE de junho de 2015, em atendimento de decisões liminares proferidas nos autos da Ação Cautelar nº 9500-90.2013.4.01.4100 e da Ação Ordinária nº 10426-71.2013.4.04.4100.

Caso as ações sejam julgadas desfavoráveis, o valor será considerado como um Ativo Financeiro Setorial a ser recuperado mediante tarifa.

Situação atual: aguardando julgamento.

30 Patrimônio Líquido

30.1 Atribuível aos acionistas da empresa controladora

30.1.1 Capital social

O capital social integralizado monta a R\$ 6.910.000. Sua composição por ações (sem valor nominal) e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Número de ações em unidades							
	Ordinárias		Preferenciais "A"		Preferenciais "B"		Total	
	nº ações	%	nº ações	%	nº ações	%	nº ações	%
Estado do Paraná	85.028.598	58,63	-	-	-	-	85.028.598	31,07
BNDESPAR	38.298.775	26,41	-	-	27.282.006	21,27	65.580.781	23,96
Eletrobrás	1.530.774	1,06	-	-	-	-	1.530.774	0,56
Custódias em bolsa:								
BM&FBOVESPA (a)	18.547.563	12,79	128.427	33,77	64.873.382	50,59	83.549.372	30,53
NYSE (b)	1.327.524	0,92	-	-	35.961.598	28,05	37.289.122	13,63
Latibex (c)	-	-	-	-	79.649	0,06	79.649	0,03
Prefeituras	178.393	0,12	9.326	2,45	3.471	-	191.190	0,07
Outros	119.453	0,07	242.538	63,78	43.898	0,03	405.889	0,15
	145.031.080	100,00	380.291	100,00	128.244.004	100,00	273.655.375	100,00

(a) Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

(b) Bolsa de Valores de Nova Iorque.

(c) Mercado de Valores Latino Americano em Euros, vinculado à Bolsa de Valores de Madri.

30.1.2 Ajustes de avaliação patrimonial

	Controladora	Consolidado
Em 1º.01.2016	1.177.372	1.177.372
Ajustes referentes a ativos financeiros disponíveis para venda:		
Investimentos em participações societárias	(329)	(329)
Tributos sobre os ajustes	112	112
Ajustes referentes a passivos atuariais:		
Benefícios pós-emprego - equivalência	(854)	(854)
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial:		
Custo atribuído do imobilizado	-	(29.450)
Tributos sobre a realização dos ajustes	-	10.013
Custo atribuído do imobilizado - equivalência (a)	(19.437)	-
Em 31.03.2016	1.156.864	1.156.864

(a) Equivalência patrimonial na controladora, líquida de tributos.

30.1.3 Lucro por ação - básico e diluído

Controladora	31.03.2016	31.03.2015
Numerador básico e diluído		
Lucro líquido básico e diluído alocado por classes de ações, atribuído aos acionistas controladores:		
Ações ordinárias	67.579	219.668
Ações preferenciais classe "A"	195	634
Ações preferenciais classe "B"	65.732	213.666
	133.506	433.968
Denominador básico e diluído		
Média ponderada das ações (em milhares):		
Ações ordinárias	145.031.080	145.031.080
Ações preferenciais classe "A"	380.291	380.291
Ações preferenciais classe "B"	128.244.004	128.244.004
	273.655.375	273.655.375
Lucro líquido básico e diluído por ação atribuído aos acionistas da empresa controladora:		
Ações ordinárias	0,46596	1,51463
Ações preferenciais classe "A"	0,51277	1,66714
Ações preferenciais classe "B"	0,51255	1,66609

30.2 Mutação do patrimônio líquido atribuível aos acionistas não controladores

Participação no capital social	Compagás: 49%	Elejor: 30%	UEG Araucária: 20%	Consolidado
Em 1º.01.2016	144.904	22.200	171.646	338.750
Distribuição de dividendos com lucros retidos	-	(9.342)	-	(9.342)
Resultado do período	3.733	1.714	(2.864)	2.583
Em 31.03.2016	148.637	14.572	168.782	331.991

31 Receita Operacional Líquida

Consolidado	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	Encargos do consumidor (31.5)	ISSQN	Receita líquida 31.03.2016
Fornecimento de energia elétrica (31.1)	3.026.594	(280.382)	(768.623)	(398.275)	-	1.579.314
Suprimento de energia elétrica (31.2)	755.918	(61.696)	-	(12.216)	-	682.006
Disponibilidade da rede elétrica (31.3)	1.699.893	(157.662)	(418.174)	(269.840)	-	854.217
Receita de construção	271.153	-	-	-	-	271.153
Telecomunicações	85.219	(3.264)	(18.941)	-	(517)	62.497
Distribuição de gás canalizado	169.811	(16.544)	(30.075)	-	-	123.192
Resultado de ativos e passivos financeiros setoriais	(527.202)	-	-	-	-	(527.202)
Outras receitas operacionais (31.4)	34.635	(5.619)	-	-	(555)	28.461
	5.516.021	(525.167)	(1.235.813)	(680.331)	(1.072)	3.073.638

Consolidado	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	Encargos do consumidor (31.5)	ISSQN	Receita líquida 31.03.2015
Fornecimento de energia elétrica (31.1)	2.333.274	(216.025)	(555.343)	(233.206)	-	1.328.700
Suprimento de energia elétrica (31.2)	1.425.276	(112.014)	-	(20.242)	-	1.293.020
Disponibilidade da rede elétrica (31.3)	1.190.563	(110.378)	(275.719)	(209.361)	-	595.105
Receita de construção	268.232	-	-	-	-	268.232
Telecomunicações	63.257	(3.742)	(11.324)	-	(589)	47.602
Distribuição de gás canalizado	153.477	(14.122)	(17.880)	-	-	121.475
Resultado de ativos e passivos financeiros setoriais	560.885	-	-	-	-	560.885
Outras receitas operacionais (31.4)	27.287	(4.676)	-	-	(528)	22.083
	6.022.251	(460.957)	(860.266)	(462.809)	(1.117)	4.237.102

31.1 Fornecimento de energia por classe de consumidor

Consolidado	Receita bruta		Receita líquida	
	31.03.2016	31.03.2015	31.03.2016	31.03.2015
Residencial	994.850	752.109	519.416	425.262
Industrial	917.554	768.429	513.472	454.089
Comercial, serviços e outras atividades	706.394	537.453	336.776	281.139
Rural	181.381	115.859	100.925	83.618
Poder público	68.887	51.932	38.766	31.302
Iluminação pública	71.715	49.487	34.372	25.290
Serviço público	85.813	58.005	35.587	28.000
	3.026.594	2.333.274	1.579.314	1.328.700

31.2 Suprimento de energia elétrica

Consolidado	Receita bruta	
	31.03.2016	31.03.2015
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	212.268	994.134
Contratos bilaterais	324.360	278.326
Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR (leilão)	180.391	152.793
Regime de cotas	38.899	23
	755.918	1.425.276

31.3 Disponibilidade da rede elétrica por classe de consumidor

Consolidado	Receita bruta		Receita líquida	
	31.03.2016	31.03.2015	31.03.2016	31.03.2015
Residencial	570.747	429.623	262.282	194.121
Industrial	364.001	233.180	176.162	113.386
Comercial, serviços e outras atividades	383.892	280.615	170.267	124.298
Rural	103.885	69.505	68.820	46.895
Poder público	42.115	30.930	22.681	16.258
Iluminação pública	44.538	29.670	20.130	12.821
Serviço público	33.314	20.699	15.132	9.335
Consumidores livres	81.999	38.611	60.584	27.729
Rede básica, de fronteira e de conexão	401	275	297	198
Receita de operação e manutenção - O&M	39.614	34.796	28.897	29.722
Receita de juros efetivos	35.387	22.659	28.965	20.342
	1.699.893	1.190.563	854.217	595.105

31.4 Outras receitas operacionais

Consolidado	Receita bruta	
	31.03.2016	31.03.2015
Arrendamentos e aluguéis (31.4.1)	24.449	21.141
Renda da prestação de serviços	5.398	3.206
Serviço taxado	2.122	2.046
Outras receitas	2.666	894
	34.635	27.287

31.4.1 Receita de arrendamento e aluguéis

Consolidado	31.03.2016	31.03.2015
Equipamentos e estruturas	24.397	20.873
Imóveis	52	24
Compartilhamento de instalações	-	244
	24.449	21.141

31.5 Encargos do consumidor

Consolidado	31.03.2016	31.03.2015
Conta de desenvolvimento energético - CDE (31.5.1)	260.498	202.201
Conta de desenvolvimento energético - CDE Energia	191.276	-
Outros encargos do consumidor - bandeira tarifária	189.872	213.176
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética - P&D e PEE	25.768	36.120
Quota para reserva global de reversão - RGR	10.756	11.312
Taxa de fiscalização	2.161	-
	680.331	462.809

31.5.1 Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A CDE, criada pela Lei nº 10.438/2002, tem por finalidades principais compensar os descontos tarifários aplicados às tarifas de uso e de energia para determinados usuários; a universalização do serviço de energia elétrica; e promover a competitividade da energia produzida a partir de fontes alternativas nas áreas atendidas pelo sistema elétrico interligado nacional - SIN.

A partir da publicação da Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, que tratou da renovação de concessões de energia elétrica, da redução de encargos setoriais e da modicidade tarifária, os recursos da CDE foram utilizados para compensar as operações financeiras vinculados à indenização por ocasião da reversão das concessões de geração de energia elétrica.

O fundo CDE foi ainda destinado para cobrir custos decorrentes da exposição involuntária no mercado de curto prazo e custos do despacho termoeletrico em 2013 e janeiro de 2014, devido às condições hidroenergéticas desfavoráveis desde o final de 2012, relacionado principalmente aos baixos índices dos reservatórios das usinas hidrelétricas (Decreto nº 7.891/2013). Esta parcela do encargo é chamada de CDE Energia.

Os recursos da CDE são provenientes, entre outras fontes, das quotas anuais pagas por todos os agentes que comercializam energia elétrica com o consumidor final, através de encargo tarifário. Mediante o aumento das despesas do fundo, as quotas de CDE para as distribuidoras foram elevadas em 2015.

Cabe ressaltar que de fevereiro a dezembro de 2014, recursos da Conta-ACR (Decreto nº 8.221/2014), cobriram total ou parcialmente os custos adicionais de exposição involuntária no mercado de curto prazo e do despacho termoeletrico associado aos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente de Contratação Regulada na modalidade por disponibilidade - CCEAR-D, através da contratação de operações de crédito bancário pela CCEE. Estes recursos, tanto da CDE quanto da Conta-ACR, minimizaram o impacto financeiro nas distribuidoras ocasionado pelo aumento dos custos de energia.

Neste contexto, para a Copel Distribuição, a quota mensal da CDE Energia é de R\$ 17.120, e quota mensal da CDE Uso passou para R\$ 83.728 a partir de janeiro de 2016 (Resolução Homologatória nº 2018 de 02.02.2016).

A partir de junho de 2015, a Copel passou a recolher a quota de CDE relativa à Conta-ACR, no montante de R\$ 46.638, que será paga em 57 parcelas atualizadas anualmente (Resolução Homologatória nº 1.863 de 31.03.2015). A partir de junho de 2016 passará a recolher o montante de R\$ 49.362 (Resolução Homologatória nº 2004 de 15.12.2015). O encargo foi alocado às distribuidoras na proporção do mercado de fornecimento e suprimento realizado de fevereiro a dezembro de 2014, e é destinado a amortizar as operações de crédito contratadas pela CCEE, cujo valor considera os custos financeiros e administrativos das operações contratadas.

31.6 Reajuste tarifário da Copel Distribuição

A Aneel homologou o Reajuste Anual da Copel Distribuição por meio da Resolução Homologatória nº 1.897 de 16.06.2015, que autorizou a aplicação de 15,32% no reajuste médio das tarifas a partir de 24.06.2015. Está compondo, neste reajuste, a parcela correspondente aos diferimentos parciais dos componentes financeiros referentes aos Reajustes Tarifários de 2013 e de 2014, solicitados pela Copel Distribuição na época.

O reajuste de 15,32% é composto por: (i) 20,58% referentes à inclusão de componentes financeiros, os quais serão recuperados nos 12 meses subsequentes ao reajuste (incluindo o montante de R\$ 935.256 correspondente aos diferimentos realizados em 2013 e 2014); (ii) 0,34% decorrente da atualização da Parcela B; (iii) -3,25% referentes ao ajuste da Parcela A; e (iv) -2,35% que refletem a retirada dos componentes financeiros do processo anterior. O reajuste foi aplicado integralmente às tarifas da Copel Distribuição a partir do dia 24.06.2015, iniciando-se em julho de 2015 a amortização dos Ativos Financeiros Setoriais.

Em 31.03.2016, o montante atualizado do diferimento é de R\$ 233.814 (NE nº 9.1), a serem amortizados em 2016.

Revisão Tarifária Extraordinária - RTE 2015

A Aneel, em 27.02.2015, aprovou a Revisão Tarifária Extraordinária em 36,79% a partir de 02.03.2015, que teve como objetivo restabelecer a cobertura tarifária das distribuidoras de energia elétrica em decorrência do aumento da quota de CDE (22,14% do reajuste), e ao reposicionamento dos custos com energia (14,65% do reajuste) em função do reajuste da tarifa de Itaipu, impactada pela variação cambial e cenário hidrológico, e dos elevados preços praticados no 14º Leilão de Energia Existente (A-1 2014) e no 18º Leilão de Ajuste, realizado em 15.01.2015.

No Reajuste Anual de 2015, foi considerado o valor parcial da RTE 2015, sendo o saldo atual em 31.03.2016, atualizado pela Taxa Selic, de R\$ 89.763 (NE nº 9.1). O saldo remanescente da RTE no montante de R\$ 546.661 (NE nº 9.1), atualizado até 31.03.2016, será considerado no próximo reajuste tarifário.

Bandeiras Tarifárias

A partir de 1º.01.2015, conforme previsto na Resolução Normativa Aneel nº 547 de 16.04.2013, teve início a cobrança das bandeiras tarifárias nas faturas de energia elétrica. A Aneel homologa o valor a ser considerado para as bandeiras tarifárias, considerando a previsão do despacho de geração térmica, ESS gerado por segurança energética, exposição involuntária ao mercado de curto prazo, risco hidrológico associado à geração de Itaipu e das usinas convertidas em cotas de garantia física.

Inicialmente a Aneel definiu os valores de 15 R\$/MWh para bandeira amarela e 30 R\$/MWh para bandeira vermelha, vigentes para os meses de janeiro e fevereiro de 2015. De março a agosto, os valores foram atualizados, respectivamente, para 25 R\$/MWh e 55 R\$/MWh. Em setembro, por meio da Resolução Homologatória nº 1.945, de 28.08.2015, a Aneel definiu novos valores. A bandeira amarela permaneceu em 25 R\$/MWh e a bandeira vermelha o valor passou a 45 R\$/MWh. A partir de 1º.02.2016, a bandeira vermelha passou a ter dois patamares, R\$ 3,00 e R\$ 4,50, aplicados a cada 100 kWh (quilowatt-hora) consumidos, e a bandeira amarela passou a R\$ 1,50, aplicados a cada 100 kWh. Para todo o ano de 2015 foi aplicado o regime de bandeira vermelha.

Mediante a publicação do Decreto nº 8.401 de 04.02.2015, foi criada a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT destinada a administrar os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias instituídas pela Aneel, sendo os recursos disponíveis repassados aos agentes de distribuição, considerados os valores efetivamente realizados conforme a previsão das variações relativas aos custos de geração por fonte termelétrica e à exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo que afetem os agentes de distribuição de energia elétrica conectados ao Sistema Interligado Nacional - SIN e a cobertura tarifária vigente.

No Reajuste Anual de 2015, a receita decorrente da aplicação do adicional da bandeira tarifária vermelha e os repasses da Conta Bandeiras para os períodos de competência de janeiro de 2015 a março de 2015 foram considerados na apuração da CVA energia e da CVA ESS/EER, conforme Resolução Homologatória nº 1.897 de 16.06.2015. Os custos não cobertos pelas bandeiras tarifárias no ciclo atual serão considerados no processo tarifário subsequente.

A Copel Distribuição reconheceu no primeiro trimestre de 2016 o montante de R\$ 189.872 de bandeira tarifária, entre receitas faturadas e não faturadas.

32 Custos e Despesas Operacionais

Consolidado	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais, líquidas	31.03.2016
Energia elétrica comprada para revenda (32.1)	(1.199.871)	-	-	-	(1.199.871)
Encargos de uso da rede elétrica	(264.681)	-	-	-	(264.681)
Pessoal e administradores (32.2)	(206.262)	(3.831)	(65.038)	-	(275.131)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 24)	(47.355)	(650)	(15.503)	-	(63.508)
Material	(21.358)	(141)	(1.816)	-	(23.315)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(10.494)	-	-	-	(10.494)
Gás natural e insumos para operação de gás	(114.651)	-	-	-	(114.651)
Serviços de terceiros (32.3)	(95.475)	(7.935)	(26.880)	-	(130.290)
Depreciação e amortização	(169.113)	(9)	(6.537)	(3.377)	(179.036)
Provisões e reversões (32.4)	-	(36.956)	-	(84.105)	(121.061)
Custo de construção (32.5)	(258.865)	-	-	-	(258.865)
Outros custos e despesas operacionais (32.6)	(81.365)	1.829	(35.645)	(16.139)	(131.320)
	(2.469.490)	(47.693)	(151.419)	(103.621)	(2.772.223)

Consolidado	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais, líquidas	31.03.2015
Energia elétrica comprada para revenda (32.1)	(1.791.752)	-	-	-	(1.791.752)
Encargos de uso da rede elétrica	(210.412)	-	-	-	(210.412)
Pessoal e administradores (32.2)	(179.935)	(3.157)	(60.709)	-	(243.801)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 24)	(48.973)	(552)	(14.663)	-	(64.188)
Material	(17.815)	(158)	(2.730)	-	(20.703)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(46.725)	-	-	-	(46.725)
Gás natural e insumos para operação de gás	(350.556)	-	-	-	(350.556)
Serviços de terceiros (32.3)	(74.864)	(8.939)	(25.433)	-	(109.236)
Depreciação e amortização	(150.249)	(7)	(8.120)	(895)	(159.271)
Provisões e reversões (32.4)	-	(91.276)	-	(129.497)	(220.773)
Custo de construção (32.5)	(273.186)	-	-	-	(273.186)
Outros custos e despesas operacionais (32.6)	(5.610)	977	(28.165)	(84.410)	(117.208)
	(3.150.077)	(103.112)	(139.820)	(214.802)	(3.607.811)

Controladora	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas), líquidas	31.03.2016
Pessoal e administradores (32.2)	(9.456)	-	(9.456)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 24)	(3.062)	-	(3.062)
Material	(65)	-	(65)
Serviços de terceiros	(2.609)	-	(2.609)
Depreciação e amortização	(4)	(280)	(284)
Provisões e reversões (32.4)	-	(11.394)	(11.394)
Outras receitas (despesas) operacionais	(8.466)	-	(8.466)
	(23.662)	(11.674)	(35.336)

Controladora	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas), líquidas	31.03.2015
Pessoal e administradores (32.2)	(15.018)	-	(15.018)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 24)	(1.954)	-	(1.954)
Material	(64)	-	(64)
Serviços de terceiros	(2.019)	-	(2.019)
Depreciação e amortização	-	(895)	(895)
Provisões e reversões (32.4)	-	(15.623)	(15.623)
Outras receitas (despesas) operacionais	(4.622)	(1.773)	(6.395)
	(23.677)	(18.291)	(41.968)

32.1 Energia elétrica comprada para revenda

Consolidado	31.03.2016	31.03.2015
Compra de energia no ambiente regulado - CCEAR	812.470	1.092.248
Itaipu Binacional	301.584	372.601
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	133.063	407.251
Programa de incentivo a novas fontes de energia alternativa - Proinfa	60.573	44.043
Contratos bilaterais	4.217	18.990
(-) PIS/Pasep e Cofins sobre energia elétrica comprada para revenda	(112.036)	(143.381)
	1.199.871	1.791.752

32.2 Pessoal e administradores

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2016	31.03.2015	31.03.2016	31.03.2015
Pessoal				
Remunerações	5.322	8.829	169.674	152.016
Encargos sociais	1.912	3.353	61.811	54.290
Auxílio alimentação e educação	505	862	24.825	22.069
Participação nos lucros e/ou resultados (a)	183	645	10.672	9.852
Provisão para indenização por demissões voluntárias e aposentadorias	-	-	3.295	1.459
	7.922	13.689	270.277	239.686
Administradores				
Honorários	1.221	1.047	3.901	3.280
Encargos sociais	299	269	910	791
Outros gastos	14	13	43	44
	1.534	1.329	4.854	4.115
	9.456	15.018	275.131	243.801

(a) De acordo com a Lei Federal nº 10.101/2000, o Decreto Estadual nº 1.978/2007 e a Lei Estadual nº 16.560/2010.

32.3 Serviços de terceiros

Consolidado	31.03.2016	31.03.2015
Manutenção do sistema elétrico	46.141	28.699
Manutenção de instalações	21.070	21.306
Comunicação, processamento e transmissão de dados	16.579	13.665
Leitura e entrega de faturas	12.403	10.428
Agentes autorizados e credenciados	5.920	7.704
Atendimento a consumidor	5.324	4.434
Outros serviços	22.853	23.000
	130.290	109.236

32.4 Provisões e reversões

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2016	31.03.2015	31.03.2016	31.03.2015
Provisão (reversão) para litígios (NE nº 29)	11.394	15.623	83.713	129.761
PCLD (Clientes e Outros créditos)	-	-	36.956	91.276
Provisão para perdas de créditos tributários	-	-	392	(264)
	11.394	15.623	121.061	220.773

32.5 Custo de construção

Consolidado	31.03.2016	31.03.2015
Material	131.607	115.066
Serviços de terceiros	93.193	122.004
Pessoal	29.683	17.675
Outros	4.382	18.441
	258.865	273.186

32.6 Outros custos e despesas operacionais

Consolidado	31.03.2016	31.03.2015
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	52.545	44.577
Indenizações	11.321	7.026
Tributos	11.065	10.477
Perdas na desativação e alienação de bens	10.614	21.867
Propaganda e publicidade	9.328	5.442
Arrendamentos e aluguéis (32.6.1)	8.917	8.141
Outros custos e despesas, líquidos	27.530	19.678
	131.320	117.208

32.6.1 Arrendamentos e aluguéis

Consolidado	31.03.2016	31.03.2015
Imóveis	7.140	7.125
Outros	2.000	1.322
(-) Créditos de PIS e Cofins	(223)	(306)
	8.917	8.141

33 Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2016	31.03.2015	31.03.2016	31.03.2015
Receitas financeiras				
Acréscimos moratórios sobre faturas de energia	-	-	58.604	34.344
Juros e variação monetária sobre repasse CRC (NE nº 8.1)	57.468	51.993	57.468	51.993
Renda de aplicações financeiras mantidas para negociação	616	204	41.945	22.511
Variação cambial sobre compra de energia elétrica de Itaipu	-	-	17.305	-
Remuneração de ativos e passivos setoriais (NE nº 9.3)	-	-	16.903	45.329
Variação monetária sobre contas a receber vinculadas à concessão (NE nº 10.1)	-	-	9.026	43.567
Remuneração sobre contas a receber vinculadas à indenização da concessão	-	-	-	7.976
Renda de aplicações financeiras disponíveis para venda	5	4	3.099	4.562
Variação monetária e ajuste a valor presente sobre contas a pagar vinculadas à concessão (NE nº 27.3)	-	-	841	-
Outras receitas financeiras	7.038	3.957	8.778	9.594
	65.127	56.158	213.969	219.876
(-) Despesas financeiras				
Encargos de dívidas	70.475	58.338	239.673	113.487
Variação monetária e ajuste a valor presente sobre contas a pagar vinculadas à concessão (NE nº 27.3)	-	-	35.735	22.152
Remuneração de ativos e passivos setoriais (NE nº 9.3)	-	-	1.648	14.879
Variação cambial sobre compra de energia elétrica de Itaipu	-	-	10.533	-
Outras variações monetárias e cambiais	3	1	9.765	7.838
Juros sobre P&D e PEE (NE nº 26.2)	-	-	9.602	7.146
PIS/Pasep e Cofins sobre juros sobre capital próprio	3.028	-	3.043	-
Outras despesas financeiras	5	149	61.831	13.489
	73.511	58.488	371.830	178.991
Líquido	(8.384)	(2.330)	(157.861)	40.885

34 Segmentos Operacionais

Segmentos operacionais são as atividades de negócios que geram receitas e incorrem em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelas diretorias executivas da Controladora e das controladas, principais tomadoras de decisões estratégicas, responsáveis pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho.

34.1 Produtos e serviços dos quais os segmentos reportáveis têm suas receitas geradas

A Companhia atua nos segmentos reportáveis identificados pelas diretorias de cada área de negócio, considerando os ambientes regulatórios, as unidades estratégicas de negócios e os diferentes produtos e serviços. Os segmentos são gerenciados separadamente, pois cada negócio e cada empresa exige diferentes tecnologias e estratégias.

No primeiro trimestre de 2016, todas as vendas foram realizadas em território brasileiro, bem como, todos os ativos não correntes estão localizados em território nacional.

Não foram identificados nenhum cliente na Companhia e de suas controladas que seja responsável individualmente por mais de 10% da receita líquida total do primeiro trimestre de 2016.

A Companhia avalia o desempenho de cada segmento, com base em informações derivadas dos registros contábeis.

As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas descritas no resumo das principais práticas contábeis e as operações intersegmentos são realizadas como se estas fossem com terceiros, ou seja, pelos preços correntes de mercado.

34.2 Segmentos reportáveis da Companhia

Geração e transmissão de energia elétrica (GET) - tem como atribuição produzir energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulica, eólica e térmica (**GER**), e prover os serviços de transporte e transformação da energia elétrica, sendo responsável pela construção, operação e manutenção de subestações, bem como pelas linhas destinadas à transmissão de energia (**TRA**); para os gestores, os ativos e passivos dos segmentos de geração e de transmissão de energia são apresentados de forma agregada e o resultado é apresentado de forma segregada.

Distribuição e comercialização de energia elétrica (DIS) - tem como atribuição distribuir e comercializar energia, sendo responsável por operar e manter a infraestrutura, bem como prestar serviços correlatos;

Telecomunicações (TEL) - tem como atribuição a prestação de serviços de telecomunicações e de comunicações em geral;

Gás - tem como atribuição a exploração do serviço público de distribuição de gás natural canalizado; e

Holding (HOL) - tem como atribuição a participação em outras empresas.

34.3 Ativo por segmento reportável

ATIVO	GET	DIS	TEL	GÁS	HOL	Eliminações	Consolidado
31.03.2016							
ATIVO TOTAL	13.855.043	10.723.388	798.372	477.084	3.629.259	(299.204)	29.183.942
ATIVO CIRCULANTE	1.528.775	3.939.224	184.905	92.707	748.958	(543.411)	5.951.158
Caixa e equivalentes de caixa	207.715	793.978	107.328	19.586	31.832	-	1.160.439
Títulos e valores mobiliários	333.917	-	-	-	173	-	334.090
Cauções e depósitos vinculados	-	1.687	-	145	132	-	1.964
Clientes	653.390	2.369.796	35.610	64.140	-	(49.683)	3.073.253
Dividendos a receber	32.324	-	-	-	483.491	(476.865)	38.950
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	-	-	-	-	114.281	-	114.281
Ativos financeiros setoriais	-	387.928	-	-	-	-	387.928
Contas a receber vinculadas à concessão	88.265	-	-	-	-	-	88.265
Outros créditos	144.340	203.445	5.104	2.032	12.604	(1.497)	366.028
Estoques	26.852	89.950	22.379	2.070	-	-	141.251
Imposto de renda e contribuição social	3.331	652	10.587	3.218	64.733	-	82.521
Outros tributos a recuperar	16.264	51.526	3.867	1.113	92	-	72.862
Despesas antecipadas	22.377	20.780	30	403	-	-	43.590
Partes relacionadas	-	19.482	-	-	41.620	(15.366)	45.736
ATIVO NÃO CIRCULANTE	12.326.268	6.784.164	613.467	384.377	2.880.301	244.207	23.232.784
Realizável a Longo Prazo	2.235.625	1.577.932	65.731	79.492	2.107.859	(168.781)	5.897.858
Títulos e valores mobiliários	125.736	1.330	-	6.122	37.945	-	171.133
Cauções e depósitos vinculados	-	81.706	-	-	-	-	81.706
Clientes	1.423	39.068	35.104	-	-	-	75.595
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	-	-	-	-	1.277.004	-	1.277.004
Depósitos judiciais	66.844	384.061	8.496	36.707	267.791	-	763.899
Contas a receber vinculadas à concessão	1.522.709	438.101	-	14.878	-	-	1.975.688
Contas a receber vinculadas à indenização da concessão	219.556	-	-	-	-	-	219.556
Outros créditos	15.438	21.024	-	-	-	-	36.462
Imposto de renda e contribuição social	583	15.255	-	-	140.677	-	156.515
Outros tributos a recuperar	67.736	41.933	6.171	-	14	-	115.854
Imposto de renda e contribuição social diferidos	126.315	555.454	15.960	21.632	115.891	-	835.252
Despesas antecipadas	21.475	-	-	153	-	-	21.628
Partes relacionadas	67.810	-	-	-	268.537	(168.781)	167.566
Investimentos	1.593.051	1.374	-	-	726.453	-	2.320.878
Imobilizado	8.230.837	-	530.277	-	42.441	-	8.803.555
Intangível	266.755	5.204.858	17.459	304.885	3.548	412.988	6.210.493

34.4 Passivo por segmento reportável

PASSIVO	GET	DIS	TEL	GÁS	HOL	Eliminações	Consolidado
31.03.2016							
PASSIVO TOTAL	13.855.043	10.723.388	798.372	477.084	3.629.259	(299.204)	29.183.942
PASSIVO CIRCULANTE	2.134.618	2.583.216	52.737	130.638	492.635	(545.303)	4.848.541
Obrigações sociais e trabalhistas	56.899	167.750	19.560	7.693	7.017	-	258.919
Partes relacionadas	14.394	-	-	-	974	(15.368)	-
Fornecedores	606.132	873.088	12.781	88.980	6.264	(51.176)	1.536.069
Imposto de renda e contribuição social	75.111	133.282	3.110	2.459	580	-	214.542
Outras obrigações fiscais	79.538	149.144	3.692	6.636	844	-	239.854
Empréstimos e financiamentos	132.886	114.865	5.922	-	105.132	(1.894)	356.911
Debêntures	408.307	559.409	5.010	18.928	56.525	-	1.048.179
Dividendos a pagar	372.449	118.950	-	5.479	313.835	(476.865)	333.848
Benefícios pós-emprego	10.866	30.615	1.662	-	184	-	43.327
Encargos do consumidor a recolher	10.987	188.373	-	-	-	-	199.360
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	51.555	107.403	-	-	-	-	158.958
Contas a pagar vinculadas à concessão	269.319	-	-	-	-	-	269.319
Passivos financeiros setoriais	-	42.662	-	-	-	-	42.662
Outras contas a pagar	46.175	97.675	1.000	463	1.280	-	146.593
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	4.809.602	2.575.646	237.492	43.109	2.333.183	(373.785)	9.625.247
Partes relacionadas	141.047	-	11.900	-	121.755	(274.702)	-
Fornecedores	5.923	-	-	-	-	-	5.923
Obrigações fiscais	157.799	84.106	5.117	-	1.797	-	248.819
Empréstimos e financiamentos	2.106.274	746.483	20.210	-	889.696	(99.076)	3.663.587
Debêntures	1.056.433	499.902	165.108	32.789	996.884	-	2.751.116
Benefícios pós-emprego	158.207	376.998	21.654	4.221	11.690	-	572.770
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	71.920	185.069	-	-	-	-	256.989
Contas a pagar vinculadas à concessão	487.804	-	-	-	-	-	487.804
Passivos financeiros setoriais	-	36.795	-	-	-	-	36.795
Outras contas a pagar	16.540	-	-	5.409	9.486	(7)	31.428
Provisões para litígios	607.655	646.293	13.503	690	301.875	-	1.570.016
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.910.823	5.564.526	508.143	303.337	803.441	619.884	14.710.154
Atribuível aos acionistas controladores	6.910.823	5.564.526	508.143	303.337	803.441	287.893	14.378.163
Atribuível aos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	331.991	331.991

34.5 Demonstração do resultado por segmento reportável

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	GET		DIS	TEL	GÁS	HOL	Eliminações	Consolidado
	GER	TRA						
31.03.2016								
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	748.392	167.896	2.077.278	78.085	159.842	-	(157.855)	3.073.638
Fornecimento de energia elétrica para terceiros	139.756	-	1.439.558	-	-	-	-	1.579.314
Fornecimento de energia elétrica entre segmentos	-	-	1.162	-	-	-	(1.162)	-
Suprimento de energia elétrica para terceiros	525.359	-	156.647	-	-	-	-	682.006
Suprimento de energia elétrica para terceiros entre segmentos	72.377	-	-	-	-	-	(72.377)	-
Disponibilidade da rede elétrica para terceiros	-	57.862	796.355	-	-	-	-	854.217
Disponibilidade da rede elétrica entre segmentos	-	19.429	4.229	-	-	-	(23.658)	-
Receita de construção	-	88.795	177.341	-	5.017	-	-	271.153
Serviços de telecomunicações para terceiros	-	-	-	62.497	-	-	-	62.497
Serviços de telecomunicações entre segmentos	-	-	-	7.312	-	-	(7.312)	-
Distribuição de gás canalizado	-	-	-	-	123.192	-	-	123.192
Distribuição de gás canalizado entre segmentos	-	-	-	-	31.633	-	(31.633)	-
Resultado de ativos e passivos financeiros setoriais	-	-	(527.202)	-	-	-	-	(527.202)
Outras receitas operacionais para terceiros	2.374	-	26.631	(544)	-	-	-	28.461
Outras receitas operacionais entre segmentos	8.526	1.810	2.557	8.820	-	-	(21.713)	-
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(404.865)	(107.503)	(2.172.193)	(57.446)	(146.936)	(41.874)	158.594	(2.772.223)
Energia elétrica comprada para revenda	(18.004)	-	(1.253.842)	-	-	-	71.975	(1.199.871)
Encargos de uso da rede elétrica	(76.815)	-	(209.140)	-	-	-	21.274	(264.681)
Pessoal e administradores	(43.974)	(19.012)	(169.769)	(20.792)	(7.895)	(13.689)	-	(275.131)
Planos previdenciário e assistencial	(10.364)	(4.722)	(39.020)	(4.814)	(645)	(3.943)	-	(63.508)
Material	(3.741)	(1.239)	(17.489)	(355)	(399)	(92)	-	(23.315)
Matéria-prima e insumos para produção de energia	(42.127)	-	-	-	-	-	31.633	(10.494)
Gás natural e insumos para operação de gás	-	-	-	-	(114.651)	-	-	(114.651)
Serviços de terceiros	(52.186)	(4.738)	(84.904)	(10.077)	(3.862)	(3.166)	28.643	(130.290)
Depreciação e amortização	(97.775)	(363)	(66.290)	(8.396)	(5.926)	(286)	-	(179.036)
Provisão (reversão) para litígios	7.166	1.935	(76.515)	(4.891)	(13)	(11.394)	-	(83.712)
Outras provisões e reversões	(1.877)	618	(35.588)	(345)	(157)	-	-	(37.349)
Custo de construção	-	(76.507)	(177.341)	-	(5.017)	-	-	(258.865)
Outros custos e despesas operacionais	(65.168)	(3.475)	(42.295)	(7.776)	(8.371)	(9.304)	5.069	(131.320)
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	-	22.358	-	-	-	25.536	-	47.894
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO								
FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS	343.527	82.751	(94.915)	20.639	12.906	(16.338)	739	349.309
Receitas financeiras	20.702	2.968	115.218	4.604	3.854	67.365	(742)	213.969
Despesas financeiras	(174.670)	(32.932)	(77.178)	(8.573)	(4.933)	(73.544)	-	(371.830)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	189.559	52.787	(56.875)	16.670	11.827	(22.517)	(3)	191.448
Imposto de renda e contribuição social	(66.940)	(10.104)	17.728	(5.501)	(4.211)	13.669	-	(55.359)
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	122.619	42.683	(39.147)	11.169	7.616	(8.848)	(3)	136.089

34.6 Adições no ativo não circulante por segmento reportável

	GET		DIS	TEL	GAS	HOL	Consolidado
	GER	TRA					
31.03.2016							
Imobilizado							
Adições	192.911	-	-	25.958	-	33	218.902
Intangível							
Adições	-	1.677	181.534	327	5.387	261	189.186

35 Instrumentos Financeiros

35.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Consolidado	NE nº	Nível	31.03.2016		31.12.2015	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado - mantido para negociação						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	5	1	1.160.439	1.160.439	1.480.727	1.480.727
Títulos e valores mobiliários (b)	6	1	2.752	2.752	2.565	2.565
Títulos e valores mobiliários (b)	6	2	332.754	332.754	333.649	333.649
			1.495.945	1.495.945	1.816.941	1.816.941
Empréstimos e recebíveis						
Caução STN (c)	22.1		81.706	48.733	86.137	51.414
Cauções e depósitos vinculados (a)			1.964	1.964	2.000	2.000
Clientes (a)	7		3.148.848	3.148.848	3.107.889	3.107.889
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná (d)	8		1.391.285	1.393.483	1.383.242	1.343.497
Ativos financeiros setoriais (a)	9		387.928	387.928	1.045.662	1.045.662
Contas a receber vinculadas à concessão (e)	10		1.055.815	1.055.815	943.473	943.473
Contas a receber vinculadas à concessão - bonificação de outorga (f)			570.037	671.807	-	-
Estado do Paraná - Programas do Governo (a)	15.1		187.048	187.048	187.048	187.048
			6.824.631	6.895.626	6.755.451	6.680.983
Disponíveis para venda						
Contas a receber vinculadas à concessão (g)	10	3	438.101	438.101	424.140	424.140
Contas a receber vinculadas à indenização da concessão (h)	11	3	219.556	219.556	219.556	219.556
Títulos e valores mobiliários (b)	6	1	2.814	2.814	2.728	2.728
Títulos e valores mobiliários (b)	6	2	166.903	166.903	158.449	158.449
Outros investimentos (i)	17	1	17.297	17.297	17.626	17.626
			844.671	844.671	822.499	822.499
Total dos ativos financeiros			9.165.247	9.236.242	9.394.891	9.320.423
Passivos Financeiros						
Outros passivos financeiros						
Parcelamento junto a Receita Federal do Brasil (c)	13.3		187.747	167.786	193.739	171.119
Fornecedores (a)	21		1.541.992	1.541.992	1.619.049	1.619.049
Empréstimos e financiamentos (c)	22		4.020.498	3.562.462	4.077.060	3.539.257
Debêntures (j)	23		3.799.295	3.799.295	3.683.928	3.683.928
Benefícios pós-emprego (k)	24		616.097	616.097	594.660	594.660
Passivos financeiros setoriais (a)	9		79.457	79.457	-	-
Contas a pagar vinculadas à concessão (l)	27.1		549.711	666.286	535.665	651.403
Contas a pagar vinculadas à concessão - bonificação de outorga (a)	27.2		207.412	207.412	-	-
			11.002.209	10.640.787	10.704.101	10.259.416
Total dos passivos financeiros			11.002.209	10.640.787	10.704.101	10.259.416

Os diferentes níveis foram definidos conforme a seguir:

Nível 1: obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo;

Nível 3: obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado.

Apuração dos valores justos

- a) Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e prazo de realização.
- b) Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.
- c) Utilizado como premissa básica o custo da última captação realizada pela Companhia, 117,00% do CDI para desconto do fluxo de pagamentos esperado.
- d) Utilizada como premissa a comparação com o título Notas do Tesouro Nacional - NTN-B, de longo prazo e pós-fixado, a NTN-B Principal com vencimento em 15.08.2024, que paga em torno de 6,11% a.a. mais IPCA.
- e) Os critérios e as premissas estão divulgados na NE nº 4.3.10 das demonstrações financeiras de 31.12.2015, concessão de transmissão.
- f) Créditos a receber relacionados ao contrato de concessão de prestação de serviço de geração de energia elétrica em regime de cotas, tendo seu valor justo calculado pelo fluxo de entradas de caixa esperado, descontado à taxa estipulada no edital do leilão 12/2015 Aneel (9,04%), melhor taxa para utilizar como referência de mercado para este direito.
- g) Os critérios e as premissas estão divulgados na NE nº 4.3.10 das demonstrações financeiras de 31.12.2015, concessão de distribuição. A mutação ocorrida no primeiro trimestre de 2016 está demonstrada a seguir:

	Consolidado
Em 1º.01.2016	424.140
Transferências para o intangível - prorrogação da concessão de distribuição	2.230
Capitalizações do intangível em curso	3.132
Variação monetária	8.651
Baixas	(52)
Em 31.03.2016	438.101

- h) Ativos de transmissão existentes em 31.05.2000 e ativos de geração têm valores justos equivalentes aos valores contábeis, em virtude do aguardo da conclusão do laudo a ser avaliado pela Aneel.
- i) Calculado conforme cotações de preços publicadas em mercado ativo ou aplicando o percentual de participação sobre o patrimônio líquido para os ativos sem mercado ativo.
- j) Calculado conforme cotação do Preço Unitário - PU em 31.03.2016, obtido junto à Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - Anbima, líquido do custo financeiro a amortizar de R\$ 10.589.
- k) Os critérios e as premissas estão divulgados na NE nº 4.9 das demonstrações financeiras de 31.12.2015.
- l) Utilizada a taxa de 7,74% a.a. como referência de mercado.

35.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia mantém o Comitê de Gestão de Riscos Corporativos, responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de riscos e o assessoramento do Comitê de Auditoria, de forma a assegurar a boa gestão dos recursos e a proteção e valorização do seu patrimônio.

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

35.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, resultantes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

Consolidado		
Exposição ao risco de crédito	31.03.2016	31.12.2015
Caixa e equivalentes de caixa (a)	1.160.439	1.480.727
Títulos e valores mobiliários (a)	505.223	497.391
Cauções e depósitos vinculados (a)	83.670	88.137
Clientes (b)	3.148.848	3.107.889
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná (c)	1.391.285	1.383.242
Ativos financeiros setoriais (d)	387.928	1.045.662
Contas a receber vinculadas à concessão (e)	2.063.953	1.367.613
Contas a receber vinculadas à indenização da concessão (f)	219.556	219.556
Estado do Paraná - Programas do Governo (g)	187.048	187.048
	9.147.950	9.377.265

- a) A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.
- b) Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Tal risco está intimamente relacionado a fatores internos e externos à Copel. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia atua na gerência das contas a receber, detectando as classes de consumidores com maior possibilidade de inadimplência, suspendendo o fornecimento de energia e implementando políticas específicas de cobrança, atreladas a garantias reais ou fidejussórias para débitos superiores a R\$ 200.

Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas na sua realização.
- c) A Administração considera o risco deste crédito reduzido, visto que as amortizações são garantidas com recursos oriundos de dividendos. O Governo do Estado vem cumprindo o pagamento das parcelas renegociadas conforme estabelecido no quarto termo aditivo.
- d) A Administração considera bastante reduzido o risco deste crédito, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente a custos não recuperados por meio de tarifa.

- e) A Administração considera bastante reduzido o risco deste, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente aos investimentos efetuados em infraestrutura e que não foram recuperados por meio da tarifa até o vencimento da concessão, especificamente a atividade de transmissão, tendo em vista que a RAP é uma receita garantida, portanto sem risco de demanda.
- f) Para o valor relativo aos ativos RBSE existentes em 31.05.2000, a Aneel publicou a Resolução Normativa nº 589/2013, que trata da definição de critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição - VNR. Em 20.04.2016, por meio da Portaria MME nº 120, o Poder Concedente definiu a forma de recebimento da indenização a ser regulamentada pela Aneel. Para estes ativos, a Administração considera como reduzido o risco de crédito, uma vez que as regras para a indenização estão definidas e encontra-se em andamento a análise das informações fornecidas ao Poder Concedente.

Para o valor relativo aos ativos de concessão de geração, a Aneel publicou a Resolução Normativa nº 596/2013, que trata da definição de critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR), para fins de indenização. Apesar do Poder Concedente ainda não ter divulgado a forma do pagamento da remuneração dos ativos e de existirem incertezas quanto a homologação dos investimentos realizados, a expectativa da Administração sobre a indenização destes ativos indica a recuperabilidade dos saldos registrados em 31.03.2016.

- g) A Administração considera bastante reduzido o risco deste crédito uma vez que tratam-se de programas específicos junto ao Governo do Estado, a destacar o Programa Luz Fraterna (NE nº 36.a).

35.2.2 Risco de liquidez

O Risco de Liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais.

São desenvolvidas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, as quais são submetidas à apreciação pelos órgãos da Administração. Anualmente ocorre a aprovação do orçamento empresarial para o próximo exercício.

As projeções econômico-financeiras de médio e longo prazos abrangem períodos mensais cobrindo os próximos cinco anos. A projeção de curto prazo considera períodos diários cobrindo os próximos 90 dias.

A Companhia monitora permanentemente o volume de recursos a serem liquidados por meio de controle do fluxo de caixa, objetivando reduzir o custo de captação, o risco de renovação dos empréstimos e a aderência à política de aplicações financeiras, mantendo-se um nível de caixa mínimo.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação, não descontados, em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para o ano seguinte. A partir de 2018, repetem-se os indicadores de 2017 até o horizonte da projeção, exceto o dólar, que acompanha a inflação.

Consolidado	Juros (a)	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Passivo Total
31.03.2016							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 22	28.516	75.851	604.425	3.327.561	1.678.804	5.715.157
Debêntures	NE nº 23	92.220	266.229	967.086	3.389.894	205.496	4.920.925
Contas a pagar vinculadas à concessão	Tx. Retorno + IGP-M e IPCA	4.973	9.948	46.766	291.313	2.104.230	2.457.230
Eletrobrás - Itaipu	Dólar	-	197.300	902.379	5.381.095	3.896.644	10.377.418
Outros fornecedores	-	1.022.999	293.500	203.209	22.284	-	1.541.992
Obrigações de compra	IGP-M e IPCA	-	1.303.293	3.581.421	21.134.810	114.193.011	140.212.535
Parcelamento junto a Receita Federal do Brasil	Selic	3.877	7.868	37.264	175.842	-	224.851
Benefícios pós-emprego	8,94%	38.097	76.193	342.870	1.709.345	4.684.336	6.850.841
		1.190.682	2.230.182	6.685.420	35.432.144	126.762.521	172.300.949
31.12.2015							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 22	78.969	86.071	473.032	3.546.135	2.023.379	6.207.586
Debêntures	NE nº 23	6.277	13.735	1.313.062	3.485.797	205.515	5.024.386
Contas a pagar vinculadas à concessão	Tx. Retorno + IGP-M e IPCA	4.978	9.958	46.687	287.316	2.001.514	2.350.453
Eletrobrás - Itaipu	Dólar	-	210.867	988.015	5.774.563	5.047.764	12.021.209
Outros fornecedores	-	1.138.130	228.200	230.316	22.403	-	1.619.049
Obrigações de compra	IGP-M e IPCA	-	1.278.480	3.629.110	21.371.882	112.292.091	138.571.563
Parcelamento junto a Receita Federal do Brasil	Selic	3.764	7.641	36.228	191.659	-	239.292
Benefícios pós-emprego	8,94%	38.097	76.193	342.870	1.709.345	4.684.336	6.850.841
		1.270.215	1.911.145	7.059.320	36.389.100	126.254.599	172.884.379

(a) Taxa de juros efetiva - média ponderada.

Conforme divulgado nas NEs nº 22.5 e 23.3, a Companhia e suas controladas têm empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) que podem exigir a antecipação do pagamento destas obrigações.

35.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Risco cambial - dólar norte-americano

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de flutuações nas taxas de câmbio que reduzam saldos ativos ou aumentem saldos passivos em moeda estrangeira.

A dívida em moeda estrangeira da Companhia não é significativa e não existe exposição a operações com derivativos de câmbio. A Companhia mantém monitoramento das taxas cambiais.

O efeito da variação cambial decorrente do contrato de compra de energia da Eletrobras (Itaipu) é repassado na próxima revisão tarifário da Copel Distribuição.

O risco cambial na compra de gás decorre da possibilidade de a Compagás computar prejuízos decorrentes de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando o valor em reais das contas a pagar sobre o gás adquirido da Petrobras. Este risco é mitigado pelo monitoramento e repasse da variação de preços aos clientes via tarifa, quando possível. A Compagás mantém monitoramento permanente dessas flutuações.

Análise de sensibilidade do risco cambial

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto da depreciação cambial do Dólar Norte-Americano sobre seus Empréstimos e Financiamentos expostos a tais riscos.

Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes nas respectivas contas em 31.03.2016 e para o cenário provável considerou-se os saldos com a variação da taxa de câmbio – fim de período (R\$/US\$ 3,72) prevista na mediana das expectativas de mercado para 2016 do Relatório Focus do Bacen de 29.04.2016. Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no Cenário Provável.

Risco cambial	Risco	Base 31.03.2016	Cenários projetados - dez.2016		
			Provável	Adverso	Remoto
Ativos financeiros					
Caução STN (garantia de empréstimo STN)	Baixa do dólar	81.706	3.699	(17.653)	(39.004)
		81.706	3.699	(17.653)	(39.004)
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos					
STN	Alta do dólar	(100.970)	(4.571)	(30.956)	(57.341)
Fornecedores					
Eletrobrás (Itaipu)	Alta do dólar	(196.833)	(8.910)	(60.346)	(111.781)
Petrobras (aquisição de gás pela Compagás)	Alta do dólar	(80.914)	(3.663)	(24.807)	(45.951)
		(378.717)	(17.144)	(116.109)	(215.073)

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº475/2008, a Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7. Baseado na posição patrimonial e no valor nocional dos instrumentos financeiros em aberto em 31.03.2016, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

b) Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado.

A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes nas respectivas contas em 31.03.2016 e para o cenário provável considerou-se os saldos com a variação dos indicadores:

- Aplicações Financeiras, Títulos e Valores Mobiliários, Cauções e Depósitos Vinculados: projeção de taxa CDI/Selic de 13,77% com base na taxa de referência de LTN, com vencimento em 1º.01.2017 divulgada pela Bovespa em 31.03.2016;
- Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná, Ativos financeiros setoriais, Contas a receber vinculadas à concessão, Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão e Passivos financeiros: CDI/Selic – 13,25%, IPCA – 6,94%, IGP-DI – 7,12%, IGP-M – 7,35% e TJLP – 7,50%, previstos na mediana das expectativas de mercado para 2016 do Relatório Focus do Bacen de 29.04.2016.

Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no Cenário Provável.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base	Cenários projetados - dez.2016		
		31.03.2016	Provável	Adverso	Remoto
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/SELIC	505.223	51.898	39.083	26.170
Cauções e depósitos vinculados	Baixa CDI/SELIC	1.964	202	151	102
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	Baixa IGP-DI	1.391.285	73.652	55.357	36.984
Ativos financeiros setoriais	Baixa Selic	387.928	37.945	28.568	19.120
Contas a receber vinculadas à concessão	Baixa IPCA	2.063.953	106.523	80.058	53.485
Contas a receber vinculadas à indenização da concessão	Indefinido (a)	219.556	-	-	-
Estado do Paraná - Programas do Governo	Sem Risco	187.048	-	-	-
		4.756.957	270.220	203.217	135.861
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos					
Banco do Brasil	Alta CDI	(1.492.513)	(145.988)	(181.802)	(217.363)
Eletrobrás - Finel	Alta IGP-M	(8.423)	(93)	(116)	(139)
Eletrobrás - RGR	Sem Risco (b)	(60.688)	-	-	-
Caixa Econômica Federal	Sem Risco (b)	(5.386)	-	-	-
Finep	Alta TJLP	(26.132)	(1.457)	(1.817)	(2.175)
BNDES	Alta TJLP	(1.673.599)	(93.284)	(116.347)	(139.312)
Notas promissórias	Alta CDI	(516.823)	(50.552)	(62.954)	(75.268)
Banco do Brasil - Repasse de recursos do BNDES	Alta TJLP	(135.964)	(7.578)	(9.452)	(11.318)
Debêntures	Alta CDI	(3.577.460)	(349.925)	(435.769)	(521.005)
Debêntures - CTE	Alta IPCA	(170.118)	(8.780)	(10.952)	(13.116)
Debêntures - Compagás	Alta TJLP	(51.717)	(2.883)	(3.595)	(4.305)
Passivos financeiros setoriais	Baixa Selic	(79.457)	(7.772)	(9.679)	(11.572)
Parcelamento junto a Receita Federal do Brasil	Alta Selic	(187.747)	(18.364)	(22.869)	(27.343)
		(7.986.027)	(686.676)	(855.352)	(1.022.916)

(a) Avaliação do risco ainda carece de regulamentação por parte do Poder Concedente.

(b) Empréstimo indexado à Ufir.

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº475/08, a Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7. Baseado na posição patrimonial e no valor nocional dos instrumentos financeiros em aberto em 31.03.2016, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

35.2.4 Risco quanto à escassez de energia

Risco de déficit de energia elétrica, decorrente de condições climáticas desfavoráveis quanto a ocorrência de chuvas, dado que a matriz energética brasileira está baseada em fontes hídricas.

Os períodos de estiagem prolongada influenciam o volume de água em estoque nos reservatórios das usinas, elevando o risco de desabastecimento de energia.

Nos últimos anos, as principais bacias hidrográficas do País, onde estão localizados os reservatórios do Sudeste/Centro-Oeste e Nordeste enfrentaram situações climáticas adversas, levando os órgãos responsáveis pelo setor a adotarem medidas de otimização dos recursos hídricos para garantir o pleno atendimento à carga.

Contudo, no momento, tais bacias têm apresentado evidentes sinais de recomposição dos níveis de armazenamento dos seus reservatórios, sobretudo as do Sudeste/Centro-Oeste, em função da evolução positiva da hidrologia observada no período úmido 2015/2016 (iniciado em dezembro de 2015).

Este cenário leva o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE a apontar equilíbrio entre demanda e oferta de energia, mantendo os índices de risco no curto prazo dentro margem de segurança. O mesmo posicionamento é adotado pelo ONS em relação ao risco de déficit no médio prazo, conforme apresentado no Plano da Operação Energética 2015-2019 - PEN 2015.

Embora os estoques armazenados nos reservatórios não sejam os ideais, sob o ponto de vista dos órgãos reguladores, quando combinadas com outras variáveis, são suficientes para manter o risco de déficit dentro da margem de segurança estabelecida pelo Conselho Nacional de Política Energética – CNPE (risco máximo de 5%) para o ano de 2016 em todos os subsistemas.

35.2.5 Risco de não prorrogação das concessões

Em um horizonte dos próximos 5 anos, ou seja até 2020, a Copel Geração e Transmissão deverá se manifestar pela prorrogação ou não das concessões de geração da UTE Figueira, UHE Governador Bento Munhoz da Rocha Netto (Foz do Areia) e UHE São Jorge até 26.03.2017, 17.09.2018 e 03.12.2019, respectivamente. Essas usinas representam uma Garantia Física de 587,8 MW médio.

Atualmente, a prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição alcançadas pelos artigos 17, 19 e 22 da Lei nº 9.074/1995 é disciplinada pela Lei nº 12.783/2013. Segundo esta lei, a prorrogação é facultada à aceitação expressa das condições daquela Lei, tais como: i) receita fixada conforme critérios estabelecidos pela Aneel; ii) alteração da remuneração de preço para tarifa calculada pela Aneel para cada usina; iii) alocação de cotas de garantia física de energia e de potência da usina às concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição; iv) submissão aos padrões de qualidade do serviço fixados pela Aneel; e, v) concordância com os valores estabelecidos como indenização dos ativos vinculados à concessão.

As concessões de geração de energia hidrelétrica, transmissão e distribuição de energia elétrica poderão ser prorrogadas, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 anos. Contudo, para as concessões de geração de energia termelétrica, o prazo de prorrogação ficou limitado a até 20 anos.

O atual regramento regulatório também define que a concessionária tem um prazo de antecedência para solicitar a prorrogação da concessão de até 60 meses da data final do contrato ou ato de outorga para usinas de geração de energia hidrelétrica, transmissão e distribuição de energia elétrica e de 24 meses para as usinas de geração termelétricas.

Também é definido que, se o concessionário optar pela prorrogação da concessão, o Poder Concedente poderá antecipar os efeitos da prorrogação em até 60 meses do advento do termo contratual ou do ato de outorga, inclusive, definindo a tarifa ou receita inicial.

A Companhia procederá futuras análises para a tomada de decisão em optar ou não pela prorrogação das concessões das usinas, frente as condições impostas pelo Poder Concedente, visando a preservação de seus níveis de rentabilidade.

No caso de não antecipação da prorrogação, o Poder Concedente licitará as concessões na modalidade leilão ou concorrência, por até 30 anos, considerando no julgamento da licitação o menor valor de tarifa e a maior oferta de pagamento da bonificação pela outorga.

Em 2012, a Copel Geração e Transmissão prorrogou o Contrato de Concessão de Transmissão nº 060/2001, estendendo sua principal concessão de transmissão até 03.12.2042.

Recentemente, nos termos do aditivo ao contrato de concessão nº 46/1999 da Copel Distribuição, a concessão foi prorrogada, condicionada à parâmetros de qualidade e eficiência na prestação do serviço de distribuição, mensurados por indicadores que consideram a duração e a frequência das interrupções do serviço (DECI e FECI) e a eficiência na gestão econômica e financeira da empresa.

Também foi renovada até o ano de 2046 a concessão da UHE Governador Parigot de Souza, com capacidade instalada de 260 MW.

35.2.6 Risco quanto à escassez de gás

Risco decorrente de eventual período de escassez no fornecimento de gás natural, para atender às atividades relacionadas à distribuição de gás e geração de energia termelétrica.

Um período prolongado de escassez de gás poderia impactar em perdas em razão da redução de receitas das controladas Compagás e UEG Araucária.

35.3 Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio.

A Companhia monitora o capital usando um índice representado pela dívida líquida consolidada ajustada, dividido pelo Ebitda consolidado ajustado dos últimos doze meses. A meta corporativa estabelecida no planejamento estratégico prevê a manutenção anual do índice abaixo de 3,5, sendo que a eventual expectativa de não conformidade daquele indicador enseja ações por parte da administração no intuito de corrigir o curso das apurações até o final de cada exercício.

35.3.1 Endividamento em relação ao patrimônio líquido

Endividamento	Controladora		Consolidado	
	31.03.2016	31.12.2015	31.03.2016	31.12.2015
Empréstimos e financiamentos	994.828	1.031.200	4.020.498	4.077.060
Debêntures	1.053.409	1.016.087	3.799.295	3.683.928
(-) Caixa e equivalentes de caixa	23.218	25.653	1.160.439	1.480.727
(-) Títulos e valores mobiliários (circulante)	173	168	334.090	406.274
Dívida líquida	2.024.846	2.021.466	6.325.264	5.873.987
Patrimônio líquido	14.378.163	14.245.728	14.710.154	14.584.478
Endividamento em relação ao patrimônio líquido	0,14	0,14	0,43	0,40

36 Transações com Partes Relacionadas

Consolidado	Ativo		Passivo		Resultado	
Parte Relacionada / Natureza da operação	31.03.2016	31.12.2015	31.03.2016	31.12.2015	31.03.2016	31.03.2015
Controlador						
Estado do Paraná						
Dividendos a pagar	-	-	96.691	96.691	-	-
Repasse CRC (NE nº 8)	1.391.285	1.383.242	-	-	57.468	51.993
Programa Luz Fraterna (a)	192.072	181.348	-	-	-	-
Obras da Copa do Mundo de 2014 (NE nº 15.1.2)	14.266	14.266	-	-	-	-
Programa Morar Bem Paraná (NE nº 15.1.3)	19.482	19.482	-	-	-	-
Empregados cedidos (b)	340	407	-	-	-	-
Arrendamentos e serviços de telecomunicações (c)	47.915	42.634	-	-	8.586	6.814
Entidades com influência significativa						
BNDEx e BNDESPAR (d)						
Financiamentos (NE nº 22)	-	-	1.673.599	1.701.758	(37.923)	(25.977)
Debêntures - Compagás (NE nº 23)	-	-	51.717	56.219	(1.042)	(522)
Dividendos a pagar	-	-	70.722	70.722	-	-
Empreendimentos controlados em conjunto						
Dominó Holdings - dividendos	9.067	9.067	-	-	-	-
Voltaia São Miguel do Gostoso - mútuo (NE nº 15.3)	26.254	25.237	-	-	918	413
Costa Oeste Transmissora de Energia						
Serviços de operação e manutenção (e)	139	-	-	-	275	152
Rede básica e conexão (f) (g)	-	-	24	24	(869)	(396)
Dividendos	1.783	1.783	-	-	-	-
Marumbi Transmissora de Energia						
Rede básica (g)	-	-	15	9	(99)	-
Serviços de engenharia (h)	582	-	-	-	1.512	-
Dividendos	3.101	3.101	-	-	-	-
Caiuá Transmissora de Energia						
Rede básica e conexão (f) (g)	-	-	154	154	(3.683)	(2.369)
Dividendos	2.157	2.634	-	-	-	-
Integração Maranhense Transmissora						
Rede básica (g)	-	-	-	-	(212)	(357)
Dividendos	3.636	4.476	-	-	-	-
Transmissora Sul Brasileira - Rede básica (g)	-	-	-	-	(409)	(284)
Matrinchã Transmissora de Energia						
Rede básica (g)	-	-	36	55	(320)	-
Dividendos	8.115	8.115	-	-	-	-
Guaraciaba Transmissora de Energia - dividendos	3.930	3.930	-	-	-	-
Cantareira Transmissora de Energia - dividendos	389	389	-	-	-	-
Coligadas						
Dona Francisca Energética S.A. (i)	-	-	1.304	1.304	(4.216)	(18.990)
Foz do Chopim Energética Ltda. (j)	278	-	-	-	567	465
Sercomtel S.A. Telecomunicações						
Compartilhamento de postes (k)	520	236	-	-	745	754
Arrendamentos e serviços de telecomunicações (c)	1.096	-	-	-	1.748	1.206
Companhia de Saneamento do Paraná						
Água tratada, coleta e tratamento de esgoto	67	-	1	3	(337)	(282)
Utilização de água retirada da Represa do Alagado	-	-	-	-	-	99
Serviços de telecomunicações (c)	735	492	-	-	730	692
Dividendos	6.202	6.202	-	-	-	-
Pessoal chave da administração						
Honorários e encargos sociais (NE nº 32.2)	-	-	-	-	(4.854)	(4.115)
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 24)	-	-	-	-	(247)	(208)
Outras partes relacionadas						
Fundação Copel						
Aluguel de imóveis administrativos	-	-	396	688	(3.555)	(3.923)
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 24)	-	-	616.097	594.660	-	-
Arrendamentos e serviços de telecomunicações (c)	45	44	-	-	74	72
Lactec (l)	44.598	39.421	347	938	(3.789)	(1.919)

- a) O Programa Luz Fraterna, instituído e alterado pelas leis estaduais nº 491/2003 e 17.639/2013, permite ao Estado do Paraná quitar as contas de energia elétrica de famílias paranaenses de baixa renda (devidamente cadastradas) quando o consumo não ultrapassar o limite de 120 kWh no mês. O benefício é válido para ligações elétricas residenciais de padrão monofásico, ligações rurais monofásicas e rurais bifásicas com disjuntor de até 50 ampères. Também é preciso que o titular não tenha outra conta de luz no seu nome e não tenha débitos em atraso com a Copel Distribuição. Do saldo em 31.03.2016, o valor de R\$ 153.300 (R\$ 153.300, em 31.12.2015) está contabilizado na Controladora, na conta de Partes Relacionadas, conforme NE nº 15.1.1.
- b) Ressarcimento do valor correspondente a remuneração e encargos sociais de empregados cedidos ao Estado do Paraná. Os saldos apresentados são líquidos da PCLD, no valor de R\$ 1.092, em 31.03.2016 (R\$ 1.040, em 31.12.2015).
- c) Serviços de telecomunicações prestados e arrendamentos de equipamentos e infraestrutura, conforme contratos com a Copel Telecomunicações.
- d) O BNDES é controlador da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR que detém 23,96% do capital social da Copel (26,41% das ações ordinárias e 21,27% das ações preferenciais "B").
- e) Contrato de operação e manutenção, com vencimento em 26.12.2018, realizados entre a Costa Oeste Transmissora e a Copel Geração e Transmissão.
- f) A Copel Distribuição mantém com as empresas Costa Oeste Transmissora de Energia e Caiuá Transmissora de Energia Contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão - CCT, com vencimento até a extinção da concessão da distribuidora ou da transmissora, o que ocorrer primeiro.
- g) A Copel Distribuição mantém Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - Cust com o ONS e com as concessionárias de transmissão de energia, o qual tem por objeto a contratação do Montante de Uso do Sistema de Transmissão - Must. A contratação é de caráter permanente e é regulamentada pela Resolução Normativa Aneel nº 399/2010. Os montantes são definidos para os quatro anos subsequentes, com revisões anuais.
- h) Contrato de prestação de serviço de engenharia realizado entre a Copel Geração e Transmissão e as empresas Marumbi Transmissora de Energia e Caiuá Transmissora de Energia.
- i) Contrato de compra e venda de energia, realizado entre a Dona Francisca Energética e a Copel Geração e Transmissão, com vencimento em 31.03.2025.
- j) Contratos realizados entre a Foz do Chopim Energética Ltda. e a Copel Geração e Transmissão referentes à prestação de serviços de operação e manutenção, com vencimento em 23.05.2019 e à conexão ao sistema de transmissão, com vencimento em 1º.01.2043.
- k) Contrato de compartilhamento de postes, realizado entre a Sercomtel S.A. Telecomunicações e a Copel Distribuição, com vencimento em 28.12.2018.

- I) O Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento - Lactec é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip, na qual a Copel é uma associada. O Lactec mantém contratos de prestação de serviços e de pesquisa e desenvolvimento com a Copel Geração e Transmissão e com a Copel Distribuição, submetidos a controle prévio ou a posteriori, com anuência da Aneel.

Os saldos do ativo referem-se a P&D e PEE, contabilizados no Circulante, na conta Serviços em curso, na qual devem permanecer até a conclusão do projeto, conforme determinação da Aneel.

Os valores decorrentes das atividades operacionais da Copel Distribuição com as partes relacionadas são faturados de acordo com as tarifas homologadas pela Aneel.

36.1 Avais e garantias concedidos às partes relacionadas

Os avais e garantias concedidos pela Copel e pela São Bento na emissão de financiamentos, de debêntures e de contratos de seguros de controladas são informados nas NEs nºs 22, 23 e 37.

Os avais e garantias concedidos pela Copel e pela Copel Geração e Transmissão na emissão de financiamentos, de debêntures e de contratos de seguros dos empreendimentos controlados em conjunto são informados a seguir:

Empresa	Operação	Data da emissão	Vencimento final	Valor aprovado	Saldo 31.03.2016	% participação	Valor aval/fiança
(1) Caiuá Transmissora	Financiamento	23.12.2013	15.02.2029	84.600	82.647	49,0	40.497
(2) Costa Oeste Transmissora	Financiamento	30.12.2013	15.11.2028	36.720	32.700	51,0	16.677
(3) Guaraciaba Transmissora	Debêntures	20.06.2013	20.06.2016	400.000	417.078	49,0	204.368
(4) Integração Maranhense	Financiamento	30.12.2013	15.02.2029	142.150	136.610	49,0	66.939
(5) Mata de Santa Genebra	Debêntures	12.09.2014	30.09.2016	469.000	476.091	50,1	238.522
(6) Matrinchã Transmissora	Financiamento	27.12.2013	15.05.2029	691.440	647.847	49,0	317.445
(7) Transmissora Sul Brasileira	Financiamento	12.12.2013	15.07.2028	266.572	238.868	20,0	47.774
(8) Transmissora Sul Brasileira	Debêntures	15.09.2014	15.09.2028	77.550	99.698	20,0	19.940
(9) Paranaíba Transmissora	Financiamento	21.10.2015	15.10.2030	606.241	584.481	24,5	143.198
(10) Marumbi Transmissora	Financiamento	06.10.2014	15.07.2029	55.037	51.253	80,0	41.002
(11) Voltalia São Miguel do Gostoso Part. S.A. (a)	Debêntures	15.01.2016	15.12.2028	57.000	57.144	49,0	28.001
(12) Usina de Energia Eólica Carnaúba S.A. (a)	Financiamento	24.08.2015	15.11.2031	74.000	64.150	49,0	31.434
(13) Usina de Energia Eólica Reduto S.A. (a)	Financiamento	24.08.2015	15.11.2031	70.000	64.150	49,0	31.434
(14) Usina de Energia Eólica Santo Cristo S.A. (a)	Financiamento	24.08.2015	15.11.2031	74.000	61.143	49,0	29.960
(15) Usina de Energia Eólica São João S.A. (a)	Financiamento	24.08.2015	15.11.2031	68.000	61.143	49,0	29.960

(a) Subsidiárias integrais da Voltalia São Miguel do Gostoso I Participações S.A.

Instituição financeira financiadora:

BNDES: (1) (2) (4) (6) (7) (10) (12) (13) (14) (15)

Destinação:

Programa Investimentos e/ou Capital de Giro.

Aval / Fiança:

Prestado pela Copel Geração e Transmissão: (1) (4)

Prestado pela Copel: (2) (3) (5) (6) (7) (8) (9) (10) (11) (12) (13) (14) (15)

Garantias da Operação:

Penhor de ações da Copel Geração e Transmissão proporcional à participação nos empreendimentos: 49% (1) (4) (6);

51% (2); 20% (7) (8); 80% (10)

Seguro Garantia de Fiel Cumprimento Empresa	Término da vigência	Importância segurada	% aval Copel GeT	Valor do aval
Matrinchã Transmissora	30.06.2016	90.000	49,0	44.100
Guaraciaba Transmissora	30.07.2016	47.000	49,0	23.030
Paranaíba Transmissora	29.06.2016	48.000	24,5	11.760
Mata de Santa Genebra	26.05.2018	78.300	50,1	39.228
Cantareira Transmissora	30.11.2018	31.200	49,0	15.288
Consórcio Empreendedor Baixo Iguaçu	23.11.2016	54.546	30,0	16.364

37 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Consolidado Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Multirrisco - Compagás	26.04.2016	470
Riscos nomeados - Elejor	14.05.2016	813
Garantia de Participação - Aneel	17.05.2016	5.806
Garantia de Fiel Cumprimento - Aneel	01.07.2016	2.890
Seguro de Vida - Compagás	01.08.2016	36 x salário do empregado
Garantia de Fiel Cumprimento - DNIT - Dep. Nac. de Infraest. e Transportes	15.08.2016	2
Riscos nomeados	24.08.2016	2.067.793
Incêndio - imóveis próprios e locados	24.08.2016	535.667
Transporte nacional e internacional - exportação e importação	24.08.2016	apólice por averbação
Riscos diversos	24.08.2016	1.079
Garantia de Fiel Cumprimento - Ministério da Justiça - Sup. de Polícia Rodoviária	31.08.2016	14
Responsabilidade Civil - Compagás	30.10.2016	4.200
Garantia de Participação - Aneel	11.11.2016	1.309
Garantia de Participação - Aneel	11.11.2016	437
Responsabilidade Civil Geral - Telecomunicações	12.11.2016	2.000
Garantia de Pagamento - Brisa Potiguar	16.11.2016	2.182
Automóveis - Compagás	16.11.2016	valor de mercado
Garantia de Pagamento - São Bento	16.11.2016	627
Riscos Operacionais - UHE Mauá - Consórcio Energético Cruzeiro do Sul	23.11.2016	799.290
Riscos Operacionais - UEG Araucária (a)	30.11.2016	1.408.487
Multirrisco - Compagás	18.12.2016	21.750
Riscos Operacionais - Brisa Potiguar	28.12.2016	672.516
Responsabilidade Civil - Brisa Potiguar	28.12.2016	20.000
Riscos Operacionais - São Bento	28.12.2016	449.928
Responsabilidade Civil - São Bento	28.12.2016	20.000
Garantia de Fiel Cumprimento - CREA - PARANA	31.12.2016	24
Garantia Financeira - Elejor	01.01.2017	4.084
Seguro Aeronáutico	30.01.2017	98.765
Garantia de Participação - Aneel	04.02.2017	646
Multirrisco - Elejor	11.03.2017	197.800
Seguro D&O	28.03.2017	88.973
Garantia de Fiel Cumprimento - Aneel	01.05.2017	44.319
Garantia de Fiel Cumprimento - Aneel	31.07.2017	12.500
Garantia de Fiel Cumprimento - Aneel	30.11.2017	2.450
Garantia Judicial - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional	01.03.2018	20.089
Garantia Judicial - Município Cascavel	07.03.2018	91
Garantia Judicial - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional	11.05.2018	291.396
Garantia de Fiel Cumprimento - Aneel	02.06.2018	6.750
Garantia de Fiel Cumprimento - Aneel	31.10.2018	37.751
Garantia de Fiel Cumprimento - Agência Nacional de Petróleo - ANP	11.11.2018	59.440
Garantia de Fiel Cumprimento - CREA - PARANA	24.11.2018	19
Garantia de Fiel Cumprimento - Universidade Estadual de Ponta Grossa	31.12.2018	22
Garantia de Fiel Cumprimento - Aneel	31.01.2020	26.609
Garantia de Fiel Cumprimento - Aneel	29.11.2021	58.060

(a) Os valores das importâncias seguradas de Riscos Operacionais - UEG Araucária e do Seguro D&O foram convertidos de dólar para real com a taxa do dia 31.03.2016, de R\$ 3,5589.

(b) Os seguros de garantia listadas acima possuem como avalista a Copel, no limite de sua participação em cada empreendimento.

38 Eventos Subsequentes

38.1 Portaria nº 120 - Ministério de Minas e Energia

O Ministério de Minas e Energia publicou em 20.04.2016 a Portaria nº 120 determinando que os valores dos ativos não depreciados existentes em 31.05.2000 (RBSE), passem a compor a Base de Remuneração Regulatória das concessionárias de transmissão de energia elétrica a partir do processo tarifário de 2017. A Portaria aborda aspectos relacionados à atualização, remuneração e tributação dos valores envolvidos, os quais dependem de regulamentação pela Aneel. A Companhia salienta que a Aneel ainda não homologou o laudo de avaliação desses ativos e que está analisando os impactos contábeis da referida Portaria sendo que, no entanto, nenhum efeito dessa medida foi reconhecido nas Informações Trimestrais de 31.03.2016.

COMENTÁRIO DO DESEMPENHO NO PERÍODO
para o trimestre findo em 31 de março de 2016
em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Linhas de Distribuição

Redes Compactas - A Copel Distribuição vem implantando redes compactas em áreas urbanas com elevado grau de arborização nas proximidades das redes de distribuição. Essa tecnologia evita cortes e podas de árvores e melhora a qualidade do fornecimento, pois reduz o número de desligamentos. Ao final de março de 2016, a extensão das redes compactas instaladas era de 8.130 km (6.921 km em março de 2015), representando um acréscimo de 1.218 km em 12 meses, variação de 17,6%.

Rede Secundária Isolada - A Copel Distribuição também está investindo em redes secundárias isoladas em baixa tensão (127/220 V), que apresentam vantagens significativas em relação à rede aérea convencional, tais como: melhorar os indicadores DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora, dificultar o roubo de energia, melhorar as condições do meio ambiente, reduzir as áreas de podas, aumentar a segurança, reduzir a queda de tensão ao longo da rede e aumentar a vida útil dos transformadores pela redução do número de curtos-circuitos na rede, entre outras. Ao final de março de 2016, a extensão das redes de distribuição secundárias isoladas instaladas era de 15.174 km (12.810 km em março de 2015), representando um incremento de 2.364 nos últimos 12 meses, variação de 18,5%.

2 Mercado de Energia

Comportamento do mercado - A geração de energia da Copel Geração e Transmissão nos três primeiros meses de 2016 foi de 7.695 GWh (7.351 GWh no mesmo período de 2015). O montante de energia comprada por meio de CCEAR (leilão) por parte da Copel Distribuição foi de 3.438 GWh (4.505 GWh no mesmo período de 2015) e de Itaipu foi de 1.482 GWh (1.466 GWh no mesmo período de 2015), conforme demonstrado no fluxo a seguir:

Fluxo de energia (GWh) (a) (b)			janeiro a março de 2016		
Geração própria 7.695 50,5%			Disponibilidade 15.229		
Energia recebida 7.534 49,5%			Mercado Cativo 6.016 39,5%		
			Concessionárias 162 1,1%		
CCEAR 3.438 Itaipu 1.482 Dona Francisca 35 Angra 255 CCGF 1.891 Elejor 296 Proinfa 137			Consumidores livres 880 5,8%		
			Energia suprida 7.090 46,6%		
			Contratos bilaterais 2.031		
			CCEAR 1.251		
			CER 89		
			CCEE(MCP) 663		
			MRE 3.056		
			Perdas e diferenças 1.081 7,1%		
			Perdas rede básica 261		
			Perdas distribuição 736		
			Alocação de contratos no CG 84		

(a) Estão incluídos os montantes de energia negociados entre as controladas da Copel.

(b) Valores sujeitos a alterações após fechamento pela CCEE.

CCEAR = Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado

CER: Contrato de Energia de Reserva.

CCEE (MCP) = Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (Mercado de Curto Prazo)

MRE = Mecanismo de Realocação de Energia

CG = Centro de gravidade do Submercado (diferença entre a energia contratada e a recebida no CG - estabelecido em contrato)

Não considera a energia produzida pela UTE Araucária, vendida no mercado de curto prazo (MCP).

Venda de energia - Na tabela a seguir são apresentadas as vendas totais de energia da Copel, aberto entre Copel Distribuição, Copel Geração e Transmissão e parques eólicos:

Classe	Em GWh		
	jan a mar 2016	jan a mar 2015	Variação
Copel Distribuição			
Mercado cativo	6.016	6.288	-4,3%
Residencial	1.781	1.897	-6,1%
Industrial	1.607	1.652	-2,7%
Comercial	1.417	1.498	-5,4%
Rural	614	651	-5,7%
Outras	597	590	1,2%
Concessionárias e permissionária	162	170	-4,7%
CCEE (MCP) (a)	354	-	-
Total da Copel Distribuição	6.532	6.458	1,1%
Copel Geração e Transmissão			
CCEAR (Copel Distribuição) (b)	41	60	-31,7%
CCEAR (outras concessionárias) (b)	832	1.183	-29,7%
Consumidores livres	880	978	-10,0%
Contratos bilaterais	2.031	1.694	19,9%
CCEE (MCP)	309	1.524	-79,7%
Total da Copel Geração e Transmissão	4.093	5.439	-24,7%
Parques Eólicos			
CCEAR (outras concessionárias) (b)	208	133	56,4%
CER (c)	89	-	-
Total dos Parques Eólicos	297	133	123,3%
Total	10.922	12.030	-9,2%

Observação: Não considera a energia disponibilizada através do MRE (Mecanismo de Realocação de Energia)

(a) CCEE (MCP): Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (Mercado de curto prazo)

(b) CCEAR: Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado

(c) CER: Contrato de Energia de Reserva

Mercado cativo da Copel Distribuição - A venda de energia para o mercado cativo da Copel Distribuição totalizou 6.016 GWh nos três primeiros meses de 2016, redução de 4,3 % em relação ao mesmo período do ano anterior.

A classe residencial consumiu 1.781 GWh entre janeiro e março de 2016, registrando redução de 6,1%, reflexo do cenário econômico adverso, dos aumentos tarifários que levaram à racionalização do uso de energia elétrica no setor residencial, e do registro de temperaturas mais amenas no início desse ano comparadas às registradas no primeiro trimestre de 2015. Ao final de março de 2016, essa classe era equivalente a 29,6% do mercado cativo, totalizando 3.549.987 consumidores residenciais.

A classe industrial apresentou redução de 2,7% no consumo de energia até março de 2016, totalizando 1.607 GWh, em função da migração de clientes cativos para o mercado livre e da retração de 11,2% na produção industrial paranaense (até fevereiro/2016), principalmente nos setores de máquinas e equipamentos, materiais elétricos, e veículos automotores. Em março de 2016, essa classe totalizava 87.461 consumidores e representava 26,7% do mercado cativo.

A classe comercial consumiu 1.417 GWh no primeiro trimestre de 2016, o que representa uma redução de 5,4% em relação ao mesmo período de 2015, em decorrência, principalmente, da retração de 9,3% no volume de vendas do comércio varejista no Estado (até fevereiro de 2016), reflexo da intensificação da crise econômica. Ao final de março, essa classe representava 23,6% do mercado cativo e eram atendidos 377.880 consumidores.

A classe rural apresentou retração de 5,7% no consumo em comparação com o primeiro trimestre de 2015, totalizando 614 GWh, refletindo o cenário econômico adverso. Ao final de março de 2016, a classe representava 10,2% do mercado cativo da Copel e contava com 366.365 consumidores.

As outras classes (poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e consumo próprio) totalizaram 597 GWh consumidos, crescimento de 1,2% em comparação com o mesmo período de 2015. Em conjunto, essas classes eram equivalentes a 9,9% do mercado cativo, totalizando 57.023 consumidores no final de março de 2016.

Número de consumidores - O número de consumidores finais (cativos da Copel Distribuição e consumidores livres da Copel Geração e Transmissão) faturados em março de 2016 foi de 4.438.740, representando um crescimento de 2,0% sobre o mesmo mês de 2015.

Classe	mar 2016	mar 2015	Variação
Residencial	3.549.987	3.462.231	2,5%
Industrial	87.461	91.026	-3,9%
Comercial	377.880	371.123	1,8%
Rural	366.365	372.203	-1,6%
Outras	57.023	56.553	0,8%
Total cativo	4.438.716	4.353.136	2,0%
Consumidores livres - Copel Geração e Transmissão	24	27	-11,1%
Total geral	4.438.740	4.353.163	2,0%

3 Administração

Quadro de empregados

Empregados	mar 2016	mar 2015
Copel e subsidiárias integrais		
Copel	70	327
Copel Geração e Transmissão	1.671	1.559
Copel Distribuição	6.177	6.089
Copel Telecomunicações	618	596
Copel Participações	3	11
Copel Renováveis	46	28
	8.585	8.610
Controladas		
Compagás	163	159
Elejor	7	7
UEG Araucária	16	12
	186	178

4 Relações com o Mercado

De janeiro a março de 2016, as ações ordinárias nominativas (ON - código CPLE3) e as ações preferenciais nominativas classe B (PNB - código CPLE6) da Copel estiveram presentes em 100% dos pregões da Bolsa de Valores, Mercadoria e Futuros (BM&FBOVESPA).

As ações em circulação totalizaram 44,96% do capital da Companhia. Ao final de março de 2016, o valor de mercado da Copel considerando as cotações de todos os mercados, ficou em R\$ 6.555.159.

Dos 66 papéis que compõem a carteira teórica do Ibovespa, as ações PNB da Copel, participam com 0,346% e com índice Beta de 0,9917.

Na carteira do Índice Setorial de Energia Elétrica - IEE, a Copel participa com 6,625%.

No Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBOVESPA (ISE), a COPEL PNB tem participação de 1,041%.

Na BM&FBOVESPA, as ações ON fecharam o período cotadas a R\$ 18,44 e as ações PNB a R\$ 28,65, com variações positivas de 15,25% e 17,90% respectivamente. No mesmo período o IBOVESPA teve variação positiva de 15,47%.

Na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE), as ações PNB são negociadas no "Nível 3" na forma de ADS's, sob o código ELP, as quais estiveram presentes em 97% dos pregões, fechando o período cotadas a US\$ 7,92 com variação positiva de 34,92%. Neste mesmo período, o índice *Dow Jones* teve variação positiva de 1,49%.

No Latibex (Mercado de Valores Latino-Americano em Euros), vinculado à Bolsa de Valores de Madri, as ações PNB da Companhia são negociadas sob o código XCOP, as quais estiveram presentes em 92% dos pregões, fechando o período cotadas a € 7,28 com variação positiva de 33,33%. No mesmo período o índice *Latibex All Shares* teve variação positiva de 23,51%.

A tabela a seguir sintetiza as negociações das ações da Copel nos três primeiros meses de 2016:

Negociação das ações - jan a Mar 2016	ON		PNB	
	Total	Média diária	Total	Média diária
Bovespa				
Negócios	8.078	135	257.967	4.299
Quantidade	2.830.700	47.178	45.553.900	759.232
Volume (R\$ mil)	45.410	757	1.083.313	18.055
Presença nos pregões	60	100%	60	100%
Nyse				
Quantidade	265.726	5.654	26.582.403	435.777
Volume (US\$ mil)	1.007	21	167.955	2.753
Presença nos pregões	47	75%	61	97%
Latibex				
Quantidade	-	-	143.990	2.526
Volume (€ mil)	-	-	750	13
Presença nos pregões	-	-	57	92%

5 Tarifas

Tarifas de fornecimento de energia

Tarifas médias de fornecimento (a) - R\$/MWh	mar 16	mar 2015	Variação
Residencial	492,27	416,57	18,2%
Industrial (b)	419,54	350,31	19,8%
Comercial	463,25	392,48	18,0%
Rural	316,83	262,79	20,6%
Outras	357,98	321,88	11,2%
	433,82	367,54	18,0%

(a) Sem ICMS. Não considera Bandeiras Tarifárias.

(b) Não inclui consumidores livres

Tarifas de compra de energia

Tarifas de compra de energia - R\$/MWh	mar 2016	mar 2015	Variação
Itaipu (a)	195,84	284,46	-31,2%
Leilão 2008 - 2015	-	132,78	-100,0%
Leilão 2010 - H30	194,04	178,89	8,5%
Leilão 2010 - T15 (b)	205,46	189,41	8,5%
Leilão 2011 - H30	199,22	183,66	8,5%
Leilão 2011 - T15 (b)	226,55	208,85	8,5%
Leilão 2012 - T15 (b)	203,23	187,36	8,5%
Leilão 2016 - T20 (b)	140,75	-	-
Leilão CCEAR 2014 - 2019 (c)	164,28	343,27	-52,1%
Leilão CCEAR 2014 - 2019 (d)	292,94	270,81	8,2%
Leilão 2014 - 18M	-	175,79	-
Leilão 2014 - 36M	176,64	159,60	10,7%
Bilaterais	210,32	203,12	3,5%
Angra	202,96	164,88	23,1%
Contrato de cotas de garantia física - CCGF (e)	56,60	29,23	93,6%
Santo Antonio	123,48	113,83	8,5%
Jirau	108,61	100,12	8,5%
Demais Leilões (f)	205,83	268,58	-23,4%
Média	157,71	202,95	-22,3%

(a) Transporte de Furnas não incluído.

(b) Preço médio do leilão corrigido pelo IPCA. Na prática o preço é formado por 3 componentes: parcela fixa, parcela variável e despesa na CCEE. O custo dos dois últimos itens depende do despacho das usinas conforme programação do Operador Nacional do Sistema (ONS).

(c) Disponibilidade.

(d) Quantidade.

(e) Contrato de cotas de garantia física das UHEs que tiveram suas concessões prorrogadas nos termos da Lei 12.783/13.

(f) Preço médio ponderado dos produtos.

Tarifas de suprimento de energia

Tarifas de suprimento de energia - R\$/MWh	mar 2016	mar 2015	Variação
Leilão - CCEAR 2008-2015	-	131,83	-
Leilão - CCEAR 2009-2016	163,88	150,53	8,9%
Leilão - CCEAR 2011-2040	187,22	171,86	8,9%
Leilão - CCEAR 2013-2042	205,16	188,75	8,7%
Leilão - CCEAR 2015 - 2045	142,44	130,86	8,8%
Concessionárias dentro do Estado do Paraná	282,51	199,44	41,7%

6 Resultado Econômico-Financeiro

Receitas (NE nº 31)

Até março de 2016, a Receita operacional líquida atingiu R\$ 3.073.638, montante 27,5% inferior aos R\$ 4.237.102 registrados até março de 2015.

Essa variação decorreu, principalmente, pelos seguintes fatos:

- redução de 47,3% na Receita de Suprimento em virtude do decréscimo na receita da venda de energia produzido pela UTE Araucária e do menor valor do PLD no primeiro trimestre de 2016 em relação ao mesmo período em 2015;
- compensada pelo aumento de 18,9% na Receita de Fornecimento de Energia Elétrica em virtude principalmente do reajuste tarifário ocorrido em junho de 2015 e ao aumento tarifário pela RTE, aplicada em março de 2015, compensado pela retração de 4,3% do mercado cativo;
- aumento de 31,3% na Receita de Telecomunicações, decorrente principalmente do aumento do número de clientes, sobretudo no mercado varejo com o produto BEL Fibra; e
- acréscimo de 43,5% na Receita de Disponibilidade da Rede Elétrica, devido principalmente a aplicação de 15,32% no reajuste médio das tarifas a partir de 24.06.2015.

Custos e Despesas Operacionais (NE nº 32)

Ao final de março de 2016, o total de custos e despesas operacionais atingiu R\$ 2.772.223, valor 23,2% inferior aos R\$ 3.607.811 registrados no mesmo período de 2015. Os principais destaques foram:

- decréscimo de 33,0% na conta Energia elétrica comprada para revenda devido, sobretudo pela redução de energia adquirida na CCEE e ao menor valor do PLD no primeiro trimestre de 2016 em relação ao mesmo período em 2015;
- aumento de 25,8% em Encargos do uso da rede elétrica em virtude principalmente do maior custo com encargos do uso do sistema, que absorveu o custo adicional do acionamento das térmicas despachadas fora da ordem de mérito, que anteriormente era coberto pelo PLD e do reajuste da tarifa do uso do sistema de transmissão;

- c) acréscimo de 12,9% em relação ao mesmo período de 2015 no saldo da conta Pessoal e administradores, refletindo sobretudo o reajuste salarial, conforme acordo coletivo que passou a vigorar em outubro de 2015;
- d) redução de 67,3% em Gás natural e insumos para operação de gás devido ao decréscimo no despacho de energia da UTE Araucária; e
- e) decréscimo de 45,2% em Provisões e Reversões devido principalmente à reversão da provisão dos processos de desapropriações e patrimoniais e do menor valor de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Resultado Financeiro (NE nº 33)

O decréscimo de R\$ 198.746 no resultado financeiro deve-se, principalmente:

- a) redução na receita financeira de 2,7% decorrente sobretudo do menor valor de variação monetária sobre contas a receber vinculadas à concessão; e
- b) aumento de 107,7% em despesas financeiras devido principalmente ao maior valor de encargos de dívidas decorrente do aumento dos índices que atualizam os contratos (TJLP, DI) e do ingresso de recursos no período.

Lajida

O lucro antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização - Lajida (*earnings before interest, taxes, depreciation and amortization - Ebitda*) está demonstrado a seguir:

Consolidado	31.03.2016	31.03.2015
Lucro líquido do período	136.089	469.991
IRPJ e CSLL diferidos	(297.792)	(62.013)
Provisão para IRPJ e CSLL	353.151	308.560
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	157.861	(4.183)
Lajir/Ebit	349.309	712.355
Depreciação e Amortização	179.036	159.271
Lajida/Ebitda	528.345	871.626
Receita Operacional Líquida - ROL	3.073.638	4.237.102
Margem do Ebitda% (Ebitda ÷ ROL)	17,2%	20,6%

COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente	FERNANDO XAVIER FERREIRA
Secretário Executivo	LUIZ FERNANDO LEONE VIANNA
Membros	CARLOS HOMERO GIACOMINI
	MAURICIO BORGES LEMOS
	HENRIQUE AMARANTE COSTA PINTO
	JOSÉ RICHÁ FILHO
	MAURO RICARDO MACHADO COSTA
	MARLOS GAIO
	HÉLIO MARQUES DA SILVA

COMITÊ DE AUDITORIA

Presidente	CARLOS HOMERO GIACOMINI
Membros	JOSÉ RICHÁ FILHO
	MAURO RICARDO MACHADO COSTA

CONSELHO FISCAL

Presidente	JOAQUIM ANTONIO GUIMARÃES DE OLIVEIRA PORTES
Membros Titulares	GEORGE HERMANN RODOLFO TORMIN
	NELSON LEAL JUNIOR
	MASSAO FABIO OYA
	JOÃO CARLOS FLOR JUNIOR
Membros Suplentes	OSNI RISTOW
	ROBERTO BRUNNER
	GILMAR MENDES LOURENÇO
	AURÉLIO BELARMINO BARBOSA
	VINÍCIUS FLOR

DIRETORIA

Diretor Presidente	LUIZ FERNANDO LEONE VIANNA
Diretor de Gestão Empresarial	GILBERTO MENDES FERNANDES
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores	LUIZ EDUARDO DA VEIGA SEBASTIANI
Diretor de Desenvolvimento de Negócios	JONEL NAZARENO IURK
Diretor de Relações Institucionais	CRISTIANO HOTZ
Diretor Adjunto	PAULO CESAR KRAUSS

CONTADORA

CRC-PR-041655/O-6	NANCY ATENALIA ALVES
-------------------	----------------------

Informações sobre este relatório

Relações com investidores	Fone: +55 (41) 3222-2027 ri@copel.com
---------------------------	--

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas e Administradores da
Companhia Paranaense de Energia - Copel
Curitiba - PR

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Paranaense de Energia (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – “*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2016, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício anterior

As Informações Trimestrais – ITR mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações financeiras correspondentes ao resultado, resultado abrangente, mutações do patrimônio líquido, fluxo de caixa e valor adicionados do trimestre findo em 31 de março de 2015, obtidas das Informações Trimestrais – ITR daquele trimestre, e ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015, obtidas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015, apresentadas para fins de comparação. A revisão das Informações Trimestrais – ITR do trimestre findo em 31 de março de 2015 e o exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de revisão e de auditoria com datas de 14 de maio de 2015 e 15 de março de 2016, respectivamente, sem ressalvas.

Curitiba, 11 de maio de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC n.º 2 SP-011.609/O-8 F-PR

Fernando de Souza Leite
Contador
CRC n.º 1 PR-050.422/O-3